

**Universidade Federal de Santa Catarina**

**Centro de Filosofia e Ciências Humanas**

**Departamento de Geociências**

**Dissertação de Mestrado em Geografia**

**OS PROJETOS NOVA PRÓSPERA E MINA 4 NA  
CONFIGURAÇÃO ESPACIAL DA GRANDE PRÓSPERA  
CRICIÚMA/SC**

**JORGE LUIZ VIEIRA**

**Orientador: Prof. Mestre Luís Fugazzola Pimenta**

**DISSERTAÇÃO DE MESTRADO**

**Área de Concentração: Desenvolvimento Regional e Urbano**

**Criciúma/SC**

**Novembro de 2001**

*Vista do alto, nas relações com o homem, a Geografia não é outra coisa a não ser a História no espaço, do mesmo modo que a História é a Geografia no tempo.*

Elisée Reclus

## **Agradecimentos**

Prof. Luís Fugazzola Pimenta

*Professor e Orientador*

Professores do Curso de Mestrado em Geografia

Engenheiro Eletricista Hilton Gevievski

*Engenheiro da CSN*

Paulo César Dib

*Superintendente Geral do Projeto Santa Catarina-CSN*

Engenheiro Jacy Eustachio Fretta

*ex-diretor presidente e ex-presidente da Comissão de Privatização da Carb. Próspera S/A*

Engenheiro José Augusto Hülse

*ex-prefeito de Criciúma-mandato de 1983 a 1988*

Engenheiro Jorge Henrique Frydberg

*ex-secretário municipal da Prefeitura Municipal de Criciúma, no mandato do ex-prefeito José Augusto Hülse, ex-diretor presidente da Carb. Próspera S/A e ex-presidente da CODEPLA no mandato do ex-prefeito Paulo Meller*

Arquiteto Altair Guidi

*ex-prefeito municipal de Criciúma de 1976 a 1982 e de 1989 a 1992*

Arquiteto Décio Gomes Góes

*Atual Prefeito de Criciúma e um dos autores do Projeto Nova Próspera e do Projeto Mina-4*

Arquiteta Maria Inês Bay

*co-autora do Projeto Mina-4*

Arquiteto Norberto Zaniboni

*co-autor do Projeto Nova Próspera e ex-secretário municipal no governo do ex-prefeito José Augusto Hülse*

José Henrique Mezari

*sócio-proprietário do Criciúma Shopping Center*

Marli de Oliveira Costa

*Professora do Curso de História da UNESC*

Universidade do Extremo Sul Catarinense-UNESC

Universidade Federal de Santa Catarina-UFSC

COHAB/SC-Escritório Regional de Criciúma

CODEPLA-Companhia de Desenvolvimento e Planejamento de Criciúma

Divisão de Planejamento Físico-Territorial da Prefeitura Municipal de Criciúma

Colegas Mestrandos do Curso de Geografia

## **Sumário**

Lista de Tabelas	VIII
Lista de Figuras	IX
Resumo	XI
Abstract	XIII
Introdução	1

## **Capítulo I**

### A PRODUÇÃO SOCIAL DO ESPAÇO

Do Conceito de Espaço aos Agentes da Produção do Espaço  
9

## **Capítulo II**

### A INDÚSTRIA CARBONÍFERA

Motor da Industrialização e Gênese do Espaço Urbano da Grande Próspera  
44

Origens da Mineração Carbonífera no Setor Leste de Criciúma  
45

A Consolidação da Atividade Carbonífera – seus Reflexos sobre a Economia  
e sobre o Espaço Local 51

A Presença Determinante do Estado sobre a Economia Regional nas Décadas de 1950 e 1960	65
A Expansão Urbana do Setor Leste de Criciúma nas Décadas de 1950 e 1960	74
<b>Capítulo III</b>	
Do Programa Oficial de Auto-Sustentação do Setor Carbonífero aos Impactos das Medidas Neoliberais sobre a Economia e o Espaço Urbano da Grande Próspera	81
O Programa Governamental de Incentivo a Auto-Sustentação da Atividade Carbonífera	82
1975-1985: Período do <i>Milagre</i> da Economia Sul-Catarinense e Ampliação dos Problemas Sociais e Ambientais	92
A Recessão da Economia e a Política Neoliberal sobre a Região Carbonífera – Segundo Lustrro da Década de 1980	106
Os Impactos das Transformações Econômicas e Sociais das Décadas de 1970 e 1980 sobre o Espaço Urbano de Criciúma	113
A Concepção dos Loteamentos Nova Próspera e do Projeto Mina	128
1. O Projeto Nova Próspera	130

1.1.Os Motivos do Parcelamento da Área dos Loteamentos Nova Próspera	132
1.2.A Concepção do Projeto Nova Próspera	135
2. O Projeto Mina 4	137
2.1. Os Fatores que Levaram à Concepção do Projeto Mina 4	138
2.2. O Processo de Aquisição da Área do Poço 4	140
2.3. A Concepção do Projeto Mina 4	146
2.3.1. A Definição dos Usos e a Concepção Urbanística da Área	146
2.3.2. A Concepção do Loteamento Popular	150
2.3.3. A Concepção dos Usos Industriais e de Serviços	152
<b>Capítulo IV</b>	
Da Privatização da Carbonífera Próspera à Construção do Criciúma Shopping Center – Desponta uma Nova Centralidade e Explode a Periferia Urbana da Grande Próspera	153
O Processo de Privatização e a Venda dos Loteamentos Nova Próspera	154
O Criciúma Shopping Center: Marco da Estratégia por uma Nova Centralidade – Espaço do Consumo	162
A Implantação do Projeto Mina-4 e a Explosão da Periferia na Grande Próspera	191

<b>Conclusão</b>	205
<b>Bibliografia</b>	216

## **Lista de Tabelas**

TAB. 01- Produção de Carvão Bruto Período 1949 a 1968	70
TAB. 02- Evolução Demográfica no Município de Criciúma Período de 1940 a 1996	72
TAB. 03- Indicadores da Economia Brasileira – Período de 1974 a 1984	89
TAB. 04- Produção de Carvão Bruto Período 1976 a 1994	90
TAB. 05- COHAB – Produção de Habitação em Criciúma	

Período de 1966 a 1992	99
TAB. 06- Indústria Carbonífera de SC – Mão-de-Obra Direta Ano de 1970 e Período de 1979 a 1986	109
TAB. 07- Relação de Loteamentos e Lotes Aprovados – Região da Grande Próspera – Décadas de 1970 e 1980 123	
TAB. 08- Quantidade de Imóveis Colocados à Venda pela C.P. 02/89 157	
TAB. 09- Quantidade de Imóveis Vendidos pela C.P. 02/89	158
TAB. 10- C.P. N° 03/89 – Venda Glebas N.P.I e N.P.II –Valores Avaliados e Propostos (US \$)	188
TAB. 11- Loteamentos Nova Próspera I e II.Avaliação das Vendas dos Lotes Referentes a dezembro de 2000	189
TAB. 12- Comparativo entre Valor de Venda Atual com o Valor de Compra e os Investimentos nos Loteamentos N.P.I e N.P. II	190

## **Lista de Figuras**

FIG. 01- Mapa de Localização da Área da Pesquisa 03	
FIG. 02- Vista de uma das primeiras minas abertas pela Próspera - Final Década de 1930	48
FIG. 03- Unidade de Beneficiamento de uma mina da Carb. Próspera – Década de 1940	56

FIG. 04- Tipologia habitacional das primeiras Vilas Operárias – Bairro Próspera – Década de 1940	59
FIG. 05- Vista Parcial da Vila Operária, com a boca da mina em primeiro plano – Ano: 1942	60
FIG. 06- Localização da Sede da Carbonífera Próspera S/A e da Praça do Trabalhador – Município de Criciúma/SC	63
FIG. 07- Áreas de Propriedade da Carbonífera Próspera S/A – Município de Criciúma/SC	64
FIG. 08- B. Próspera – Posto de Saúde – Construído no período da CEPCAN – Década de 1960	75
FIG. 09- Evolução Urbana do Município de Criciúma S/C – Período de 1956-1996	76
FIG. 10- Áreas Mineradas pela Carbonífera Próspera S/A – Município de Criciúma/SC	77
FIG. 11- Loteamentos Executados pela Carbonífera Próspera S/A – Município de Criciúma/SC	78
FIG. 12- Áreas Ocupadas por Invasão – Município de Criciúma/SC	102
FIG. 13- Variante do Ramal Ferroviário de Criciúma – Início da década de 1970	114
FIG. 14- Trevo da SC 443 com a Rua Manoel Delfino de Freitas	116
FIG. 15- Av. Centenário (em construção) – B. N <sup>a</sup> . S <sup>a</sup> . da Salete	118
FIG. 16- Vista da Av. Miguel Patrício de Souza	121
FIG. 17- Rua Antônio Daré – Pavimentada no início da década de 90	125
FIG. 18- Parcelamento do Solo na Grande Próspera	

Décadas de 1970, 1980 e 1990 – Município de Criciúma/SC

127

FIG. 19- Zoneamento de Uso do Solo Lei n°. 947/73 –

Município de Criciúma/SC 129

FIG. 20- Lot. Nova Próspera-Estruturação Viária e Equipamentos Atuais

131

FIG. 21- Projeto Mina-4 – Planta de Situação –

Município de Criciúma/SC 142

FIG. 22- Projeto Mina-4 – Área a ser Vendida a Prefeitura Municipal

de Criciúma: 422.998.625 m<sup>2</sup> 145

FIG. 23- Projeto Mina-4 – Zoneamento Proposto –

Município de Criciúma/SC 147

FIG. 24- Loteamento Nova Próspera II – Quadra do Shopping e

Alteração da Área Verde 161

FIG. 25- Av. Centenário-Novos Estabelecimentos de Consumo

169

FIG. 26- Avenida Chile 173

FIG. 27- Plano Diretor de 1984 – Lei n°. 2039/84 –

Município de Criciúma/SC 176

FIG. 28- Zoneamento de Uso do Solo – Lei n°. 3.900(28/10/99)

Município de Criciúma/SC 177

FIG. 29- Vista da Praça da Chaminé e dos Novos Ícones do Consumo

178

FIG. 30- Loteamento Nova Próspera I – Situação Atual de Propriedades

dos Lotes e Quadras 185

FIG. 31- Projeto Mina-4 – Loteamento Popular – Áreas Verdes Ocupadas

196

FIG. 32- Ocupação – Bairro Airton Senna 198

## Resumo

A cidade de Criciúma teve seu processo de urbanização vinculado por um longo período de sua história à indústria de extração carbonífera.

A partir de um núcleo colonial composto por agricultores de famílias italianas na sua grande maioria, a cidade se expande em direção às diversas bocas de mina, que foram abertas a Leste, Oeste e Norte do município.

Com o desmembramento do distrito de Forquilha, articulado durante a década de 1980 e efetivado no ano de 1989, restariam poucas áreas disponíveis para a expansão urbana do município de Criciúma.

O setor Leste da cidade, constituído pelos bairros que compõem a Grande Próspera, cuja urbanização entre 1930 e 1970 foi marcadamente dominada pela presença da Carbonífera Próspera S/A, sofrerá acelerado ritmo de produção do espaço urbano a partir do processo de diversificação industrial, ocorrido a partir do início da década de 1970, motivado pelos investimentos em acessibilidade por parte das três esferas de governo (municipal, estadual e federal).

O potencial de expansão urbana daquele setor passou, então, a ser explorado pela administração municipal, que irá propor investimentos objetivando incentivá-la.

A gradativa redução da atividade carbonífera, à medida que o governo federal vai se retirando da atividade, seja reduzindo os subsídios até a sua total extinção, seja deixando de participar diretamente da produção, com o *desmonte* da Carbonífera Próspera S/A, permitirá que boa parte do patrimônio imobiliário da empresa passe para o controle da iniciativa privada e da municipalidade,

Este fato desencadeará um novo processo de produção do espaço urbano no setor Leste. Dois empresários, sócios do ramo de beneficiamento de arroz no município vizinho de Morro da Fumaça, adquirem os lotes remanescentes de uma área especialmente nobre da Grande Próspera, situada entre o centro tradicional do bairro Próspera, onde surgiu a Vila Operária Próspera, e os bairros São Cristóvão e Comerciário. Sobre essa área, os empresários propõem o *espaço do consumo* para promover o *consumo do espaço*, o que esboça uma nova centralidade.

Com o intuito de promover a expansão urbana do setor Leste, a administração pública, a partir de uma estratégia de solucionar o grave problema ambiental e social sofrido pela cidade, representado pela poluição ao meio-físico local e pelo déficit de moradia, lança-se, em 1983, num projeto audacioso (Projeto Mina-4) sobre uma área extensamente degradada pela atividade minerária realizada pela Carbonífera Próspera, denominada Poço-4. A partir dessa área a administração municipal define o *locus* da nova periferia da Grande Próspera, o que irá contribuir para a confirmação posterior não só daquela periferia, mas também da nova centralidade, cuja construção se inicia com o monopólio dos lotes pelos dois empresários de Morro da Fumaça, em 1989.

Da grave crise social e ambiental vivida pela cidade durante toda a década de 1980 nascem duas estratégias – uma pública e outra privada – que contribuirão para o mesmo objetivo: a expansão urbana da Grande Próspera. Essas estratégias, no entanto, não foram capazes de garantir a construção do espaço social – espaço da convivência, da co-existência da periferia e da centralidade. Estas encontram-se pulverizadas e desarticuladas de um contexto teórico e prático que qualifique o espaço social no seio da comunidade da Grande Próspera.

## **Abstract**

The city of Criciúma has had its urbanization process linked to the industry of coal extraction for a long period in its history.

From a rural center composed of agriculturists from Italian families in its great majority, the city has expanded in direction of the coal mines, which have been opened in the East, West and North of the city.

With the formation of the new district of Forquilha, articulated during the decade of 1980 and effected in the year of 1989, a few areas would be left available for the urban extension of the municipality of Criciúma.

The eastern sector of the city, composed of the neighborhoods of Great Próspera, which urbanization between 1930 and 1970 was markedly dominated by the presence of the Coal Industry Próspera S/A has suffered an accelerated rhythm of production in the urban area since the process of industrial diversity, taking place in the beginning of the decade of 1970 on, motivated by the investments in accessibility from the three spheres of the government (municipal, state and federal).

The potencial of urban expansion of that sector has then started to be exploited by the municipal government, that has proposed investments with the goal of incentiving it.

The gradual reduction of the coal activity, while the federal government has left its participation in this activity, either by reducing the investments up to its total extinction or by stopping to participate directly in the production, with the dismounting of the Coal Industry Próspera S/A, which has allowed that a good part of the real estate ownership of the enterprise to go to the control of the private initiative and the municipality.

This fact has started a new process of the urban space production in the Eastern sector. Two enterprisers, partners in the rice core and cleaning in the neighbor municipality of Morro da Fumaça, have purchased remaining lots of a specially noble area in Great Próspera, located in the traditional center of Próspera neighborhood, where the Village Operária Próspera, between the neighborhoods São Cristóvão and Comerciário. On this area, the enterprisers have proposed the consuptiom area to promote the consuptiom of the area, which has brought a new center.

With the objective of promoting the urban expansion of the Eastern sector, the public administration launched in 1983 a dare project (Project Mine-4) on a highly degraded area due to the mining activity of the Coal Industry Próspera from an strategy of solving a serious environmental and social problem in the city represented by the pollution in the local physical space. From this area, the municipal government has defined the locus of the new suburbs of the Great Próspera, called Well-4, which would contribute for the later confirmation not only of that suburbs, but also of the new center, which building starts with the monopoly of the lots by the two enterprisers in Morro da Fumaça, in 1989.

From the serious social and environmental crisis experienced by the city during the whole decade of 1980 two strategies were born – a public and a private – which would contribute to the same objective: the expansion of the urban area of Great Próspera. These strategies, however, weren't capable or guaranteeing the constuction of the social space – convenience space, from the co-existance of

the suburbs and the center. These have been found pulverized and disarticulated from a theoretical and practical context that qualify the social space in the midst of the Great Próspera community.

## INTRODUÇÃO

Chega-se ao final de um século cuja trajetória foi marcada pelas invenções, pelo avanço tecnológico sem precedentes, em busca da velocidade. Velocidade para quê? Velocidade nos transportes para ampliar os mercados e fazer escoar mais rápido as mercadorias que atravessam os oceanos? Velocidade nos meios de comunicação para possibilitar o envio e o recebimento de informações – técnicas e financeiras? São avanços em nome da reprodução contínua do capital – industrial, comercial e financeiro. Avanços que pressupõem o espaço como suporte da reprodução do capital. Espaço que se transforma em mercadoria, que através da especulação imobiliária amplia a ação do capitalismo em escala global, em escala mundial. Nos choques e revezes da produção, como afirmou HARVEY (1980), o espaço serve de amortecedor aos capitais.

A globalização é um fenômeno proposto pela expansão capitalista dos países industrializados, à qual nos atrelamos ainda com todas as seqüelas próprias dos países de industrialização tardia.

Nosso processo industrial é recente. Gestado ainda no transcorrer do século XIX, teve data de nascimento marcado na década de 1930, com o governo federal buscando inverter o modelo econômico do país – de agrário-exportador de matérias-primas e importador de produtos manufaturados, para a constituição de um parque industrial que fosse capaz de suprir as necessidades de importação de bens industriais, exigidas pelo mercado interno. É dada ênfase, então, na indústria de base – siderurgia e metalurgia - o que propiciou a elevação do consumo do carvão. Como se vivia um momento histórico de valorização dos recursos nacionais, influenciado pelas bandeiras nacionalistas da Europa, especialmente do Nazismo da Alemanha e do Fascismo italiano, tivemos um governo – o governo Vargas – alimentado por estas vertentes, o que em muito contribuiu para a valorização e conseqüente consolidação da atividade carbonífera.

A industrialização do Sul Catarinense, pois, nasce com a consolidação

da atividade carbonífera. Com ela dá-se início ao processo de urbanização dos principais municípios da região e, em especial, do município de Criciúma.

Partindo-se de um recorte espacial – geográfico, portanto – compreendido pela região das terras que foram propriedades da extinta Carbonífera Próspera S/A, onde hoje se localizam os bairros Airton Sena, Argentina, Bosque do Repouso, Brasília, Ceará, Cristo Redentor, Imigrantes, Nossa Senhora da Salette, Pio Correa, Próspera, Renascer e São João e pelos loteamentos Ana Maria, Jardim Maristela, Marli, Moradas do Sol e Vila Rica busca-se compreender o fenômeno da industrialização e da urbanização de um dos setores urbanos mais dinâmicos de Criciúma. Excluído o bairro Pio Correa, os demais bairros e loteamentos compõem a região do setor Leste da cidade que o escritório local do IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas - denomina de Grande Próspera. A população dessa área, na contagem realizada em 1996 pelo IBGE, alcançava 27.064 habitantes, o que representava cerca de 19% da população urbana do município de Criciúma (vide Fig.01).

A escolha deste recorte enseja a possibilidade de se fazer uma leitura do processo de industrialização e de urbanização do município de Criciúma, que embora apresente facetas próprias, conduzem a uma abordagem partindo-se das teorias acerca do urbano e da sociedade urbana defendidas pelo filósofo francês Henri Lefebvre e pelo sociólogo norte-americano Mark Gottdiener.

Lefebvre afirma que estamos diante de uma fase crítica, onde as questões da problemática urbana nos dirigem a um ponto crucial, da passagem da sociedade industrial para a sociedade urbana. Um processo global, acentuado nas últimas décadas do século XX, porém, não igual, com diferentes estágios em cada canto do mundo. Os países industrializados, no entanto, regem as notas da melodia do caos a que se submetem as cidades no mundo globalizante, diante das necessidades impostas pela reprodução contínua dos capitais.

A partir deste recorte proposto se quer, na verdade, buscar uma reflexão acerca da construção urbana do setor Leste de Criciúma e quais suas implicações sobre o restante da cidade. Munindo-se das teorias de Lefebvre e de

Gottdiener, traçar no tempo os estágios da industrialização e da urbanização no setor Leste, salientando a ação daqueles agentes que atuam na produção do espaço urbano local – indústria, Estado, promotores e investidores imobiliários, sem se esquecer dos impactos das ordens distantes (políticas, econômicas, ideológicas) e das ordens próximas (grupos locais que compõem a sociedade criciumense) sobre a produção daquele espaço.

Lefebvre sustenta que duas ordens *implodiram* e *explodiram* com a cidade, especialmente as cidades européias, muitas delas medievais: a planificação industrial e o florescimento do conhecimento pelas ciências ditas parcelares. E esse fenômeno é global, ou seja, atingiu também as cidades cujo processo de urbanização foi provocado pela industrialização tardia, que seria o caso das cidades brasileiras.

As cidades *implodem* e *explodem* por conta de dois fenômenos comuns ao duplo processo de industrialização–urbanização, ou seja, a concentração da produção nas cidades leva à concentração da população. Isto implica um êxodo – o rural. Quando a industrialização se inicia em Criciúma, o seu núcleo urbano é muito recente e precário. Na sua morfologia urbana, as vilas operárias mineiras se caracterizam por explosões de núcleos predominantemente de habitações, de precárias habitações, que gravitam ao redor das diversas bocas de mina, abertas a Oeste, Leste e ao Norte do município.

Objetivamente, o que se propõe é descrever o fenômeno da planificação que o Estado e a indústria carbonífera impuseram à cidade, a partir do estudo específico do setor Leste, durante toda a fase de consolidação da indústria carbonífera. E, a partir daí, os desdobramentos que a diversificação da produção

impôs sobre a qualificação do espaço urbano do setor Leste, com a entrada em cena dos *empreendedores* do espaço – os proprietários de terras e os agentes imobiliários, culminando com a privatização da Carbonífera e o desmonte de seu patrimônio imobiliário.

Nesta nova fase – a fase da diversificação industrial – o Estado, através da administração municipal, se fará presente, através das ações de planejamento. Pela mão do Estado se constituirá a nova periferia da Grande Próspera. Periferia esta que se inicia com a construção da variante do ramal principal da estrada-de-ferro, já que o ramal anterior cederá espaço para a modernidade – para a circulação do automóvel – a Avenida Centenário – uma de nossas marcas para as comemorações do Centenário de fundação do núcleo de Criciúma. Muito mais que uma marca daqueles festejos, a Centenário é símbolo do município que já ostentava a condição de pólo econômico do Sul Catarinense, mas que ainda tinha seu cotidiano mergulhado numa estrutura em descompasso com sua dinâmica de crescimento. O trem representava o transporte *lento*. A cidade tinha que demonstrar esta superação também, embalada pelas diretrizes de desenvolvimento do governo federal, que levavam ao consumo do automóvel porque esta era a base da industrialização do país. E esta necessidade de transformação está muito evidente no plano diretor da cidade aprovado em 1974.

Na esteira desta estratégia, surgem outros planos por parte do Estado, como o de solução para o grave problema da habitação. O projeto Mina 4, único empreendimento habitacional oficial do setor Leste até a década de 1980, não deixa de ser fruto da problemática urbana da cidade de Criciúma. No âmbito desta problemática estão questões sociais e ambientais. O social se traduz pelas carências – implosão da infra-estrutura existente e explosão demográfica. Criciúma nos anos 80 já apresentava uma taxa de urbanização superior a 87%.

As questões ambientais, por outro lado, traduzem o papel que a indústria carbonífera desempenhou na transformação da natureza. Na subjugação

desta aos interesses da produção, o que, conseqüentemente trouxe implicações irreversíveis à paisagem e aos recursos naturais da região. Somente no município de Criciúma, cerca de 1.000 ha de solos foram diretamente afetados pelas atividades carboníferas, o que trouxe implicações negativas à qualidade de vida de seus habitantes, onde a questão do abastecimento urbano de água se tornou um dos mais graves, capaz, inclusive, de comprometer o desenvolvimento futuro da economia de vários municípios da Bacia Carbonífera, entre os quais Criciúma.

Se por um lado, temos o projeto Mina 4 estabelecendo o *locus* da nova periferia da Grande Próspera, predominando uma periferia desurbanizada porque diante da demanda o Estado simplesmente se exime de dar respostas ou, quando as dá, responde mal às necessidades dessas populações, diante do fenômeno próprio da sociedade urbana em gestação. Por outro lado, o mesmo aparelho estatal conduz à formação de uma nova centralidade no bairro Próspera.

Concebido no início dos anos 80 como um loteamento predominantemente residencial, o Projeto Nova Próspera acabou se constituindo no *locus* de uma nova centralidade em formação, cuja construção começa a partir do momento em que os ventos da política neo-liberal sopram mais forte a favor da privatização da Carbonífera Próspera, o que significou a transferência de grande parte do patrimônio imobiliário da Carbonífera para o domínio de capitais privados. E esta se consubstancia numa fase toda particular da ação do que Lefebvre designou por *circuito secundário do capital*.

Este circuito já vinha atuando na região da Grande Próspera desde que o processo de diversificação industrial ganhou corpo em meados da década de 1970 e passou a ser mais vigoroso na década de 1980. Entre o final da década de 1970 e início da década de 1980, o circuito do capital imobiliário atuará pela via da produção e comercialização de lotes urbanos principalmente. Já de meados da década de 1980 em diante, principalmente entre a Avenida Centenário, a Avenida Chile e a Avenida Miguel Patrício de Souza, este circuito atuará pela valorização

que a especialização de funções decorrentes desses corredores viários irão propiciar àquela região da cidade.

Dentro desta nova perspectiva é que está traçado o futuro dos lotes do Projeto Nova Próspera, arrematados no leilão de privatização da Carbonífera, ocorrido no ano de 1989. Os empreendimentos privados e públicos implantados a partir do início da década de 1990 permitem estabelecer um novo ritmo de valorização imobiliária daquela área.

Enquanto estes lotes estiveram sob domínio da Carbonífera, grande parte deles se manteve vazia, porque a empresa não implantou a infra-estrutura prevista no plano de loteamento, onde sequer a abertura das ruas foram completadas. Talvez porque o interesse da empresa fosse o de, em primeiro lugar, produzir carvão. A produção de lotes urbanos nesse momento já era apenas circunstancial.

Cerca de sete anos depois, espaço de tempo que decorreu entre a compra desses lotes (1989) e a inauguração do *Criciúma Shopping Center* (1996), ambas realizações dos empresários José Henrique Mezari e Silvino Dagostin, abriu-se a possibilidade para que uma nova centralidade fosse colocada em marcha no bairro Próspera.

A pesquisa buscará compreender as correlações entre a nova periferia, empreendida pelo Estado e a centralidade em formação, cujo principal objetivo foi induzir a expansão urbana para o setor Leste da cidade. Sobrepondo-se ao plano físico do espaço, as ordens políticas, econômicas, sociais e ideológicas, no período que vai de 1930 até 2000, procurou-se identificar os fatos internacionais, nacionais e locais que conduziram à produção e subsequente transformação do espaço da Grande Próspera até o seu resultado atual.

O desenvolvimento do trabalho foi dividido em quatro capítulos. No primeiro, trata-se de abordar os conceitos e as categorias essenciais ao entendimento da problemática que aborda as questões da centralidade e da

periferia, no contexto urbano. O segundo e o terceiro capítulos tratam de descrever a trajetória do crescimento econômico local, alicerçado na atividade carbonífera, e o seu desdobramento sobre o espaço, onde a Carbonífera Próspera S/A atuava absoluta. Essa trajetória descreve uma curva ascendente da produção carbonífera, desde 1930 até meados da década de 1980 quando passa a declinar abruptamente, com a desregulamentação total do setor no governo Collor. Descreve também o processo de diversificação industrial, iniciado na década 1970, que coincide com as primeiras ações do *circuito secundário do capital* sobre a produção do espaço do setor Leste de Criciúma. Estes dois capítulos foram construídos utilizando-se dados bibliográficos, estatísticos e de entrevistas, realizadas com ex-prefeitos, ex-secretários municipais, arquitetos dos projetos Nova Próspera e Mina-4, ex-presidentes da Carbonífera Próspera S/A e com o empresário José Henrique Mezari.

O quarto e último capítulo, aborda especificamente os aspectos que culminaram na construção de uma nova periferia, a partir do Projeto Mina-4, patrocinado pelo Estado e na centralidade em construção sobre os loteamentos Nova Próspera, pelo empresário José Henrique Mezari e seu sócio, iniciada com a inauguração do *Criciúma Shopping Center*. Este capítulo foi construído reunindo-se dados bibliográficos, entrevistas com os mesmos atores descritos para a construção dos capítulos anteriores e em dados obtidos nos arquivos do escritório local da CSN – Companhia Siderúrgica Nacional - e nos arquivos da Prefeitura Municipal de Criciúma.

A construção dos capítulos segue uma ordem que parte das definições das categorias empregadas para a compreensão da problemática, mergulha na descrição dos fenômenos que contribuíram para que o duplo processo de industrialização-urbanização se desdobrasse ao longo do tempo – período de 1930 a 2000 – e culmina com a reflexão sobre a condição do estágio atual desse processo – especialmente como um alerta ao processo de construção de uma nova

centralidade, na qual a ausência do espaço social, tal como preconizado por Lefebvre, se torna evidente. Mas essa ausência não significa que ele não possa existir – este encontra-se latente, aguardando que os cidadãos da Grande Próspera o percebam e o reivindiquem à cidade, para a cidade.

## **CAPÍTULO I**

### **A PRODUÇÃO SOCIAL DO ESPAÇO**

#### **Do Conceito de Espaço aos Agentes da Produção do Espaço**

##### **Do Conceito de Espaço aos Agentes da Produção do Espaço**

A abordagem das questões inerentes à produção do espaço, mesmo quando se está trabalhando sobre frações deste, requer que se busque conhecer as relações históricas fundamentais que possibilitaram a sua construção, compreendendo-se as relações econômicas e sociais nele envolvidas.

GOTTDIENER (1997) faz referência à obra “Formações Econômicas Pré-Capitalistas”, de Marx, na qual este sugere o ponto estrutural da espacialização, quando afirma que a forma de assentamento deve estar ligada a seu modo de produção. Mas, afinal, o que é o espaço? Como o homem se apropria dele? E que relações envolvem a interação homem-espaço?

Sobre o conceito de espaço, HARVEY (1980) contribuiu com a seguinte definição:

*O problema da correta conceituação do espaço é resolvido através da prática humana em relação a ele. Em outras palavras, não há respostas filosóficas que surgem sobre a natureza do espaço – as respostas estão na prática humana. A questão “o que é o espaço?” é, além disso, substituída pela questão “o que é isso que as diferentes práticas humanas criam, fazendo uso de distintas conceituações de espaço?” A relação de propriedade, por exemplo, cria espaços absolutos dentro dos quais o controle monopolístico opera. O movimento das pessoas, bens, serviços e informações tem lugar num espaço relativo, porque é preciso dinheiro, tempo, energia, etc. para ultrapassar o atrito da distância. Parcelas de terra também proporcionam dividendos porque elas relacionam-se com outras parcelas: as forças potenciais demográficas, de mercado e de varejo, são bastante reais dentro de um sistema urbano e, sob a forma de renda do espaço relacional, surgem como importante aspecto da prática social humana. A compreensão do urbanismo e do tema forma-espaço-processo social requer entender como a atividade humana cria a necessidade de conceitos espaciais específicos, e como a prática social e cotidiana resolve, com aparente tranqüilidade e perfeição, os mistérios filosóficos profundos relativos à natureza do espaço e às relações entre o processo social e as formas espaciais (p.5).*

A partir dessa definição, compreende-se que o espaço é fruto de uma determinada prática social, associada a um determinado modo de produção, que se modifica ao longo do tempo, em função de vários aspectos e relações do capital internacional e da divisão social do trabalho. Várias especialidades da ciência urbana, entre elas a sociologia, a economia e a geografia, buscaram compreender e conceituar o espaço a partir da sociedade moderna. Mas, segundo LEFEBVRE (1999), o conhecimento gerado pela fragmentação teórica da ciência, levou a decomposição do espaço nas várias disciplinas que têm como objeto a problemática urbana.

Dentro dessa perspectiva é que, tanto Lefebvre, quanto Gottdiener estabelecem suas críticas aos conceitos criados pelas ciências parcelares. O primeiro se destaca pela ênfase realçada na necessidade de resgatar os conceitos

de Marx, levando em conta o papel que o espaço desempenha nas formulações teóricas marxistas. O segundo, baseia-se nas formulações teóricas do precedente para lançar novas perspectivas sobre a produção do espaço, com ênfase na observação das ações dos agentes sociais e das redes organizadas em torno do circuito secundário do capital, que manipulam o espaço na busca de lucros e superlucros na cidade.

O estágio de produção do espaço contemporâneo é resultado de um longo caminho percorrido pelas sociedades ocidentais na formação e vivência do fenômeno urbano. No início, os grupos humanos, formados por coletores, pescadores, caçadores e pastores, todos nômades, foram marcando e nomeando o espaço. Depois, alguns grupos humanos começam a se fixar em aldeias, o que permite o desenvolvimento de técnicas de cultivo agrícola. O surgimento dos primeiros centros urbanos, a partir de algumas dessas aldeias, impuseram o desenvolvimento da agricultura pelo emprego da força, tanto no sentido de proteger, quanto de oprimir o camponês. Surgem as cidades políticas, as cidades-estado da Grécia Antiga, com seus administradores, sacerdotes, escribas, soldados, artesãos e operários. A cidade política das sociedades arcaicas era escravagista.

Em outro momento da história, porém, a cidade política ressurgiu da cidade arcaica, já em plena Idade Média. Nesse período, a propriedade do solo torna-se propriedade do monarca e dos nobres, porém, os camponeses e as comunidades das aldeias conservam a posse efetiva, mediante o pagamento de tributos ao rei ou à nobreza. Ao mesmo tempo, as relações de troca vão se intensificando entre as várias cidades. Contudo, os lugares destinados às trocas e ao comércio não acontecem na cidade política, mas nos seus arredores. Esse processo de integração do mercado e da mercadoria à cidade, como afirma LEFEBVRE (1999), levou séculos. Somente ao final da Idade Média é que o comércio se estabelece e se consolida nas cidades européias, onde a praça do

mercado se confunde com a praça central. O espaço urbano torna-se o lugar do encontro das coisas (mercadorias) e das pessoas. A cidade política foi aos poucos se desdobrando na cidade mercantil, onde a troca comercial tornou-se a principal função urbana, o que acabou repercutindo sobre a forma urbana, ou seja, a partir do triunfo dos mercadores, uma nova estrutura urbana se impunha à cidade medieval. O poder da nobreza feudal foi passando gradativamente para as mãos dos capitalistas comerciais em formação. A cidade medieval, foi, pois, sem perder o caráter político, se caracterizando pelas atividades do comércio, do artesanato e da acumulação da riqueza com o surgimento dos primeiros estabelecimentos bancários.

A cidade, que praticamente desapareceu com a queda das civilizações greco-romanas, ressurgiu no seio de uma nova realidade, onde os conflitos entre a burguesia comercial em ascensão e o poder constituído da Igreja e da nobreza vão se exacerbando paulatinamente. As concepções e leis naturais adotadas pelos teólogos medievais foram sendo derrubadas por novas teorias e descobertas. O sistema cósmico defendido pela Igreja, baseado no “Almagesto”, de Ptolomeu de Alexandria (séc. II), onde a Terra ocupava o centro do Universo, recebe um duro golpe com a divulgação do sistema heliocêntrico, proposto pelo polonês Nicolau Copérnico, em 1530, e que mais tarde seria comprovado matematicamente por Kepler e pelas observações telescópicas de Galileu Galilei. Gradativamente perde força a tese que concebe Deus como o centro do Universo e vai ganhando sustentação a tese que elege o homem como o centro do Cosmos.

O crescimento da riqueza material, alicerçada no comércio de mercadorias e nas descobertas científicas elevam as qualidades da criatividade humana e sua supremacia sobre a natureza. O Renascimento surge, pois, desse momento em que as estruturas feudais da Idade Média foram se desmoronando, dando lugar ao desenvolvimento das línguas e dos Estados nacionais. A intenção dos humanistas do Renascimento era desenvolver no homem o espírito crítico e a

plena confiança em suas possibilidades, condições que lhe haviam negado durante a época medieval.

Nesse momento da história, o campo deixa de produzir para os senhores territoriais, dominadores dos feudos, para produzir para a cidade, para o mercado urbano em franca ascensão. Segundo LEFEBVRE (1999), entre o homem e a natureza se estabelece a mediação essencial: a realidade urbana, que se inicia com os mercadores itinerantes assentados sobre as ruínas fortificadas das cidades romanas, para levar a cabo sua luta contra os senhores territoriais. A concentração da riqueza nas cidades e as descobertas científicas possibilitaram o fenômeno da Revolução Industrial, onde a indústria pode surgir tanto nas cidades pré-existentes como fez surgir novas cidades, em função de fatores como a proximidade das fontes de matéria-prima, de energia e de reservas de mão-de-obra. A partir daí, como assinala LEFEBVRE (1991), têm-se um processo com dois aspectos: a industrialização e a urbanização ou produção econômica e vida social. Um processo conflitante baseado numa unidade que os liga e os torna inseparáveis.

Ao longo da Idade Média, a realidade social vai sofrendo uma profunda transformação, a qual LEFEBVRE (1999) prefere chamar de inflexão da realidade social agrária para a realidade social urbana em ascensão. E não se pode dissociar essa inversão do capital comercial. Para LEFEBVRE (1999), é a cidade comercial, implantada sobre a cidade política, mas seguindo sua marcha que explica aquela inflexão. Assim, a cidade comercial precede um pouco a emergência do capital industrial e, portanto, da cidade industrial.

O fenômeno do crescimento da produção industrial vai se superpondo ao crescimento das atividades comerciais locais, regionais e globais, o que leva a sobreposição da cidade industrial à cidade comercial e o seu entorno agrário, pelo processo denominado por LEFEBVRE (1991) de implosão-explosão, caracterizado pela enorme concentração de pessoas, de atividades, de riqueza, de objetos, de instrumentos, de meios e de pensamentos, e pela projeção de fragmentos múltiplos

e disjuntos, formados por periferias, subúrbios, conjuntos habitacionais e cidades satélites. A realidade urbana, erguida a partir desse novo estágio do capitalismo, modifica as relações de produção, sem, contudo, conforme LEFEBVRE (1999) ser suficiente para transformá-las. Como a ciência, a realidade urbana, para LEFEBVRE (1999) torna-se força produtiva, ou seja faz parte das relações da produção.

Durante a fase de implosão-explosão da cidade industrial, assiste-se a concentração urbana, o êxodo rural, a extensão do tecido urbano e a subordinação completa do agrário ao urbano. Nesta fase crítica, da passagem da sociedade industrial para a sociedade urbana, ganha importância, segundo LEFEBVRE (1999), na consideração da análise do fenômeno urbano, o papel que o espaço desempenha como elemento das forças produtivas da sociedade, ao lado do capital, do trabalho e da terra como meio de produção.

Para GOTTDIENER (1997), até o momento, ignorou-se a idéia básica de Lefebvre quanto à necessidade de se reavaliar os conceitos de Marx, considerando integralmente o papel do espaço em sua formulação. Esse autor considera que a espacialidade, em particular, é parte das forças de produção, das relações de produção e da maneira pela qual interagem os níveis ou estruturas da sociedade, sendo que as contradições entre esses níveis se multiplicam e se complicam ainda mais quando interagem dentro da matriz espaço-tempo da organização social.

A tarefa que se propõe nesta pesquisa é basicamente a de se procurar explicar como atuam os agentes sociais e por meio de que mecanismos estes agentes concorrem para a produção do espaço urbano. Esta , sem dúvida, não é uma tarefa simples e suscita um posicionamento teórico, que se baseia na abordagem realista de GOTTDIENER (1997), que requer a compreensão do conceito marxista da Fórmula da Trindade, já que por meio deste é que o espaço enquanto terra é introduzido por Marx na equação entre capital e trabalho. Marx

concebia a renda como um retorno de um fator de produção – a terra. Esse retorno, no entanto, era um produto das relações capitalistas de produção, especialmente da instituição da propriedade privada. Marx considerava que a extensão à terra das relações de produção capitalistas e o conseqüente desenvolvimento daquilo que denominou moderna propriedade fundiária era uma pré-condição essencial para a própria existência do capitalismo como sistema social. GOTTIDIENER (1997) faz a seguinte interpretação do pensamento de Marx sobre a questão da moderna propriedade fundiária:

*Para Marx, a moderna propriedade fundiária como forma é importante porque constitui uma pré-condição para as relações industriais capitalistas de produção. Em particular, o sistema de trabalho assalariado requer que a terra seja mantida como propriedade privada e trabalhada como uma mercadoria. Somente através do mecanismo das relações sociais capitalistas aplicado às antigas posses de terras feudais é que as massas, que na formação social anterior tinham acesso à terra como recurso, foram afastadas dela e transformadas em trabalhadores assalariados (p.181).*

Em essência, Gottidiener realça o que Marx descreve acerca das transformações históricas de um modo de produção medieval - o feudalismo - para o modo de produção que possibilitou a Revolução Industrial - o capitalismo - originado na Europa Ocidental, a partir do século XVI. Com o surgimento do capitalismo, ocorre uma profunda alteração na relação *valor de uso* e *valor de troca*, cuja abordagem que propõe a relação entre estes dois conceitos na sociedade capitalista é feita por Marx.

HARVEY (1980), fazendo referência aos postulados de Marx acerca do *valor de uso* e do *valor de troca*, contidos nos capítulos iniciais de *O Capital* e de *Uma Contribuição à Crítica da Economia Política* tece as seguintes considerações sobre como Marx propõe a relação existente entre estas duas categorias na sociedade capitalista:

*Este [valor de troca], sugere, aparece à primeira vista como “relação quantitativa: a proporção pela qual valores de uso são trocados por outros”. Mas, em seu modo típico, passa, então, a indagar das forças que geram o valor de troca na sociedade capitalista. Ele [Marx] conclui que a criação de valor de troca reside no processo social de aplicação de trabalho socialmente necessário aos objetos da natureza para criar objetos materiais (mercadorias) apropriados para o consumo (uso) pelo homem. Marx, então, relaciona valor de uso e valor de troca entre si (p.133).*

O que Harvey sugere, interpretando os escritos de Marx, é que a mercadoria traz consigo múltiplas relações sociais, ou seja, pela mercadoria se pode apreender as relações sociais que se estabelecem para que ela (mercadoria) pudesse existir.

Também é interessante salientar as observações que Harvey faz acerca do conceito de *alienação universal*, explicado por Marx:

*Aí [ no *The Economic and Philosophic Manuscript of 1844* (pp. 106-119)], Marx mostra que os seres humanos tornaram-se, através da história, progressivamente mais alienados (1) do produto do trabalho (do mundo dos objetos e da natureza), (2) da atividade da produção (como perderam o controle dos meios de produção), (3) de sua própria e inerente “espécie” (que se baseia no sentido pelo qual os seres humanos são uma parte da natureza, e por isso têm uma natureza humana) e (4) de si próprios (como cada indivíduo assume uma identidade e é forçado a competir mais do que a cooperar com os outros). Esses aspectos da “alienação universal” estão todos presentes na mercadoria. A mercadoria, como simples objeto ou “coisa em si mesma”, é substituída na análise de Marx pela mercadoria como expressão de inumeráveis relações sociais que, através de simples mudança de mãos, pode passar por uma transformação radical de significado. A “mercadoria” assume consigo tudo o mais que está acontecendo na situação social, na qual ela é produzida e consumida (p.134).*

As mercadorias *solo* e suas *benfeitorias* não constituem mercadorias quaisquer. Nelas, segundo HARVEY (1980), os conceitos de *valor de uso* e de *valor de troca* assumem significado em uma situação mais do que especial. Harvey chama a atenção para seis aspectos dessas mercadorias tão particulares no sistema capitalista:

- (i) *O solo e as benfeitorias não podem deslocar-se livremente, e isso os diferencia de outras mercadorias, tais como o trigo, automóveis e similares(...). A localização absoluta confere privilégios de monopólio à pessoa que tem os direitos de determinar o uso nessa localização. É atributo importante do espaço físico que duas pessoas ou coisas não possam ocupar exatamente o mesmo lugar, e este princípio, quando institucionalizado como propriedade privada, tem ramificações muito importantes para a teoria do uso do solo urbano e para o significado do valor de uso e do valor de troca.*
- (ii) *O solo e as benfeitorias são mercadorias das quais nenhum indivíduo pode dispensar.*
- (iii) *O solo e as benfeitorias mudam de mãos relativamente com pouca frequência(...). A interpenetração dialética do valor de uso e do valor de troca na forma mercadoria não se manifesta no mesmo grau nem ocorre com a mesma frequência em todas as seções da economia urbana.*
- (iv) *O solo é algo permanente e a probabilidade de vida das benfeitorias é muitas vezes considerável. O solo e as benfeitorias, e os direitos de uso a elas ligados, por isso, propiciam a oportunidade de acumular riqueza (tanto para os indivíduos como para a sociedade)(...). Numa economia capitalista um indivíduo tem duplo interesse na propriedade, ao mesmo tempo como valor de uso atual e futuro e como valor de troca potencial ou atual, tanto agora como no futuro.*
- (v) *A troca no mercado ocorre em um momento do tempo, mas o uso se estende por um período de tempo (...). Direitos de consumo para um*

*período relativamente longo de tempo são obtidos com grande desembolso num momento do tempo. Consequentemente, as instituições financeiras devem desempenhar um papel muito importante no funcionamento do mercado do uso do solo e da propriedade na economia capitalista.*

- (vi) *O solo e as benfeitorias têm usos diferentes e numerosos que não são mutuamente exclusivos para o usuário (...). Cada indivíduo ou grupo determinará, diferentemente, o valor de uso (p. 135-136).*

HARVEY (1980) vai além da conceituação de Marx sobre a questão do *valor de uso*, quando este está relacionado à mercadoria solo e suas benfeitorias. Segundo ele, os valores de uso são basicamente formados relativamente ao que deveria ser chamado de *sistema de sustentação de vida* do indivíduo.

Para Harvey, não há como se criar uma teoria do uso do solo urbano fora deste sistema, sendo que se deve focar a atenção naqueles momentos catalíticos do processo de decisão sobre o uso do solo urbano, quando o *valor de uso* e o *valor de troca* colidem para tornar o solo e as benfeitorias mercadorias. As decisões relativas à alocação de atividades e recursos do solo são tomadas nesses momentos.

Segundo GOTTDIENER (1997), é importante observar como a lei do valor no espaço é estruturada e manipulada pela classe capitalista e suas relações sociais para produzir renda absoluta e renda de monopólio dentro da cidade. A base social dessa lei do valor permite que os valores da terra urbana possam ser criações tanto de fatores culturais ou políticos, como econômicos. Para GOTTDIENER (1997) é necessário fazer distinção entre o papel da terra na produção de bens e serviços e seu papel como meio de produzir riqueza. No primeiro caso, têm-se um quadro de cidade mais consentâneo com a visão neoclássica de competição entre comerciantes pelo direito de localizar as empresas em lugares particulares dentro do ambiente construído, de acordo com o custo da

localização ou renda. No segundo caso, têm-se aqueles capitalistas que manipulam o desenvolvimento da terra através de poderes monopolistas, a fim de criar as condições para a realização de renda e a produção de um meio ambiente de valores da terra dentro do qual deverão competir todos os concorrentes neoclássicos. Por meio deste caso é que GOTTDIENER (1997) sustenta a compreensão da produção das formas de assentamento e o valor da terra como um produto social.

Por outro lado, SINGER (1978) afirma que o espaço é apenas uma condição necessária à realização de qualquer atividade, portanto também da produção, mas não constitui em si meio de produção, entendido como emanção do trabalho que o potencia. A posse dos meios de produção é condição necessária e suficiente para a exploração do trabalho produtivo, ao passo que a ocupação do solo é apenas uma contingência que o seu estatuto de propriedade privada torna fonte de renda para quem a detém.

Para se compreender o conceito de renda da terra é importante se reportar à teoria da renda da terra desenvolvida por Ricardo e amplamente discutida por Marx. Segundo a noção de Ricardo, a renda é o preço pago pelo uso do recurso terra com o objetivo de produzir produtos agrícolas ou produtos da exploração mineral. Dessa noção ricardiana deriva a noção marxista de renda diferencial, a qual depende das qualidades da terra, de sua localização (em relação aos centros de consumo, por exemplo) e das técnicas, conhecimentos e capital empregados sobre a produção. Torna-se importante distinguir ainda o conceito de preço da terra, que seria o mesmo que a renda capitalizada. O comportamento do preço da terra na economia capitalista segue a mesma tendência da renda, ou seja, se a renda aumenta, o preço da terra tende a aumentar também, e vice-versa. O conceito de renda capitalizada tem o significado da busca de um valor, que aplicado no mercado financeiro, proporcione um juro equivalente à renda que o proprietário receberia pelo aluguel da mesma a um arrendatário qualquer durante um

determinado tempo. Fatores diversos podem influir sobre o preço da terra. Este pode aumentar em função da pressão de demandas urbanas sobre áreas agricultáveis, como a necessidade de novas áreas para a implantação de indústrias, casas, estradas, portos, aeroportos e outros equipamentos urbanos. As áreas sob o efeito da especulação imobiliária também sofrem aumento de preço, já que a demanda crescente pelas áreas urbanas melhor localizadas e pelas que dispõem dos melhores índices de aproveitamento do solo tendem a aumentar, à medida que a cidade cresce em termos econômicos e demográficos.

A concepção ricardiana da terra foi questionada por Marx com relação à renda obtida na faixa de terra mais marginal do seu esquema teórico, que para Ricardo seria igual a zero. Marx, todavia, definiu que sobre esta faixa existiria ainda uma renda, a qual denominou de renda absoluta. A renda absoluta, segundo Marx, é a renda resultante da diferença entre o valor do produto agrícola e o preço de produção do mesmo. Sendo o primeiro maior que o segundo e incluindo este uma taxa média de lucro, o preço do produto agrícola incluiria, além de um lucro normal ao capitalista-arrendatário que ali aplicasse seu capital, um excedente que se transformaria em renda a ser paga ao proprietário da terra.

Segundo GOTTDIENER (1997), a renda absoluta envolve a competência geral de todos os proprietários em alguma indústria de recurso natural (isto é, uma indústria com uma baixa composição orgânica de capital) de comandar um preço para esse recurso, independentemente dos fatores de mercado, pois o recurso é, em si mesmo, um ingrediente essencial da produção. SCOTT (SCOTT apud GOTTDIENER,1997), referindo-se a Marx quanto ao conceito de renda absoluta, sustenta que esta seria oposta à teoria de Ricardo, já que mesmo a terra perfeitamente marginal sempre obterá uma renda positiva diferente de zero. Para SCOTT, Marx sugere que o poder da propriedade privada capacita os donos de terra a adicionar uma taxa ou renda absoluta ao preço teórico de produção de

mercadorias agrícolas, de modo que essas mercadorias serão vendidas exatamente pelo seu valor de trabalho.

A noção de renda absoluta pode ser transposta para a realidade urbana, onde, por exemplo, pode-se ter uma determinada diversidade de oferta de lotes para instalação de fábricas ou de atividades de comércio. Nesta condição, mesmo o lote com pior localização dentre todos os demais, tem que ser comprado ou alugado. O valor do aluguel constitui-se, pois, num exemplo de renda absoluta, sendo que sua margem é determinada pela diferença existente entre o preço de mercado dos produtos da empresa que utiliza aquela localização e o seu preço de produção, já incluído aí o lucro do empresário-capitalista (SINGER, 1978).

Na visão de GOTTDIENER (1997), no entanto, os marxistas tendem a explicar a importância da renda absoluta na construção do espaço de uma maneira vaga ou acabam confundindo-a com o conceito de renda de monopólio. Sobre esse ponto, Gottdiener define o conceito de renda de monopólio e estabelece sua importância para a análise da produção do espaço urbano:

*A importância da renda absoluta permanece um pouco vaga, e na prática os marxistas tendem a explicá-la de uma maneira não muito clara (Edel, 1977;6), ou a usá-la permutavelmente com o conceito seguinte, renda de monopólio (Harvey e Chatterjee, 1974; Walker, 1975; Edel, 1977). Renda de monopólio, porém, se refere especificamente à capacidade dos proprietários de terra de extraírem pagamento pela terra quando a demanda por ela é estruturada por uma escassez produzida monopolisticamente, como no caso da competição por localizações específicas ou pedaços específicos de terra na cidade. A renda de monopólio, portanto, é a mais útil para a análise urbana, pois expressa a origem social do valor de localização. Como Scott assinalou (1980), sendo a teoria marxista da renda baseada na análise ricardiana da terra agrícola, seu uso no entendimento da questão da terra urbana é limitado, pois na cidade o valor da terra está associado à sua localização e não a seu valor intrínseco (p.176-177).*

SINGER (1978) destaca que o acesso a serviços urbanos tende a privilegiar determinadas localizações em medida tanto maior quanto mais escassos forem os serviços em relação à demanda. Em muitas cidades, a rápida expansão do número de seus habitantes leva esta escassez a um nível crítico, o que exacerba a valorização das poucas áreas bem servidas de infra-estrutura urbana. Deve-se salientar, porém, que a produção dos serviços urbanos é obra basicamente do Estado e que, portanto, a localização desses equipamentos pode ser afetada por grupos de pressão interessados na localização desses equipamentos com vistas a obter valorização imobiliária.

Aqui, é importante observar a distinção que GOTTDIENER (1997) diz necessário se fazer entre o papel da terra na produção de bens e serviços e seu papel como meio de adquirir riqueza. Por conseguinte, o papel que a renda de monopólio assume é importante para entender porque o capitalismo atua na produção do espaço, como ele mesmo assinala:

*Em suma, não estou interessado em detalhar a determinação da renda de acordo com a análise econômica marxista ou com a ricardiana (ver Scott, 1980) uma vez que isso apenas fornece uma outra imagem da maneira como atua o capitalismo, mas não explica por que ele atua. Este se revela somente se seguirmos a crítica de Marx e entendermos que o preço da terra urbana é uma criação social. Assim, é importante mostrar como a lei do valor no espaço é estruturada e manipulada pela classe capitalista e suas relações sociais, para produzir renda absoluta e renda de monopólio dentro da metrópole. A base social dessa lei do valor significa que os valores da terra urbana podem ser criações tanto de fatores culturais (Frey, 1945) ou políticos (e.g., Brasília; ver também Misztal e Misztal, 1984) como econômicos (p. 178).*

Ou seja, as observações de Gottdiener conduzem a compreensão na direção de que a terra, enquanto espaço urbano, é regida por leis que não são apenas as de mercado. Na verdade, como os agentes que atuam no ramo

imobiliário exercem diversas formas de poder e de manipulação sobre o espaço urbano, pela mediação do Estado, as leis desse mercado seguem a lógica que lhes convém, através de mecanismos de valorização imobiliária, o que paulatinamente vai encarecendo o preço da terra urbana. Como assinala Gottdiener, o ponto essencial no caso do bem imóvel é que se trata de uma mercadoria que possui seu próprio mercado, ou seja, sob o capitalismo o bem imóvel é um produto social que não pode ser separado das forças ou instituições econômicas, políticas e culturais, como, por exemplo, as do capital financeiro, que administram e regulam os usos do espaço.

Diferentemente da visão de interpretar os efeitos sobre o espaço pela ação da luta de classes, ou pela ação de uma classe formada pelos proprietários de terra ou pela teoria do consumo coletivo, Gottdiener considera o setor da propriedade, no atual momento do capitalismo, composto pelo mercado imobiliário, sua infra-estrutura de apoio (instituições financeiras públicas e privadas, seguradoras, incorporadoras, etc.) e frações de classe (loteadores, corretores, empreendedores, incorporadores, proprietários de glebas e de lotes urbanos). GOTTDIENER (1997) entende que o processo de acumulação de capital no espaço só é possível pela mediação do mercado imobiliário:

*Em suma, a conexão entre o valor de uso da localização, que é um produto social, e o preço pelo uso do espaço, que é expropriado pelos particulares, é percebida quando entendemos o mercado imobiliário como um elo mediador no processo de acumulação de capital. A renda dos economistas políticos é um mero epifenômeno da produção social do espaço. A extração de retornos monopolistas no imóvel é, então, uma função da capacidade de grupos de capitalistas que trabalham às vezes com o Estado de aplicarem poderes conspiratórios para canalizar recursos e desenvolvimento em direções espaciais particulares. A forma do ambiente construído é, então, uma função desta última atividade e das muitas ações de outros interesses, não-monopolistas, que também se aplicam no mercado imobiliário e contribuem para a mudança rápida do uso da terra. O setor da*

*propriedade, portanto, envolve tanto determinantes estruturais quanto ações sociais de grupos; a síntese que deve seguir entenderá a produção do espaço nos termos dessa dialética ação-estrutura (p.180).*

A acumulação de riqueza no espaço, intermediada pelo setor imobiliário decorre, pois, do fato da terra ser uma mercadoria fragmentada e pulverizada pelas forças econômicas e políticas que atuam sobre o espaço abstrato e do fato de ser suportada socialmente no seu valor pela ação predominante do Estado, ou seja, o valor da terra é sempre um produto social. No processo da produção do espaço, o preço da terra e os seus mecanismos de valorização estão assentados sobre a oferta de bens imóveis, os quais apresentam uma variada gama de situações em termos de localização, de acessibilidade, de proximidade com equipamentos públicos e de variedade de usos decorrente da organização social.

Apesar das flutuações dos retornos financeiros dos bens imóveis, segundo GOTTDIENER (1997), sempre se pode orientar a propriedade para outros usos e, potencialmente, fazer parecer um investimento lucrativo. Para Gottdiener, esse potencial é uma função do espaço social e se constitui em valor produzido socialmente, o que torna o investimento na terra atraente, mesmo quando o setor produtivo atravessa um período de desaceleração do crescimento econômico.

A mercadoria terra, embora seja regida pelas leis gerais do capitalismo e apresente pontos semelhantes às demais mercadorias, tem alguns elementos de articulação dentro das relações capitalistas que a diferenciam, como os fatores institucionais que envolvem a regulamentação, o subsídio, a taxação do ambiente construído, a baixa composição orgânica de capital e a versatilidade de uso possível no ambiente urbano. Esta mercadoria se insere em um circuito – o circuito secundário do capital – o qual varia, em termos de desempenho, de acordo com a disponibilidade de capital acumulado gerado a partir da produção – o circuito

primário do capital. Sobre o funcionamento do circuito secundário do capital, GOTTDIENER (1997) faz as seguintes observações:

*A saúde do circuito secundário é, claramente, um fenômeno cíclico que varia de acordo com a disponibilidade de capital acumulado; Gottlieb (1976) demonstrou o papel que os ciclos de negócios desempenham em tal atividade. O bem imóvel, porém, existe e persiste no tempo como investimento lucrativo, independentemente de tais ciclos. Essa qualidade deriva da própria natureza da propriedade como mercadoria dotada de um mercado dentro da rede de relações sociais capitalistas. Embora o bem imóvel não seja produzido da maneira normal como são feitos os bens “não-duráveis” ou “menos duráveis”, é vendido como mercadoria sob os arranjos semelhantes do mercado. Particularmente, o mesmo pedaço de terra com seus mínimos melhoramentos de capital pode ser utilizado de maneiras muito diversas – de tal modo que o espaço abstrato, pulverizado, apresenta possibilidades quase infinitas de valor de troca para a movimentação da terra na sociedade. Isto é, ao contrário dos lucros oriundos do circuito primário, a realização de valor na terra ocorre por causa de sua baixa composição orgânica de capital e por causa da facilidade com que pode ser transformada em usos alternativos e depois comercializada (p. 188).*

No processo de acumulação de capital no espaço dois aspectos se tornam primordiais na análise, conforme Gottdiener. Há necessidade de se compreender a maneira como o circuito secundário atrai investimentos do circuito primário e se verificar se esse circuito é sempre o local de formação de capital. O primeiro aspecto focaliza a estrutura institucional ligada à circulação de capital no ramo imobiliário, como bancos, companhias de seguros e os programas de governo, ou trabalha sob a ótica das atividades dos indivíduos em diferenciar as várias formas de mercadoria que o imóvel pode assumir, pela facilidade de transferência da propriedade da terra na atração de investimentos para o circuito secundário.

Além do que, não existe uma determinada classe ou tipo específico de indivíduo que opere no ramo imobiliário para gerar riqueza. Na verdade, o que ocorre é uma infinidade de tipos de agentes e de usos no mercado da terra, o que leva a uma matriz de muitos indivíduos contrapostos a uma infinidade de usos na realização de lucro pelo investimento de capital no espaço. GOTTDIENER (1997) identifica cinco grupos de agentes que atuam no mercado imobiliário:

*Há, pelo menos, cinco categorias amplas de usuários envolvidos na transferência da terra por lucro: proprietários rurais de terra não-desenvolvida, especuladores de terras, empreendedores, construtores e proprietários de terra desenvolvida. Dentro de cada categoria, existem vários tipos diferentes, e o mesmo indivíduo pode participar das cinco ou se especializar em apenas uma delas. Embora alguns desses indivíduos estejam interessados na transferência rápida – construtores, por exemplo -, outros se contentam em esperar dez anos ou mais para realizar um investimento na terra. Além disso, enquanto alguns investidores na terra se servem da venda de outros ativos para financiar suas aventuras, a maioria usa dinheiro de outras pessoas, empenhando-se num complexo processo de financiamento que envolve várias instituições, como bancos, companhias fiduciárias, associações de poupança e empréstimo e corporações de desenvolvimento. Além disso, cada um desses investidores pode fazer com que o mesmo pedaço de terra assuma vários usos que dependam do contexto social. Finalmente, além desses atores espaciais diretos, há uma admirável infra-estrutura organizada em torno das atividades do circuito secundário, especialmente agentes financeiros como banqueiros, empregados de companhias fiduciárias de empréstimos independentes e companhias de seguros, agentes do setor imobiliário, funcionários públicos locais, planejadores, etc. (p. 189-190).*

A infinita possibilidade de investimentos na terra, determina sua natureza competitiva no tocante à oferta em áreas urbanas, o que contribui para seu alto preço e para as dificuldades cíclicas na realização de lucros. Como afirma GOTTDIENER (1997), ao mesmo tempo, quanto mais rápida for a conversão do imóvel, mais rápido o preço subirá, e quanto mais rápido o preço subir, maior será o

incentivo para os investidores transformarem a maior parte dos tipos de propriedade. Quando as taxas de juros são razoáveis, resulta num alto nível de atividade, que contribui para atrair o investimento no circuito secundário.

Na análise da dinâmica imobiliária no Brasil, que emerge, ainda que de modo tímido, a partir de meados dos anos 40, conforme assinalado por RIBEIRO & AZEVEDO (1996), observa-se que esta se fundamenta em arranjos formalizados, envolvendo uma grande variedade de instituições, públicas e privadas, e de categorias profissionais, que passam a regular as relações de troca no seu interior, bem como as suas interações com outros setores da economia. Com a estruturação do Sistema Financeiro de Habitação-SFH - e com a criação do Banco Nacional de Habitação-BNH, em 1964, o dinamismo do setor imobiliário permitiu considerável expansão na maioria das cidades brasileiras. O BNH, como sugerem RIBEIRO & AZEVEDO (1996), teve o seu papel limitado ao de órgão normativo e de supervisão, deixando a seus diferentes agentes especializados a aplicação da política habitacional. A expansão deste aparato institucional teve como consequência a transformação progressiva do BNH em um verdadeiro banco de desenvolvimento urbano.

No município de Criciúma, verifica-se a expansão do setor imobiliário a partir de 1975, tendo dois grupos de atores ou agentes mais significativos. O primeiro, formado por empresas construtoras e incorporadoras que, captando recursos do SFH, foram construindo unidades verticalizadas multifamiliares nas proximidades do centro tradicional e nos bairros Comerciário e São Cristóvão. O segundo, formado por proprietários de terra que foram criando novos loteamentos, sendo que entre estes se encontravam os loteamentos implantados por várias empresas de mineração de carvão, incluindo-se a própria Carbonífera Próspera S/A. Por outro lado, o Estado, através do SFH, da COHAB – Companhia de Habitação - e da própria Prefeitura Municipal, construíram vários conjuntos

habitacionais, implantados basicamente no setor Oeste da cidade, a partir também de meados da década de 1970.

A consolidação do mercado imobiliário local, deve-se em muito, portanto, ao papel desempenhado pelo SFH como agente repassador de recursos do trabalhador para financiar este setor, do qual, várias empresas construtoras, ainda hoje em atividade, se beneficiaram. Grande parte dos investimentos, no entanto, se concentraram nas proximidades do centro da cidade e nos bairros a ele contíguos (Comerciário e São Cristóvão), gerando oferta de unidades para atender às demandas da classe média e de alta renda, onde justamente recai grande parte da oferta de serviços públicos e de atividades comerciais e de prestação de serviços mais especializados. Ou seja, os recursos do SFH foram desviados dos setores populares da população para o segmento de incorporação, o qual determinou a produção de unidades para as classes com condições de suportar o custo da unidade de moradia. A instabilidade da economia, por sua vez, provocou seguidas mudanças nos cálculos de financiamento, sendo que a ampliação de prazos de pagamento, a redução da taxa de juros e os altos índices de inadimplência determinaram a insolvência do BNH, o que acabou levando à sua extinção em 1986. As crises sofridas pela economia brasileira entre 1981 e 1983 e entre 1986 e 1987, com um quadro inflacionário associado a um período de recessão, com retração da renda da massa assalariada do país, estabeleceu um distanciamento entre o preço dos imóveis e a renda dos compradores, o que em muito contribuiu para a desintegração do principal sistema de crédito imobiliário do setor público.

Muitos agentes financeiros, inclusive, captaram recursos do SFH e os utilizaram em outros setores mais lucrativos, estranhos ao ramo da construção de moradia para atendimento do trabalhador, conforme assinalou BOLAFFI (1982):

*Progressivamente, a partir da sua criação, o BNH afastou a aplicação de seus recursos financeiros na habitação popular para investi-los em obras de infra-estrutura (transporte, saneamento, equipamentos urbanos, drenagem), buscando evidentemente atingir um mercado com poder aquisitivo que pudesse fazer frente aos preços dos imóveis e às taxas de juros e correções monetárias que aumentam anualmente mais que o aumento do salário mínimo. Em linhas gerais, portanto, o BNH é um captor compulsório de recursos (propriedade de que o Estado se investe), passando-os para a iniciativa privada através de agentes financeiros ou ainda de organismos administrativos estaduais e municipais, mobilizando principalmente a indústria da construção civil e com ela a indústria de materiais de construção. A política de controle salarial e a política de renda orientadas pelo Estado são decisivas para viabilizar a política do BNH através da criação da demanda econômica, isto é, mercado com poder aquisitivo necessário para viabilizar o sistema proposto (p. 80-81).*

Mas, segundo RIBEIRO (1996), não foi só isso que contribuiu para a aniquilação do SFH. A ação especulativa do setor imobiliário, como sugere, teve papel decisivo no processo:

*Quando analisamos as razões do caráter especulativo, verificamos que ele se assenta (1) na permissividade da regulação pública da produção do espaço construído e (2) na existência de um modo de produção do espaço construído (Ribeiro, 1986), responsável por uma estrutura urbana marcada por profundas desigualdades materiais e simbólicas das condições habitacionais nas cidades brasileiras. Esta desigualdade torna inelástica a oferta de terras urbanizadas, fazendo com que a produção em massa de mercado, competitiva, encontre limites para emergir. A dinâmica especulativa, ao mesmo tempo que se alimenta dessas desigualdades, concorre de forma ativa para a manutenção e reprodução desse modo de produção do espaço (p.113-114).*

No cerne dessa questão está o fato de que os governos que criaram e administraram o SFH e o BNH não conduziram, em paralelo com a política habitacional, uma política fundiária para o país (BOLAFFI, 1982), tanto urbana

quanto rural. Conseqüentemente, se alimentou a distorção do papel econômico do solo urbano, gerando como resultado um processo progressivo e auto-alimentado de crescimento periférico das cidades brasileiras. Segundo BOLAFFI (1982), o circuito de alimentação desse processo se faz do seguinte modo:

- a) *a aquisição de solo para fins econômicos alheios às necessidades de utilização cria uma demanda puramente especulativa;*
- b) *a demanda especulativa retira porções consideráveis do solo urbanizado do mercado, elevando artificialmente o seu valor. A elevação dos valores imobiliários encarece a utilização do solo e contribui para alimentar a espiral inflacionária;*
- c) *mas, como existe uma demanda real em crescimento geométrico, acompanhado por investimentos econômicos que elevam a renda da terra, o valor do uso do solo urbano sempre se eleva a taxas maiores do que aquelas da inflação. O efeito final reforça a demanda especulativa, que ganha novos estímulos e realimenta o processo, aumentando sua velocidade;*
- d) *uma parte da demanda real é expulsa para áreas cada vez mais distantes, enquanto a retenção especulativa mantém lotes ociosos ou ineficientemente ocupados nas áreas urbanizadas, a marcha se expande a níveis bem maiores do que os requisitados pelo incremento demográfico.*

*A resultante do processo, do ponto de vista urbanístico, é o padrão periférico do crescimento da metrópole com todas as suas características: baixa densidade de ocupação do solo urbano, aumento das distâncias, ineficiência dos transportes, elevação dos custos sociais e privados da urbanização e comprometimento irreversível da eficiência da administração pública (p. 59-60).*

Torna-se importante, portanto, identificar os mecanismos internos que operam no setor imobiliário e que determinam as condições de funcionamento da dinâmica especulativa na cidade, observando o modo como essa dinâmica absorve e conduz para a cidade os efeitos produzidos externamente na escala macro-

econômica. RIBEIRO (1996) identifica dois elementos que, segundo ele, determinam o funcionamento da lógica especulativa em nossas cidades:

*A oferta de moradias depende, com efeito, da oferta de crédito, capaz de financiar o longo processo de construção e comercialização, e da oferta de terras urbanizadas. A geração destas duas ofertas é problemática: o financiamento depende de condições econômicas e financeiras especiais que permitam o surgimento de um sistema de crédito ligado a um bem cujo valor relativo é alto, numa sociedade que tende a estabelecer a renda do conjunto da população ao nível das necessidades imediatas de reprodução da força de trabalho. A oferta da terra urbanizada, isto é, conectada ao sistema de equipamentos, infra-estrutura e serviços urbanos que complementam a utilidade da moradia enquanto valor de uso complexo, depende da interação de vários mercados (de solo, de obras públicas, de serviços, etc.) e da prestação direta ou indireta (regime de concessão) pelo poder público de certos serviços urbanos (p. 114).*

Para RIBEIRO (1996), são estas condições particulares que dão substância social e histórica à existência da relação que se materializa na forma do capital de incorporação. O incorporador, segundo Ribeiro, entra no processo porque viabiliza financeiramente o empreendimento, centralizando vários tipos de poupança e de capital, e o acesso à terra urbanizada.

Na cidade de Criciúma, o modo corrente de atuação do incorporador é o da produção de habitação para as classes de renda média e alta. Neste caso, o investimento se dá diretamente sobre lotes de terra desenvolvida, com índices de aproveitamento construtivo generosos previstos pela legislação urbanística em vigor. O interesse desses incorporadores sobre setores importantes da cidade determina a atuação desses agentes na discussão e alteração da legislação urbanística. Sua ação se dá nos setores de maior intensidade especulativa e de velocidade de realização dos negócios imobiliários, pois a escassez progressiva dos lotes de melhor localização determina a valorização crescente dos remanescentes, levando estes incorporadores a um processo de concorrência pela

busca da inovação constante em seus produtos. Estes incorporadores atuam no padrão que RIBEIRO (1996) denomina de ganho de conjuntura, pois nesse padrão de atuação, quando aumenta o ritmo de produção, aumenta a concorrência dos incorporadores em todos os submercados, o que leva os preços a subir ao nível que reduz a margem de lucro dos empreendimentos. A dimensão desse mercado é determinada pela demanda que tem condições de arcar com os custos criados dentro desse circuito. Alguns incorporadores, inclusive, quando atingem um nível de crescimento superior à capacidade da demanda local, aventuram-se em novos mercados, como o de Porto Alegre e de Florianópolis. É difícil se verificar investimentos no setor imobiliário da cidade comparável ao desempenho da produção de moradia. A produção de unidades comerciais, por exemplo, é muito pequena se comparada à produção de unidades residenciais, especialmente nos últimos quinze anos. Estima-se hoje que cerca de 30% das unidades residenciais produzidas pelo mercado local sejam destinadas para uma demanda de compradores estabelecida temporariamente nos EUA, que vem formando uma poupança em dólares e que compra um imóvel na cidade, já que seu objetivo é de dentro de alguns anos retornar à região e montar um negócio próprio. Algumas imobiliárias locais, inclusive, abriram filiais na cidade de Boston, visando justamente atrair compradores para os empreendimentos lançados pelas construtoras mais tradicionais do mercado local.

Já o empreendimento do *Criciúma Shopping Center*, trata-se de um caso particular de investimento, que parte da construção de um equipamento de uso comercial para a valorização da terra urbana e, inclusive, de redefinição dos usos no seu entorno imediato, o que promoveu e acelerou as alterações do uso do solo urbano sobre os lotes dos Loteamentos Nova Próspera, abrindo assim novas possibilidades para, num futuro não muito distante, o capital dos incorporadores atuar. Porém, abrem-se novas perspectivas de atuação, além da produção de

moradias, tais como hotéis, flats, centros de negócios, centros de eventos e de exposições, etc.

Conforme RIBEIRO (1996), os agentes incorporadores que atuam visando o ganho de inovação são importantes agentes de transformação do uso do espaço. Normalmente, estes incorporadores têm dois níveis de ação: um que se estabelece sobre o próprio empreendimento e que se pode associar aos incorporadores produtores de apartamentos e que passam a oferecer variações de produtos a partir do uso, tais como flats, apart-hotéis, condomínios horizontais ou agregam novos elementos aos condomínios verticais, como áreas destinadas à prática do lazer e do esporte. A outra linha de ação passa a ser sobre a transformação na divisão social do espaço, tendo como princípio a observância às tendências de mudanças do mercado imobiliário, o que leva a investimentos em glebas ou sobre grande quantidade de lotes para ganhos de valorização posterior. Isso implica na formação de monopólio sobre determinados espaços da cidade cujo potencial de diversificação de uso torna-se evidente ou latente.

A reprodução do capital requer diferentes demandas por espaço. Ora temos as atividades produtivas, ora temos as atividades de consumo como as de abrigo para a reprodução da força de trabalho requerendo espaço. A disputa pelas vantagens locacionais de cada espaço irão determinar o seu valor no mercado. SINGER (1978) a esse respeito esclarece:

*A demanda de solo urbano para fins de habitação também distingue vantagens locacionais, determinadas principalmente pelo maior ou menor acesso a serviços urbanos, tais como transporte, serviços de água e esgoto, escolas, comércio, telefone, etc. e pelo prestígio social da vizinhança. Este último fator decorre da tendência dos grupos sociais mais ricos de se segregarem do resto da sociedade e da aspiração dos membros da classe média de ascender socialmente.*

*O acesso a serviços urbanos tende a privilegiar determinadas localizações em medida tanto maior quanto mais escassos forem os serviços em relação à demanda. Em muitas*

*ciudades, a rápida expansão do número de seus habitantes leva esta escassez a nível crítico, o que exacerba a valorização das poucas áreas bem servidas. O funcionamento do mercado imobiliário faz com que a ocupação destas áreas seja privilégio das camadas de renda mais elevada, capaz de pagar um preço alto pelo direito de morar. A população mais pobre fica relegada às zonas pior servidas e que, por isso, são mais baratas (p.27).*

À realidade urbana de Criciúma, além das considerações acima, se deve acrescentar o fator degradação do solo causada pela mineração, o qual contribuiu para estabelecer o gradiente de valor, sendo que os mais baixos ou nulos se davam sobre as áreas de propriedade das empresas mineradoras, onde ocorreram atividades de extração ou de beneficiamento do carvão. E estas destruíram uma parte significativa do território municipal.

Este processo de degradação do solo, próprio da natureza do carvão explorado na região Sul Catarinense, implicou numa acentuada desvalorização do solo, tanto para fins agrícolas quanto urbanos. Foi preciso, então, que o Estado interviesse, através da recuperação de algumas áreas para que se promovesse a expansão urbana. Com isso, se beneficiaram os promotores de novos loteamentos e aqueles que investiram no mercado da terra urbana de forma especulativa.

Lefebvre, segundo GOTTIDIENER (1997), sustenta que as relações sociais que regem as atividades associadas ao espaço precisam adequar-se à forma pela qual o espaço é usado para adquirir riqueza. Esse relacionamento é contraditório, desde que os usos do espaço para fazer dinheiro estão em permanente conflito com a instituição da propriedade privada, isto é, relações de posse, e com a gestão pública das atividades econômicas. Em decorrência disso, o espaço capitalista se pulveriza pelas relações sociais da propriedade privada, pela demanda de fragmentos intercambiáveis e pela capacidade científica e técnica de tratar o espaço em níveis cada vez mais vastos.

Não se pode deixar de registrar, no entanto, que a seletividade do espaço construído na Grande Próspera é resultante de um processo de maturação

de longo prazo, combinando ações políticas e econômicas sobre o mesmo. Ações estas em escala regional e local, que determinaram a localização da infra-estrutura de acessibilidade, a diversificação industrial, a expansão dos assentamentos humanos e a consolidação de um novo setor de comércio e serviços da cidade.

Todas estas ações, como se terá oportunidade de ver mais adiante, permitiram estabelecer uma centralidade própria nos loteamentos Nova Próspera, em relação não só à Grande Próspera, mas também em relação à cidade e com repercussão sobre o espaço regional.

No entanto, para que determinadas áreas dos loteamentos Nova Próspera se consolidassem com *status* de centralidade foi preciso que o Estado, através da administração pública municipal, investindo recursos próprios ou recursos oriundos de outras esferas governamentais, conduzisse o ritmo e definisse os limites da expansão urbana na região da Grande Próspera. Por isso, se justifica o interesse pelo estudo, não só dos loteamentos Nova Próspera, mas da associação destes com o espaço urbano produzido pelo poder público municipal, através do projeto denominado Mina-4.

A escolha destas duas áreas como objeto de estudo tem, pois, um propósito claro de verificar, pela leitura dos acontecimentos históricos, o que se enuncia teoricamente. Neste caso, a teoria a que estes fatos se reportam foram desenvolvidas por Lefebvre, que descreve o papel ideológico do Estado e da empresa, através da planificação. Para LEFEBVRE (1991), o Estado e a empresa, cada qual atuando ao seu modo, em planos distintos, apesar de suas diferenças e conflitos, convergem para a segregação.

As referências teóricas de LEFEBVRE (1991) são oportunas para o caso em estudo porque, segundo ele, o Estado, a fim de disfarçar sua participação na prática da segregação, usualmente adota uma posição humanista, porém utópica ou demagógica. Essa prática se dá pela planificação e, através dela, tanto o Estado quanto a empresa, procuram se apoderar das funções do urbano. Por isso,

Lefebvre denuncia que a crise da cidade, cujas condições e modalidades são pouco a pouco descobertas, não deixa de se fazer acompanhar por uma crise das instituições na escala da cidade, da jurisdição e da administração pública.

Complementando Lefebvre, GOTTIDIENER (1997) afirma que essa crise advém da forma hierárquica que assume o Estado. Forma esta dotada de abstração concreta de poder, numa relação de subordinação-dominação, que é então utilizada por burocratas para controlar a sociedade. Além disso, ele concebe sua essência, a tarefa concreta da dominação da mesma forma que realiza o poder econômico - historicamente pela destruição, no curso do tempo, do espaço social e pela sua substituição por um espaço instrumental, fragmentado, e uma estrutura administrativa hierárquica desenvolvida no espaço.

Embora o município de Criciúma experimente espetacular crescimento econômico em decorrência do aumento da produção de carvão, durante a primeira metade da década de 1980, isto não significou, todavia, melhorias sociais na mesma proporção. Ao contrário, o aumento da produção de carvão foi possível pela modernização das minas, as quais vinham sendo mecanizadas. Isso fez com que os postos de trabalho também fossem reduzidos. Por outro lado, os demais setores produtivos locais se ressentiam dos efeitos da recessão econômica generalizada do país, o que não permitia a absorção da mão-de-obra excedente das minas, principalmente na indústria cerâmica e na indústria da construção civil. Para agravar esta situação, a segunda metade da década de 1980 não foi favorável também ao setor carbonífero, que iria gradativamente reduzindo o volume de produção.

Ora, se o município de Criciúma vivia um momento social e econômico delicado à medida que ia avançando a chamada *década perdida*, na qual se sobressaíam problemas de oferta de emprego, de moradia e de degradação ambiental, é natural que o Estado atacasse esses problemas de forma prioritária.

Tal ação de fato se estabeleceu, porém sob a forma de uma estratégia ideológica incorporada pela administração pública, através de um plano de ação.

Poder-se-ia questionar que a área do Poço-4, que resultou no projeto Mina-4, não teria outra vocação senão de *status* de periferia, já que as condições de degradação do solo era tal que o valor do mesmo era praticamente nulo. De certo, em tais condições, essa vocação é inegável. O que se procura destacar, no entanto, é o caráter ideológico empreendido pelo Estado no sentido de restabelecer àquela área um valor imobiliário, permitindo assim que a expansão urbana desejada tivesse sucesso. Ou seja, por trás de uma intenção humanista, de proporcionar renda e moradia a uma parcela da população à qual era negado o direito à cidade, o Estado proporcionou, de fato, as condições necessárias para o mercado da terra urbana operar, ficando o projeto Mina-4 num plano secundário, ao ser executado de forma parcial, pois apenas se construiu duas centenas de casas em relação a tudo que se havia planejado para aquela área.

As condições técnicas e materiais de cada sociedade determinam o grau de controle de uso do tempo no espaço urbano. E as classes dominantes, que se apropriam dessas condições, estabelecem os mecanismos que asseguram o controle do tempo, através da planificação, onde o Estado assume um papel de subordinação em relação aos interesses dessas classes sociais dominantes.

Diante do que se discorreu acima, pode-se concluir que entre o centro e a periferia existem outros níveis de centralidade. No caso da área dos loteamentos Nova Próspera, o que se percebe é que sobre estes se define um nível de centralidade com características de concorrência com o centro tradicional do bairro Próspera e com influência regional, fruto de um processo de conurbação com o município vizinho de Içara e das atividades comerciais e de serviços ali instaladas. Ou seja, as condições de acessibilidade promovidas pelo Estado e as condições de desenvolvimento dos transportes, quer seja do transporte individual,

quer seja do transporte coletivo, promoveram aquela área a uma condição de centralidade particular no processo de urbanização da cidade de Criciúma.

Mas esta centralidade extravasa ainda os efeitos da conurbação e assume o caráter de pólo de atração regional com a inauguração do *Criciúma Shopping Center*, porque a partir dele e da acessibilidade consolidada, sua influência recai sobre outros municípios vizinhos, como Morro da Fumaça, Cocal do Sul, Urussanga, Siderópolis, Forquilha e Nova Veneza, atraindo as parcelas da população desses municípios com maior poder aquisitivo para a atividade do consumo.

Foram estas características peculiares, da centralidade latente daquela área, que atraíram o *circuito secundário do capital*, assim denominado por Lefebvre e amplamente empregado por Gottidiener.

Houve, na verdade, uma conjugação de fatos que propiciaram a motivação de um determinado setor deste circuito a investir sobre aquela área. Com a infra-estrutura e acessibilidade em razoáveis condições de consolidação, asseguradas em grande parte pela ação direta do Estado, e a oportunidade ímpar do leilão dos lotes dos loteamentos Nova Próspera, promovido pela Comissão de Liquidação do Patrimônio da Carbonífera Próspera S/A, o que se promoveu foi um notório incentivo à participação de capitais, oriundos do setor produtivo, em um momento de crise do setor financeiro, na alimentação do circuito do setor imobiliário. Neste caso, ainda se reportando apenas a investimentos em lotes de terra, como suportes de futuros espaços construídos.

Mas o que importa abordar é o modo como estes capitalistas irão investir a fim de garantir um retorno financeiro maior do que as taxas de juros que o sistema financeiro lhes poderia proporcionar no mesmo espaço de tempo. Sobre isto, se tratará mais à frente, quando se irá discutir o conceito do chamado *circuito secundário do capital*. Por ora, se considera melhor compreender como os Loteamentos Nova Próspera passaram a se valorizar, a partir de uma centralidade

que se foi construindo ao mesmo tempo em que se definia a periferia da Grande Próspera.

Dentro do conceito de *periferia*, enquadram-se perfeitamente as questões relativas ao deslocamento. Segundo VILLAÇA (1998), as necessidades e condições de deslocamento, como também a tecnologia de transporte, variam conforme as classes sociais. Assim, o conceito de *periferia* está associado a uma condição de *aprisionamento* das camadas mais pobres da população ao espaço, dado que suas condições de deslocamentos são muito restritas.

Entretanto, este parece não ser o caso da periferia construída a partir do projeto Mina-4. Ao contrário, as características da periferia do projeto Mina-4 estão muito mais associadas à baixa renda diferencial do que aquele *aprisionamento* no espaço ao qual se refere Villaça. Há relativa oferta de transporte coletivo, o que aproxima aquelas populações da oferta de trabalho ou do centro. O que tem ocorrido, porém, é que a oferta de trabalho tem decrescido nos últimos anos, levando estes trabalhadores a se lançarem ao mundo do subemprego, aos biscates e ao comércio ambulante. Por isso, a periferia passou a se *mover*. Certamente grande parte das pessoas que habitavam o loteamento Mina-4 se transferiram para outros pontos da cidade ou invadiram outras áreas periféricas nas imediações do próprio Mina-4.

A periferia apresenta vários *níveis de periferia*, como afirmam BONDUKI e ROLNIK (1982), se referindo às periferias de São Paulo:

*Estas “várias periferias” não se configuram, necessariamente, como círculos concêntricos, embora seja possível identificar algo parecido com esta configuração em alguns setores ou vetores da expansão da metrópole.*

*E será entre essas periferias que a população de baixa renda se deslocará, vendendo sua casa e mudando seu local de moradia; provavelmente, se deslocará no sentido do gradiente declinante de renda diferencial, ou seja, de uma periferia para outra mais carente, reproduzindo seu espaço para reproduzir sua força de trabalho (p.148).*

As observações acima conduzem o enfoque sobre como também as classes mais pobres procuram reproduzir as leis do mercado, já que estas acabam fazendo de suas casas uma mercadoria que, em muitos casos irá complementar em momentos financeiros mais críticos a sua renda. Deste comportamento da periferia, no caso de Criciúma, mais especificamente, na Grande Próspera, o que se observa é a construção de outras periferias, num movimento de expansão nas imediações das periferias pré-existentes.

Houve invasões próximas do loteamento Mina-4, sobre áreas degradadas pela mineração, na própria área do Projeto Mina-4 e em outras áreas de propriedade da Carbonífera Próspera. O gradiente declinante da renda diferencial os conduziram para as áreas degradadas pela mineração da Carbonífera.

À medida que se consolida a periferia urbanizada, vão surgindo outras periferias desurbanizadas e, naturalmente, o deslocamento das populações mais carentes, onde a venda do lote e da casa passam a fazer parte da renda, dada as condições de miséria a que estão submetidas. E nestas, sim, as condições de transporte são bastante precárias. Neste contexto, a expansão urbana da Grande Próspera reproduz o que ocorreu em outras parcelas urbanas da cidade, em momentos anteriores de sua história.

O que há de tentador nesta investigação, no entanto, é que neste contexto, enquanto o Estado se esforça para a consolidação de uma nova centralidade, as periferias avançam sobre as áreas degradadas e de propriedade da Carbonífera Próspera, desenhando espaços espontâneos, os quais posteriormente vão sendo dotados precariamente de infra-estrutura por parte da administração pública municipal. Nestas periferias, o planejamento urbano opera por meio de uma estratégia ideológica de pseudo-solução dos problemas e carências das populações que ocupam estes espaços. Na verdade, muito lentamente estes entram no sistema geral de reprodução dos espaços como

mercadoria, sem que as reais carências das populações que os ocupam sejam de fato resolvidas. A estes habitantes continua sendo negado o direito à cidade.

Como traduz GOTTIDIENER (1997), se referindo ao pensamento de Lefebvre, o urbano não tem um inimigo pior do que o planejamento urbano e o *urbanismo*, que é o instrumento estratégico do capitalismo e do Estado para a manipulação da realidade urbana fragmentada e a produção de espaço controlado. Neste sentido, a administração pública municipal logrou êxito, ao definir, no processo de expansão da Grande Próspera, o lugar da periferia e o lugar da nova centralidade.

Os loteamentos Nova Próspera, se originam de um parcelamento empreendido no início da década de 1980, ainda quando a Carbonífera Próspera era proprietária daquela área. No entanto, quando em 1989, se inicia o processo de liquidação da empresa e os lotes desses loteamentos são colocados à venda, por processo de licitação de todo o seu patrimônio não-operacional, o que restava de lotes pertencentes aos loteamentos Nova Próspera passaram a ser propriedade de dois sócios empresários, (os lotes dos loteamentos Nova Próspera I e II), e da Prefeitura Municipal de Criciúma (os lotes do loteamento Nova Próspera III).

Este processo de liquidação, então, possibilita, de forma marcante, a atuação do chamado *circuito secundário do capital* na condução da produção de novos espaços gerados sobre os loteamentos Nova Próspera I e II. Cabe destacar também a direção dada pelo próprio Estado na condução dos investimentos públicos sobre aquela área, a partir da presença preponderante de agentes que atuam nesse circuito, beneficiando e impulsionando a ação de reprodução do capital nele investido.

Para que se possa compreender o funcionamento desse *circuito paralelo do capital* é preciso primeiro se reportar à essência dos conflitos sociais que se estabelecem no espaço. A esse respeito GOTTIDIENER (1997), baseando-se na tese de Lefebvre acerca da distinção entre *valor de uso* e *valor de troca*,

sustenta que há um conflito entre interesses organizados em torno do espaço social, enquanto local dos valores sociais de uso e do desdobramento de relações comunais no espaço, e interesses em torno do espaço abstrato, enquanto espaço de desenvolvimento imobiliário e administração governamental - articulação combinada entre modo político e modo econômico de dominação.

As condições locacionais e de acessibilidade que se foram criando pelo Estado e pelos agentes econômicos, induziram os agentes imobiliários a irem investindo na produção do espaço da Grande Próspera. Resultados destes investimentos podem ser verificados pelo surto de novos loteamentos que surgiram ao final da década de 1970 e início da década de 1980. O que se verifica também é que, à medida que vai se consolidando a nova centralidade do bairro, cresce o número de frações de classes sociais que irão investir na produção daquele espaço.

A evolução do mercado imobiliário, como setor importante da economia criciumense, se consolida ao longo da década de 1980, conforme se pode verificar, inclusive pelo volume de anúncios nos jornais locais, referentes a oferta de imóveis para venda e locação. Essa evolução é fruto, no entanto, de transformações ocorridas na diversificação da produção e das mudanças no modo de produção de vários setores que compõem a economia local. Ou seja, a diversificação das atividades produtivas sobre o espaço da Grande Próspera, durante as décadas de 1970 e 1980, trouxe reflexos sobre a expansão urbana que se seguiu.

GOTTIDIENER (1997), referindo-se a Lefebvre, coloca que uma das principais contribuições deste é sobre o enfoque do papel do mercado imobiliário no processo de acumulação de capital, na forma de um *setor secundário* de investimento, ligado à oferta. É esse *circuito paralelo* à produção industrial que encarna a contradição da relação do capital com a moderna propriedade fundiária,

que explica porque os bens imóveis e a moradia são caros, e que contribui para o entendimento do processo de acumulação de capital no espaço.

De fato, se se toma a experiência do processo de licitação dos loteamentos Nova Próspera, fica perfeitamente visível o papel que desempenha o setor imobiliário na acumulação do capital no espaço, como afirmam Lefebvre e Gottidiener. Antes da liquidação, tinha-se um loteador, no caso a Carbonífera, que ofertava um determinado número de lotes a ser vendido pelo preço de mercado de então. Com a liquidação, aqueles lotes, vendidos em gleba, são arrematados por um valor relativamente mais baixo. O comprador agora detém o monopólio sobre a propriedade de um número significativo de lotes, cuja oferta ao mercado somente se dará quando estes forem dotados de novos investimentos em equipamentos de serviços, comércio e acessibilidade, envolvendo a participação de recursos públicos e privados neste processo. Utilizando-se do mecanismo de monopólio sobre a propriedade desses lotes e investindo econômica e politicamente na obtenção de melhorias urbanas para a área, os detentores da posse daqueles lotes obtém uma valorização dos mesmos, que tornará a terra, como suporte espacial, cada vez mais cara. Ou seja, estes investidores atuam no âmbito da especulação imobiliária para obter uma reprodução mais rápida do capital aplicado.

Este processo, no entanto, só pode ser compreendido se, como afirma GOTTIDIENER (1997), deixar de se encarar a terra como um componente do processo de produção com seu retorno, a renda e, em seu lugar, lançar-se uma nova concepção, baseada na oferta de bens imóveis sustentados pelo Estado e dotados de grande variedade de usos, em função do nível de organização social e de suas necessidades em termos de localização – e com um retorno – o lucro. Por isso, este autor sustenta que a abordagem da articulação no processo de produção do espaço nasce de uma ênfase sobre os interesses específicos da sociedade - isto é, econômicos, políticos e sociais - que estão organizados em torno da própria terra. Compreendem o setor imobiliário, mas também envolvem elementos do

capital financeiro e corporativo, políticos corruptos, grupos locais de ativistas, partidos políticos, necessitados de suporte financeiro, ambientalistas, proprietários de casa própria, etc. Esses interesses e os conflitos entre eles formam o fio condutor das mudanças espaciais que são estimuladas por processos societários profundos.

Se por um lado Lefebvre desenvolveu a tese do *circuito secundário do capital*, ligado ao ramo imobiliário, Gottidiener desenvolveu a questão do ponto de vista social enquanto setores de classes e enquanto *ação dos agentes* que compõem estes setores. Para ele, não há uma classe de capitalistas atuando no ramo imobiliário, mas distintos segmentos de classe que formam um setor de atuação sobre a produção do espaço. E que a ação destes distintos segmentos estabelecem o conflito entre crescimento e não-crescimento na sociedade, envolvendo questões de ordem econômica, política e ideológica. Ainda, segundo ele, o conflito entre pró-crescimento e não-crescimento é tão fundamental para a produção de espaço quanto o é a luta entre capital e trabalho.

O que se percebe sobre a área do loteamento Nova Próspera é, pois, precisamente questões desta ordem, regidas pelos interesses restritos de dois sócios proprietários daqueles lotes, com relativo poder de barganha. O desencadeamento dos investimentos realizados sobre a área, posteriormente à venda dos terrenos pelo processo de licitação da Carbonífera, revela também o desenvolvimento de uma rede de atores que atuam na direção da ideologia do crescimento, incluindo-se nesta o próprio Estado.

A metodologia deste trabalho irá, pois, perseguir os conceitos aqui abordados, no sentido de identificar a ação destes atores e os reflexos destas ações sobre o espaço urbano, não somente do ponto de vista da teoria econômica de Marx, mas se valendo de uma abordagem também social, que inclui os conceitos lançados pelas teorias desenvolvidas principalmente por Lefebvre e Gottidiener.

## **CAPÍTULO II**

# **A INDÚSTRIA CARBONÍFERA**

## **Motor da Industrialização e**

### **Gênese do Espaço Urbano da Grande Próspera**

#### **Origens da Mineração Carbonífera no Setor Leste de Criciúma**

O advento da Revolução Industrial trouxe consigo consideráveis avanços técnicos sobre os meios de produção e de transportes, permitindo continuado crescimento da produção de mercadorias e expansão geográfica dos mercados.

A substituição gradativa da energia animal por energia produzida a partir de combustíveis fósseis, como o carvão mineral, o petróleo e a energia hidráulica, transformada em energia elétrica, possibilitou elevado progresso econômico, ao mesmo tempo que significou um consumo crescente e generalizado destas fontes, tendo os países de capitalismo avançado liderado a lista dos que detém a maior quantidade consumida no mundo, quer sejam recursos renováveis, quer sejam não-renováveis.

A história da mineração no Sul de Santa Catarina está associada ao advento da Proclamação da República, cujos preceitos teóricos se alinhavam com os princípios filosóficos do positivismo de Auguste Comte, retratado pelo lema *Ordem e Progresso*, absorvidos pelos ideais de uma nova classe social emergente no país, com inspirações iluministas, que exige igualdade e liberdade perante a aristocracia e a monarquia severamente debilitadas, principalmente logo após o término da Guerra do Paraguai.

O século XIX, em toda a sua trajetória temporal, como salienta PRADO (1980), foi um século revolucionário e de profundas transformações das estruturas do país, quer sejam produtivas, quer sejam políticas e sociais.

O fim do tráfico de negros abalou a estrutura produtiva, com a escassez de braços para o trabalho agrário. E, para a indústria nascente, resultado também de inversões dos capitais outrora aprisionados pelo sistema servil, não havia trabalhadores preparados e adaptados às máquinas e ao trabalho assalariado. Surge, então, o imigrante europeu, principalmente o italiano, que melhor se adaptou às nossas condições, para empreender uma nova fase de prosperidade ao Sul do país, estendendo-se também ao Extremo-sul (PRADO,1980).

Neste contexto, a monarquia financeiramente debilitada e ainda presa ao conservadorismo da aristocracia do café, não sobreviverá aos novos ideais de progresso e liberdade, que aspiram as classes médias em ascensão, as quais dominando os principais círculos militares do país, proclamam a República. À monarquia coube, num último suspiro de dignidade, empurrada pelos acontecimentos históricos, assinar a Lei Áurea, no ano anterior. E é assim que, aos solavancos, ocorre o desfecho de nossa integração ao sistema capitalista mundial. Enquanto aquele processo levou perto de trezentos anos para se consolidar na Europa, no Brasil, seus efeitos se fizeram num curto período de menos de cem anos, com todos os problemas que se iria vivenciar de uma nova ordem para a qual não se estava previamente preparado, senão para se ocupar um papel servil no mercado internacional (PRADO, 1980).

Enquanto a Revolução Francesa ocorrera há exatamente cem anos (1789), os ideais burgueses somente se concretizaram no Brasil a partir da Proclamação da República a 15 de novembro de 1889. O contato com as idéias do movimento francês, no entanto, começam com a vinda da Corte portuguesa para o

Brasil em 1808. Muitos serão os filhos de portugueses que nasceram aqui e foram estudar na França.

O panorama histórico acima descrito é o ponto de partida desta pesquisa. O desenvolvimento dos municípios da Bacia Carbonífera Catarinense está, pois, associado ao ingresso do país na nova ordem econômica mundial, que estabeleceu como objetivo primordial a integração dos países periféricos ao sistema capitalista já em curso há mais de três séculos nos países de capitalismo avançado, como a Inglaterra e Holanda.

Esta integração possibilitou o ingresso de capitais, mas também incorreu na absorção de mão-de-obra resultante do processo de expropriação vivido pelo estágio do capitalismo em alguns países europeus, como Alemanha, Polônia e Itália.

Na verdade, vivia-se um momento revolucionário do próprio capitalismo, no sentido de sua capacidade de romper fronteiras e mover levas de camponeses e artífices expropriados de suas posses (terra e meios de produção) da Europa para o Novo Mundo, Ásia, África e Oceania, ao mesmo tempo que a Inglaterra buscava ampliar seus mercados para a crescente indústria de máquinas propulsoras de trens e de vapores, alimentados por carvão mineral.

A embrionária indústria brasileira ressentia-se de um mercado interno integrado, pois as condições de transportes eram incipientes, prevalecendo a integração litorânea, através da navegação de cabotagem. A integração dos principais centros produtores e consumidores do país com o interior foi, aos poucos, sendo consolidado por uma rede de transporte ferroviário, utilizando-se trens movidos a vapor. Esta integração, no entanto, não foi total, o que em muito contribuiu para dificultar a formação e fortalecimento do mercado interno nacional.

Desde o início do século XIX já se sabia da existência de carvão mineral no Sul de Santa Catarina. A possibilidade de utilização deste carvão para alimentar trens e vapores do sistema de transporte nacional e de alimentar futuras

siderúrgicas, propiciou sua gradual exploração, cujas primeiras tentativas experimentais deram-se ainda ao final do século XIX. Porém, sua exploração econômica efetiva terá início com os adventos da Primeira e Segunda Grandes Guerras.

A história da mineração no Setor Leste de Criciúma começa com Antônio Daré, que abriu a mina Santa Maria praticamente à mesma época em que entrava em operação a empresa que mais tarde se constituirá na Carbonífera Próspera S/A. A mina de Antônio Daré foi fechada em 1940 pelo Ministério da Agricultura, por extração irregular. Desde então, a Carbonífera Próspera S/A passou a exercer o monopólio da extração sobre aquele setor da cidade (COSTA, 1999).

**FIG. 02**



**Uma das primeiras minas abertas pela Próspera. Final da década de 1930.**

No período que se estende da sua fundação, em 1917, com o nome de Carbonífera Colônia Ltda. até o início da década de 1930, a empresa apresenta um desempenho instável, com alterações do quadro de sócios, ora prevalecendo o controle acionário de empresários locais, ora de empresários do Rio de Janeiro (COSTA,1999). Também é instável o volume de produção, prejudicado pela irregularidade do transporte ferroviário e marítimo, o que provocou, inclusive, o fechamento de algumas de suas minas e a venda de seus dois navios – o *Próspera* e o *Providência*.

O carvão explorado neste período, era vendido basicamente para a Marinha de Guerra e para a Estrada de Ferro Central do Brasil, cujo escoamento da produção se deu pelo porto de Laguna até 1943 (LUCENA, 1998). As condições de atracamento deste porto, no entanto, fizeram com que Henrique Lage buscasse recursos federais para financiar a construção de um porto capaz de receber embarcações de maior calado em Imbituba<sup>1</sup>. A construção deste novo porto iria melhorar em muito as condições de transporte do carvão do Sul de Santa Catarina para os principais centros consumidores do país – São Paulo e Rio de Janeiro.

Neste período, a empresa mudou o nome de Carbonífera Colônia para Sociedade Carbonífera Próspera Ltda. (fundada em 27/01/1921) e, depois, para Sociedade Carbonífera Próspera S/A (alteração de 1924).

Além dos problemas internos – de mercado e de infra-estrutura – ocorreram problemas externos, dos quais a crise da Bolsa de Valores de Nova Iorque, em 1929, também trouxe significativos reflexos sobre a empresa.

---

<sup>1</sup> O porto de Imbituba passou a funcionar no início da década de 1920 e com o aumento da produção carbonífera, durante a Segunda Grande Guerra, suplantou o porto de Laguna, devido às condições mais favoráveis de atracamento de navios de maior calado (LUCENA,1998).

Como relata LEITE (1997), a questão do consumo do carvão nacional era ainda muito discutida, porém, sem muitos resultados práticos concretos que viessem na direção do seu desenvolvimento:

*O assunto permaneceria em debate com poucas realizações no domínio prático, tanto na mineração do carvão e do ferro quanto na siderurgia. A produção local de carvão mineral teve um crescimento modesto, de 307 para 385 mil toneladas entre 1920 e 1930. As importações retornaram ao nível de antes da guerra, atingindo a 1,7 milhões de toneladas.*

*No intervalo, propôs-se o governo Arthur Bernardes a “amparar” a instalação de três usinas siderúrgicas de 50 mil toneladas anuais de capacidade e as minerações de ferro e carvão a elas correspondentes. A iniciativa não teve, todavia, qualquer resultado prático. O contrato da Itabira Iron estava praticamente bloqueado, e no governo Washington Luís foi novamente revisto. Por fim, a crise de 1929 trouxe dificuldades financeiras insuperáveis para novos empreendimentos (p. 61).*

Todos estes fatores levaram a Carbonífera Próspera S/A a uma grave crise financeira, que somente foi gradativamente saneada quando assumem o controle acionário da mesma os empresários locais Jorge da Cunha Carneiro e Júlio Gaidzinski, a partir de 1938 (COSTA, 1999).

Somente com a consolidação da empresa, ao final da década de 1930, o espaço geográfico do que hoje se constitui na Grande Próspera começa a se alterar, tendo como elemento determinante destas transformações a indústria carbonífera, representada pela Sociedade Carbonífera Próspera S/A.

## **A Consolidação da Atividade Carbonífera Seus Reflexos Sobre a Economia e Sobre o Espaço Local**

No período entre as duas Grandes Guerras, cresce o interesse pelo governo brasileiro de investir recursos num programa siderúrgico nacional. Este ganha maior atenção durante o primeiro mandato do presidente Getúlio Vargas, renovando-se o interesse pelo carvão mineral nacional, no início da década de 1930.

Durante a década de 1930, a Grande Depressão na economia mundial criando novamente dificuldades de importação de carvão e a Revolução de 30, internamente, vão dar um novo impulso à atividade de extração de carvão mineral em Santa Catarina (SANTOS, 1997).

Este impulso surge da iniciativa governamental de fomento à produção, através do Decreto n.º 20.089, de 9 de junho de 1931, pelo qual sobre o produto importado, o importador deveria consumir 10% de carvão nacional. Além disso, as empresas de mineração ficavam isentas de qualquer tributo estadual ou municipal pelo prazo de dez anos (LEITE,1997).

A partir de 1938 se intensificavam também os estudos, na grande maioria patrocinados pelo próprio governo federal, para o aproveitamento do carvão mineral de Santa Catarina na siderurgia. Um relatório do Conselho Federal do Comércio Exterior, de 1939, sugeria o monopólio do Estado na exploração do ferro e manganês, a construção de uma usina siderúrgica estatal e a criação do Instituto Brasileiro do Aço para regular, como entidade pública, os setores interessados no aço e na mineração (SOARES apud LEITE, 1997).

Ainda em 1939, o governo brasileiro participou de importantes negociações bilaterais com o governo norte-americano, em Washington, onde foram discutidas as questões relativas às dívidas brasileiras em atraso e as possibilidades de novos financiamentos do governo norte-americano na expansão industrial brasileira. Na pauta de reivindicações brasileiras estava a questão da participação técnica e financeira de empresas do setor siderúrgico e de bancos norte-americanos no programa siderúrgico nacional.

Dos acordos firmados entre os dois países, foram criadas comissões para analisar os problemas de qualidade do carvão nacional e de implantação da infra-estrutura necessária para a exploração do mesmo. A comissão norte-americana, em relatório apresentado em 1939, exprime preocupação quanto à qualidade do nosso carvão, salientando que deveriam ser estudadas soluções adequadas para os problemas técnicos que o seu uso poderia acarretar na siderurgia nacional (LEITE,1997).

A região Sul de Santa Catarina tinha ainda uma base econômica primária, sustentada por colonos imigrantes, em sua maioria, italianos e seus

descendentes. Esta região ressentia-se de infra-estrutura básica para qualquer atividade industrial de maior porte. Exceto pela existência da recém-inaugurada ferrovia, que veio melhorar as condições de transportes, não havia produção de energia elétrica suficiente para atender às necessidades das indústrias de mineração de carvão.

Por isso, ao final da década de 1930, também com base nos relatórios das comissões brasileira e norte-americana do programa siderúrgico nacional, propõe-se a construção de um lavador para a produção do carvão metalúrgico a ser empregado nas futuras usinas siderúrgicas do país, misturado ao carvão importado, e a construção de uma usina termelétrica, utilizando-se carvão vapor, classificado pelo beneficiamento no lavador.

A construção da usina termelétrica viria, então, suprir as necessidades de energia para movimentar o lavador e proporcionar a mecanização das minas, o que levaria ao aumento da produção do carvão local.

A Comissão Brasileira do Programa Siderúrgico Nacional vinha mantendo negociações também com a United States Steel, visando obter aporte técnico e financeiro para montagem da estrutura empresarial necessária para dar seqüência aos planos e metas traçados pelo governo brasileiro.

Tendo a US Steel desistido de negociar com a Comissão Brasileira, o governo brasileiro decide dar seqüência ao programa, instituindo a Comissão Executiva do Plano Siderúrgico Nacional, através do Decreto-lei n.º 2.054, de 1940, assinado pelo então presidente Getúlio Vargas (LEITE, 1997).

Outras ações do governo federal vieram contribuir para o avanço não só do programa siderúrgico, mas também, por conseqüência, do programa de incentivo à produção do carvão nacional. Foram elas:

- a) Criação do Conselho de Minas e Metalurgia, através do Decreto-lei n.º 2.666, de 03/10/1940;

b) Aumento da obrigatoriedade de consumo de no mínimo 20% do carvão nacional sobre o produto importado e criação de novas facilidades ao crescimento da indústria carbonífera, através do Decreto-lei n.º 2.667<sup>2</sup> de 3/10/1940.

c) Assinatura, em 1940, de acordo financeiro entre o governo brasileiro e o Eximbank dos EUA para a instalação de uma siderúrgica pelo Estado brasileiro, no valor de US\$ 20 milhões.

Com relação ao Decreto-lei n.º 2.667/1940, SANTOS (1997) assinala as determinações contidas no mesmo para atender ao que estava disposto no seu artigo 1º:

*Para atender o disposto neste artigo, o decreto-lei ainda determina, entre outras, as seguintes providências: 1) aparelhamento dos portos de embarque e desembarque do carvão nacional, de modo a permitir maior rapidez e economia nessas operações; 2) remodelação e prolongamento a novas zonas carboníferas e eletrificação da Estrada de Ferro D. Tereza Cristina; 3) Conclusão das obras do porto de Laguna; 4) aparelhamento do porto de Imbituba, mediante concessão, para sua construção e exploração; 5) instalação no Distrito Federal de uma usina para briquetagem do carvão nacional e de mistura deste com o estrangeiro; 6) organização de frota apropriada ao transporte do carvão nacional; 7) aparelhamento do Instituto Nacional de Tecnologia para o estudo do carvão nacional, visando o seu aproveitamento, quer como combustível, quer como matéria-prima para produção de gás-iluminação e para a indústria siderúrgica, e 8) aparelhamento do Departamento Nacional de Produção Mineral para promover uma avaliação rápida dos recursos nacionais em carvão, estudar o seu beneficiamento e opinar sobre a conveniência de serem construídas áreas reservadas em zonas carboníferas que possam interessar à defesa nacional (p. 33).*

---

<sup>2</sup> LEITE (1997) relata ainda a existência do Decreto n.º 1.828, de 1937, que já elevava de 10% para 20% a quota obrigatória de consumo do carvão nacional.

Entre as principais obras iniciadas na primeira metade da década de 1940, visando dotar o Plano Siderúrgico Nacional da infra-estrutura necessária, figuram a construção do Lavador de Capivari (instalado no atual município de Capivari de Baixo), que entrou em operação em 1945, e a construção da Usina Siderúrgica de Volta Redonda (RJ), da Companhia Siderúrgica Nacional-CSN (criada em 1941 e inaugurada em 1946, já no governo de Eurico Gaspar Dutra).

Em 1942, a recém-criada CSN adquire o direito de lavra das reservas carboníferas de Siderópolis, através do Decreto n.º 461/42, de 3 de julho de 1942.

O panorama da economia nacional, que se apresenta ao final da década de 1940 é inteiramente transformado pelo investimento maciço do Estado, no sentido de avançar o processo de industrialização do país.

O ingresso da economia brasileira neste processo não foi tranqüilo, porque o domínio do imperialismo sobre a mesma, conforme ressalta PRADO (1980), forçando a integração do país ao mundo capitalista vigente, sem que as suas estruturas econômicas estivessem em compasso com esse novo ritmo, desencadearam um momento de grave crise durante a década de 1930. A base econômica sobre a qual se sustentava a sociedade brasileira – a monocultura extensiva – não foi mais suficiente para manter a nova estrutura imposta pela entrada do Brasil nesta nova ordem mundial.

O mercado interno foi sempre relegado, não tendo qualquer política de estruturação do mesmo. No entanto, o crescimento populacional e a melhoria do padrão de vida de uma parcela significativa da população brasileira não permitirá mais que a economia continue fazendo o país funcionar como exportador de produtos primários e importador de produtos manufaturados, o que vinha desequilibrando de maneira preocupante o balanço de pagamentos do país.

Assim, as melhorias técnicas e de infra-estrutura nos setores de transporte e de comunicações serão elementos essenciais e estimuladores da

industrialização brasileira, como saída para a crise estrutural em que se encontrava a economia brasileira (PRADO, 1980).

Nesse novo contexto se insere o Sul de Santa Catarina, que pelas estratégias de desenvolvimento traçadas pelo Governo Vargas, sob a esteira da II Grande Guerra, possibilita a consolidação da atividade carbonífera, cuja valorização do carvão nacional, imposta pelo governo federal, faz aumentar o seu consumo, principalmente após a implantação da Companhia Siderúrgica Nacional-CSN, em Volta Redonda (RJ), absorvendo o carvão metalúrgico aqui produzido.

A vinculação da produção do carvão catarinense ao centro da produção industrial brasileira irá se expressar pelo incremento da produção, que é de cerca de 335% entre 1938 e 1945, como assinala SANTOS (1997).

LEITE (1997) complementa, por sua vez, informando que, entre 1930 e 1940, ao contrário do que ocorrera na década anterior, e ainda sem a influência da demanda siderúrgica, a produção anual de carvão cresce fortemente no país, atingindo 1,3 milhão de toneladas.

O carvão, juntamente com a madeira e os têxteis, era um dos produtos catarinenses mais importantes da pauta de exportações ao final da década de 1930 e no primeiro lustro da década de 1940, sendo que as cidades carboníferas foram as que mais atraíram mão-de-obra naquele período (SANTOS, 1997).

Os reflexos desse novo posicionamento da economia local, em relação à economia nacional, foram imediatos sobre os municípios da Bacia Carbonífera

Catarinense, não somente sobre a produção em si, como acima salientado, mas principalmente pela transformação do seu espaço geográfico.

### **FIG. 03**



**Unidade de Beneficiamento de uma mina da Carb. Próspera. Década de 1940.**

Observa-se o emprego de mulheres nesta tarefa em primeiro plano e as casas dos trabalhadores ao fundo.

Fonte: Arquivo de Marli de Oliveira Costa.

A atividade de mineração naquele período é ainda de baixa composição orgânica, ocupando muita mão-de-obra no processo de extração e beneficiamento do carvão. Na extração, como relata COSTA (1999), empregavam-se exclusivamente os homens. Já do beneficiamento participavam as mulheres e, às vezes, crianças. A procedência destas pessoas empregadas na mineração era, em sua maioria, de municípios do litoral Sul Catarinense, sobretudo de Imbituba, Laguna, Imaruí, Tubarão, Jaguaruna e Araranguá.

Para atender as necessidades mínimas de reprodução dessa força de trabalho, que se deslocava aos milhares para a região carbonífera, coube às

empresas de mineração a tarefa de lhes prover os serviços básicos de água e eletricidade (quando possível) e de habitação<sup>3</sup>.

O Estado desempenhava apenas um papel de agente sanitário, promovendo a higienização das casas dos trabalhadores e regulando normas de posturas, sem contudo interferir nesse mercado. Esse era o quadro da produção da habitação na primeira metade do século XX no Brasil, segundo BONDUKI (1998). Vozes começavam, no entanto, a se levantar, questionando a omissão do Estado nesse processo.

A expansão capitalista que se seguiu nos municípios da Bacia Carbonífera de Santa Catarina também não contou com o Estado na questão do provimento de habitação para os trabalhadores, quer fossem os de mineração, ou de qualquer outro setor. Se no centro do capitalismo nacional, o Estado não havia chamado para si tal responsabilidade, como se poderia imaginar tal iniciativa por parte de um estado periférico da federação como o de Santa Catarina?

Dessa forma, as empresas de mineração tiveram que assumir esta tarefa, construindo pequenas vilas operárias, com casas normalmente de madeira e com três cômodos, geralmente sobre áreas de rejeitos piritosos de suas propriedades, cuja única infra-estrutura limitava-se ao abastecimento de água potável<sup>4</sup> (COSTA, 1999).

Segundo COSTA (1999), a primeira vila operária da Carbonífera Próspera S/A surge para atender seus trabalhadores, os quais pagavam um determinado valor de aluguel, descontado dos salários ao final de cada mês. Quase tudo de que necessitavam os trabalhadores era provido pelas empresas mineradoras. No caso da Carbonífera Próspera, gastos com farmácia, açougue e

---

<sup>3</sup> Especificamente com relação à provisão de habitação dos trabalhadores da Carbonífera Próspera, COSTA (1999) relata que esta produzia casas que se destinavam quase que exclusivamente para locação.

<sup>4</sup> O DNPM-Departamento Nacional de Produção Mineral-foi o primeiro órgão responsável pelo abastecimento de água em Criciúma, cujo serviço foi inaugurado na década de 1940, conforme relata COSTA (1999).

armazém eram descontados dos empregados, já que o comércio também estava sob o controle da empresa.

Esse controle pretendia ser total por parte da empresa sobre seus operários. Fazia parte de uma ideologia empresarial, onde prevalecia a prática paternalista, verdadeira ideologia pedagógica, que também seria assimilada por outras instituições, deixando marcas profundas sobre a cultura dos trabalhadores locais.

Havia a presença forte da empresa diante de seus operários. A grande maioria dos mineiros da Carbonífera Próspera S/A morava nas vilas que iam se formando ao seu redor. Não só o mineiro, mas toda sua família era afetada pela presença da empresa em suas vidas, pois não era somente o salário de todo mês que estabelecia esse elo (COSTA, 1999).

O cotidiano do mineiro e de sua família era controlado pela empresa. Desde a compra dos mantimentos de consumo diário, passando por muitas atividades sociais e esportivas, até o aluguel da casa onde moravam. Se havia luz ou água nas moradias de alguns mineiros, estes eram luxos fornecidos pela empresa. Toda a vivência das crianças e dos jovens se fazia sobre uma realidade cujo imaginário levava necessariamente à empresa em primeiro plano de suas vidas. Assumindo o papel de uma grande mãe para a maioria de seus operários, a empresa alcançava veladamente o controle total sobre a numerosa família composta pelos seus funcionários, tanto mineiros como engenheiros, administradores e dirigentes.

A empresa, em convênio com órgãos de assistência e com instituições religiosas, promoveu programas de melhoria das habitações e de higiene de seus trabalhadores, visando o aumento do desempenho destes nas frentes de produção.

Essa relação de controle e de dependência se multiplicaria e se transmitiria para as gerações seguintes, pois a educação das crianças da vila e a

vida social desses operários também eram reguladas e controladas pela empresa (COSTA, 1999). A empresa construiu a primeira escola da vila em 1940 e também construiu as sedes sociais e de esportes. O Esporte Clube Próspera foi fundado em 1946.

**FIG. 04**



**Tipologia habitacional das primeiras Vilas Operárias-Bairro Próspera- Década de 1940.**

Fonte: Arquivo de Marli de Oliveira Costa.

A produção espacial do início da atividade de mineração na região da Grande Próspera é, pois, fruto de um esforço do Estado nacional de reorientação da economia brasileira no contexto do capitalismo internacional, visando a industrialização do país como meio de superar o modelo agro-exportador em que se

havia transformado, que sofre um duro golpe com a crise internacional do café e com a crise da Bolsa de Valores de Nova Iorque, em 1929.

Da implementação do Plano Siderúrgico Nacional, cresce o interesse pelo carvão catarinense, o qual já havia contribuído para suprir as necessidades internas, quando praticamente ficou interrompida a importação de carvão da Europa e dos Estados Unidos, por causa da Primeira Grande Guerra.

Faltava a garantia de um mercado interno estável para a consolidação e expansão das atividades de mineração. Esta garantia passou a ser dada pelo governo revolucionário de Getúlio Vargas, já no início da década de 1930. Desde então, até o final da Segunda Grande Guerra, a expansão do setor carbonífero será contínua e crescente, com seus reflexos sobre a transformação espacial da paisagem local, onde as áreas rurais contíguas às bocas de minas foram se transformando em vilas operárias.

O crescimento econômico terá reflexos imediatos sobre o município de Criciúma, pela ampliação do comércio e serviços, notadamente pela construção e instalação do Hospital São José (1936); Legião Brasileira de Assistência-LBA, cinema, emissora de rádio e banda de música (1942); prédio da prefeitura na Praça Nereu Ramos (1944) e Sociedade Criciumense de Auxílio aos Necessitados-SCAN, no bairro Pinheirinho (1949).

O potencial econômico do carvão atrai também o capital financeiro, através da instalação das primeiras agências bancárias – Banco Indústria e Comércio de Santa Catarina S.A. (1938), Banco Nacional do Comércio S/A (início da década de 1940) e Caixa Econômica Federal (1947). Também, em 1948, é instalado na cidade o SESI-Serviço Social da Indústria.

## **FIG. 05**



**Vista parcial da Vila Operária: a boca da mina em primeiro plano. Ano:1942.**

Fonte: Arquivo de Marli de Oliveira Costa.

No contexto da produção do espaço urbano do Setor Leste de Criciúma um único agente se apresenta como gerador do processo: a indústria de mineração que nas suas imediações gerou os assentamentos de mineiros como as do atual bairro Próspera e do bairro Brasília. A forma espacial resultante dessas relações de produção se resumem às vilas operárias, limitadas ao provimento de habitação, com um comércio restrito ao atendimento das necessidades mais básicas da população trabalhadora. O que além disso se necessitasse era adquirido no comércio mais especializado do centro tradicional da cidade de Criciúma. A vida cotidiana da vila mineira girava em torno basicamente de um único consumidor: o mineiro e sua família, vivendo sem nenhum conforto, onde o convívio social e o trabalho se confundiam amplamente, como salienta COSTA (1999).

A indústria de mineração, ao ter que arcar com o ônus da produção e fornecimento do espaço de moradia de seus operários, o fará de forma a garantir um controle total, procurando disfarçar ao máximo os conflitos resultantes da relação capital-trabalho. Por isso, a sede da empresa se apresenta no centro desse cotidiano, ocupando uma área de 404.503 metros quadrados, localizada no lote A, na estrada da Linha das Antas, atual rua Gen. Osvaldo Pinto da Veiga (vide Fig. n.º

06), adquirida em 1922, do agricultor Antônio Benedet<sup>5</sup>, a qual se manteve até sua privatização, em 1989 (COSTA, 1999).

Como a Carbonífera Próspera detinha as concessões de mineração no Setor Leste do município de Criciúma, era natural que a empresa adquirisse terras naquele setor (vide Fig. n.º 07). Possivelmente a escolha da sede se deveu à proximidade com o principal ramal ferroviário, com a caixa de embarque de carvão da empresa, que se situava onde hoje se encontra a Praça do Trabalhador (inaugurada em 1984) e com a estrada geral da Linha das Antas (vide Fig. n.º 06).

Além da necessidade de terras para a construção dos escritórios, as características do carvão e as técnicas de beneficiamento do mesmo, exigiam que as empresas de mineração mantivessem um estoque relativamente grande de terras nas proximidades dos principais pontos de abertura das minas (PBDEE, 1997).

A construção e estruturação das galerias exigiam um volume considerável de madeira, o qual era obtido das matas remanescentes existentes sobre aquelas áreas. Em seguida, quando as minas entravam em operação, a superfície era empregada na formação dos estoques de rejeitos, oriundos do processo de beneficiamento.

Nossas jazidas de carvão contém cerca de 75% de impurezas, o que explica a extensa ocupação superficial com rejeitos, que ainda em 1992 se encontravam por vários pontos, distribuídos no município de Criciúma, e que totalizavam cerca de 960 ha (PBDEE, 1997).

Esses depósitos devem ter alcançado suas maiores extensões no início da década de 1980, quando então todas as mineradoras já empregavam o método da mecanização. A partir de 1980, quando desperta o interesse oficial pelas questões ambientais na região, essas áreas vão sendo progressivamente recuperadas, restando poucos focos de rejeitos expostos hoje em dia.

---

<sup>5</sup> Jornal da Manhã, Criciúma, 23/01/1998, Coluna JM-Memória: relato do historiador local, Sr. Mário Beloli.

O processo de extração e beneficiamento de carvão, portanto, tornou as empresas de mineração grandes concentradoras de terras. E, pela construção das vilas operárias, as mineradoras promoveram gradativamente o processo de urbanização dessas propriedades.

Esse quadro somente apresentará gradual alteração com a diversificação da economia do município, cujos primeiros sinais serão dados na região carbonífera já a partir da década de 1940, como relata SANTOS (1997).

Mas somente ao final da década de 1940 e início da de 1950 é que serão sentidas novas dinâmicas sobre o espaço urbano existente, resultando nas primeiras expansões do Setor Leste.



## **A Presença Determinante do Estado Sobre a Economia Regional nas Décadas de 1950 e 1960**

Como se teve oportunidade de descrever no capítulo anterior, a expansão do setor carbonífero até o final da Segunda Grande Guerra, em 1945, foi contínua e crescente, trazendo reflexos positivos para a economia catarinense e, em especial, para os municípios da Bacia Carbonífera.

Novas substituições de importações fizeram com que o carvão nacional ocupasse o lugar do carvão importado no mercado interno, o que estabeleceu um clima de euforia e de incremento da produção. Logo após o término da guerra, já em 1946, entrava em operação a Usina Siderúrgica de Volta Redonda,

que seria responsável por grande parte do consumo do carvão metalúrgico produzido no Sul de Santa Catarina.

Até a década de 1940, registra SANTOS (1997), o único carvão produzido no país era o energético, consumido em usinas de gás domiciliar, fornalhas de navios e locomotivas e outros pequenos usos. A entrada em operação da Usina Siderúrgica de Volta Redonda foi fundamental para que a produção não entrasse em crise. O gradativo aumento do consumo do carvão metalúrgico em relação ao carvão energético, logo ao final da guerra, foi importante para as mineradoras de Santa Catarina, pois aqui se encontravam as únicas jazidas coqueificáveis do país.

No governo do presidente Eurico Gaspar Dutra (1946-1951) já havia sido esboçado um plano de médio prazo contendo verbas destinadas a estudos para instalações de beneficiamento do carvão nacional e pesquisas de novas jazidas. Entretanto, o primeiro plano global para o carvão nacional foi instituído no governo do presidente Getúlio Dorneles Vargas que, em 1951, enviou ao Congresso o projeto de lei sobre o Plano do Carvão Nacional.

Segundo LEITE (1997):

*O consumo de carvão nacional e importado estava concentrado nas estradas de ferro (50%) e na Companhia Siderúrgica Nacional (16%). As companhias de gás canalizado do Rio de Janeiro, São Paulo e outras menores consumiam 5% e as usinas termelétricas de Porto Alegre, Pelotas, Rio Grande do Sul e Tubarão outros 8%. O consumo restante era reduzido e disperso. Não havia perspectiva de rápido crescimento da demanda (p. 111).*

O Plano do Carvão Nacional tornou-se lei em junho de 1953, sob o número 1.886. Esta lei criou a Comissão Executiva do Plano do Carvão Nacional – CEPCAN, com previsão de extinção para 31 de dezembro de 1957, tratando-se, pois, de uma intervenção estatal com prazo determinado, o qual, todavia, iria ser prorrogado.

Esta comissão era subordinada diretamente à Presidência da República, com orçamento de 15% do PIB, cuja meta era aproveitar as potencialidades energéticas do carvão mineral, buscando o aproveitamento de sua lavra, beneficiamento e usos, que, após estudos, propôs a construção em Tubarão (hoje Capivari de Baixo), da primeira usina termelétrica do atual Complexo Jorge Lacerda, objetivando o consumo do excedente de carvão-vapor, produzido a par do carvão metalúrgico utilizado pelas siderúrgicas (SANTOS, 1997).

A CEPCAN vinha ampliar e consolidar, de vez, a intervenção estatal em toda a economia do carvão. De marcante atuação na região Sul, ela empreendeu diversas iniciativas para expandir o uso do carvão mineral, como: geração de energia elétrica, busca de novos mercados, utilização dos subprodutos e melhoria da economicidade carbonífera (PBDEE, 1997).

Em 1953, a Carbonífera Próspera passa a ser controlada pelo governo federal, o qual expande sua atuação direta na atividade carbonífera, juntamente com as minas da CSN em operação no município de Siderópolis.

O planejamento das condições de produção e do consumo do carvão nacional estava condicionado a suas características inferiores. O importado suplantava o produto nacional na qualidade, apresentando preços inferiores.

Os carvões dos estados do Sul deveriam atender preferencialmente aos próprios estados e apenas o carvão de Santa Catarina, após beneficiado, poderia ser transportado para os portos situados entre Santos e Vitória para abastecer a siderurgia. Admitia-se – e a evolução subsequente mostrou ser isso extremamente otimista – que o carvão metalúrgico de Santa Catarina pudesse vir a ser utilizado na proporção de 1:1 na mistura com o carvão importado, no caso da siderurgia, e de até 1:2 no das usinas de gás. Na realidade, nunca se tornou viável economicamente na siderurgia, e nas usinas de gás o carvão acabou por ser totalmente substituído pela nafta, segundo LEITE (1997).

Se havia uma ação determinada pelo governo federal, através da CEPKAN, de dar estímulo à produção do carvão nacional, por outro lado, ocorre uma intensa atuação do estado de Santa Catarina no provimento da infra-estrutura necessária para a promoção do crescimento econômico das suas diversas regiões, como assinala MICHELS (1997):

*Em Santa Catarina, o estado, enquanto agente econômico, inicia sua atuação mais efetiva depois dos anos 50, quando passa a realizar as políticas econômicas a partir do planejamento. É desde esse período que se constata a ação do agente estatal catarinense.*

*O que se tem, a partir de então, é uma intensa ação estatal, nas suas múltiplas formas: investindo em infra-estrutura (rodovias, energia, comunicação), na educação, objetivando qualificar a força de trabalho para as indústrias, ampliando o crédito (nos anos 60 surgem o BDE, atual BESC e o BRDE), bem como os Programas de Apoio às Empresas (FUNDESC, PROCAPE). Além das ações em geral consideradas normais, não se pode relegar a segundo plano o fato de que o estado foi, ao longo dos anos, se constituindo no grande comprador de bens e serviços (via superfaturamento) e em vendedor de matérias-primas, energia e comunicação, normalmente subfaturadas (p. 37-38).*

Conduzida firmemente pela mão do Estado, a produção carbonífera faz crescer substancialmente a economia do Sul de Santa Catarina. Fruto da ampliação de capitais empregados no setor carbonífero, vão surgindo novos investimentos em outros setores, dando-se início à diversificação do parque fabril regional, ainda ao final da década de 1940.

Em 1947, foi instalada a Indústria Cerâmica Santa Catarina, em Criciúma, proprietária da marca PRIOR, que depois passou a ser denominada CESACA. Em 1952/53, foi fundada a Cerâmica Cocal Ltda. que, mais tarde, foi comprada por Maximiliano Gaidzinski, nascendo a Cerâmica Eliane (SANTOS, 1997).

A década de 1950 assiste ao surgimento de um novo pólo industrial: o Sul de Santa Catarina. Este pólo surge sob a influência primordial da extração

carbonífera, com ponto máximo em 1950, quando cerca de 20% do emprego e da receita do setor secundário estadual foram gerados nesta área, muito embora existissem marcantes diferenças quanto às características da indústria nas regiões colonizadas por alemães e no Sul. No Sul, o estágio produtivo era menos evoluído e fundamentado na extração de carvão (CUNHA apud SANTOS, 1997).

O Plano do Carvão Nacional é revisto e prorrogado durante o governo do presidente Juscelino Kubitschek (1956-1961). Ao final de 1957, através da Lei n.º 3.353, prorroga-se a Lei n.º 1.886 do Plano do Carvão Nacional e a extinção da CEPCAN, prevista para 31 de dezembro de 1957, é transferida para 1960. Esta prorrogação será ainda estendida, no governo do presidente Juscelino, e depois pelos seus sucessores, para até 1970.

A produção de carvão, no período de 1949 a 1968, que corresponde ao período de vigência do Plano do Carvão Nacional, cresceu mais de três vezes, em relação à produção medida em 1949 (vide Tab. n.º 01).

Em 1957, antes do término do prazo inicialmente estabelecido para o Plano do Carvão, foi decidida pelo governo federal a construção de duas novas usinas termelétricas. A primeira<sup>6</sup> em Capivari, Santa Catarina, organizada sob a forma de empresa autônoma, com a designação de SOTELCA, contava com a participação da CSN, do estado e do Plano do Carvão, tendo sido iniciada em 1962 com uma potência de 110 MW, vindo a ser inaugurada pelo presidente Castelo Branco (LEITE, 1997).

A produção total de carvão, em Santa Catarina, que praticamente se manteve estável de 1949 a 1954, a partir de 1955 toma impulso, crescendo de 1.300.000 toneladas anuais produzidas em 1955 para cerca de 1.600.000 toneladas, em 1963. Em 1964, no entanto, a produção chega a mais de 2.100.000 toneladas anuais, o que representa um incremento expressivo de 34% num único ano. Em 1968, a produção total de carvão catarinense atinge pouco menos de

---

<sup>6</sup> A segunda, localizada em Figueiras, no Paraná, designada UTELF A, com potência de 20 MW (vide LEITE, 1997, p. 138).

3.500.000 toneladas (vide Tab. n.º 01). Entra-se no período de acelerado crescimento econômico, sustentado pelos governos militares por cerca de uma década.

O que se pode deduzir desse quadro da performance da produção de carvão catarinense é que o Plano do Carvão Nacional foi fundamental para o crescimento registrado, já que o impulso a partir de 1955 é reflexo das ações da CEPCAN, que foi criada em 1953. Se a SOTELCA contribuiu para o aumento do consumo do carvão energético, a expansão do parque siderúrgico também contribuiu para o incremento da produção do carvão metalúrgico. As novas usinas – COSIPA (Companhia Siderúrgica Paulista) e USIMINAS (Usinas Siderúrgicas Minas Gerais) – estavam subordinadas às mesmas normas aplicadas a CSN quanto ao consumo de carvão catarinense, em mistura com carvões importados de melhor qualidade (LEITE,1997).

No ano de 1955 começam também os contratos da CEPCAN com empresas estrangeiras de consultoria do setor de mineração de carvão, uma dos EUA e outra da Alemanha, com o objetivo de estudar as características de nossas jazidas e o emprego de métodos de lavra mecanizada. A primeira estudou a possibilidade de aplicação do método americano denominado de *câmaras e pilares*, e, a segunda, trabalhou em função do método denominado *Long Wall*, tendo, por fim, se adotado o método americano de lavra, por ser o mais viável tecnicamente diante das condições de nossas jazidas.

**TAB. N.º 01 - Produção de Carvão Bruto**  
**Período 1949 a 1968 (ton)**

ANO	SANTA CATARINA	BRASIL	Participação De SC (%)
1949	1.125.908	2.128.868	52,89
1950	1.005.174	1.958.649	51,32
1951	983.619	1.963.168	50,10
1952	892.821	1.959.522	45,56
1953	943.504	2.024.989	46,59
1954	996.013	2.055.467	48,46
1955	1.325.512	2.348.712	56,44
1956	1.326.452	2.285.642	58,03
1957	1.245.791	2.116.196	58,87
1958	1.406.079	2.202.501	63,84
1959	1.436.398	2.148.999	66,84
1960	1.439.434	2.160.232	66,63
1961	1.461.554	2.241.437	65,21
1962	1.561.696	2.436.301	64,10
1963	1.581.052	2.571.109	61,49
1964	2.123.213	3.246.106	65,41
1965	2.240.140	3.371.364	66,45
1966	2.575.657	3.665.651	70,26
1967	3.097.300	4.338.787	71,39
1968	3.489.543	4.827.590	72,28

FONTE: SANTOS (1997) p. 43

Essas experiências tiveram inúmeras dificuldades pela deficiência de infra-estrutura das minas em operação, pela pouca familiaridade do respectivo pessoal com operações mecanizadas e pela natureza e constituição do próprio carvão. Segundo LEITE (1997), reconheceu-se depois que os relatórios dessas consultorias, relativos a suas experiências realizadas em minas de propriedade da Carbonífera Próspera e da Companhia Carbonífera Urussanga-CCU, abriram caminho para uma possível mecanização da lavra, indicando as providências que complementariam a mecanização das frentes de mineração, especialmente o transporte interno e o beneficiamento na boca da mina.

Em Criciúma, foram escolhidas duas unidades mineiras, uma de propriedade da Carbonífera Próspera S/A e outra, de propriedade da CCU. A experiência alemã ocorreu na mina do Poço 11, localizado sob os atuais bairros Ceará, Maristela, N.<sup>a</sup> S.<sup>a</sup> da Salete e Ana Maria. E a experiência americana, foi realizada na mina São Geraldo, de propriedade da CCU, situada ao Norte do município de Criciúma.

A preocupação com o melhoramento técnico da produção de carvão, tanto na lavra quanto no beneficiamento, leva o governo federal, a partir de 1957, a liberar recursos, via CEPCAN, para financiar as empresas mineradoras para a construção de pré-lavadores nas diversas minas em operação.

O CPL (carvão pré-lavado) é então conduzido ao lavador de Capivari, o qual fazia a separação final do carvão para energético (uso em locomotivas e termelétricas) e para uso siderúrgico (carvão metalúrgico).

As condições do emprego de tecnologias nas minas da região eram ainda muito rudimentares. Com o programa de ações definido no âmbito da CEPCAN, o governo federal esperava que o rendimento médio de 0,5 tonelada produzida até então por homem/dia pudesse passar para 3 toneladas ou até 4 toneladas, fazendo com que o custo operacional das empresas mineradoras pudesse cair em até 50%.

Os relatórios das duas empresas de consultorias sugeriam a redução do número de empresas mineradoras, principalmente do grande número de pequenas minas existentes<sup>7</sup>, o que dificultava o emprego da mecanização. Ainda com base nesses relatórios, a Lei do Plano do Carvão Nacional autorizava o governo federal a conceder financiamentos às empresas mineradoras que

---

<sup>7</sup> Segundo o relatório de C. H. Fritzsche, havia em 1957, na Bacia Carbonífera, 90 minas pertencentes a 25 empresas diferentes, produzindo anualmente cerca de 1 milhão de toneladas de carvão (CEPCAN-Relatório Sobre as Possibilidades de Melhoria dos Métodos de Trabalho e Mineração da Camada Barro Branco em Santa Catarina, 1958, vol.I e II).

desejassem mecanizar a extração e montar lavadores para o carvão por elas produzido (LEITE, 1997).

**TAB. N.º 02 - Evolução Demográfica no Município de Criciúma  
Período de 1940 a 1996**

Ano	Pop. Urbana	Pop. Rural	Pop. Total	Taxa de Urb. (%)
1940	4.845	22.908	27.753	17,46
1950 <sup>8</sup>	9.298	41.556	50.854	18,28
1960	27.905	34.070	61.975	45,03
1970	55.397	26.054	81.451	68,01
1980	96.325	14.279	110.604	87,09
1991 <sup>9</sup>	132.201	13.961	146.162	90,45
1996	143.229	15.872	159.101	90,02

FONTE: Censos Demográficos do IBGE

O processo de mecanização, no entanto levará mais de uma década para se consolidar. Na verdade este estímulo será dado pelo governo federal, através do edital de licitação para implantação de unidades mineiras integradas de mineração mecanizada de carvão na bacia carbonífera de Santa Catarina, aprovado em maio de 1973 (LEITE, 1997). Estas questões, portanto, somente voltarão à baila com maior intensidade quando da revisão do Plano do Carvão Nacional, feita no governo Costa e Silva (1967-1969).

Consequentemente, nas décadas de 1950 e 1960, predominou o emprego intensivo de mão-de-obra na mineração, o que acabou determinando a grande explosão demográfica vivida na região<sup>8</sup>, especialmente no município de

<sup>8</sup> O Censo de 1950, que mediu a evolução populacional de 1941 a 1950, apresenta um surpreendente crescimento da população rural que, todavia, não expressa a realidade. Ao contrário, este crescimento se deve à indústria de mineração, baseada nas diversas frentes de mineração distribuídas nos arredores do primitivo perímetro urbano da cidade de Criciúma. Por isso, este incremento populacional acabou sendo lançado no meio rural, quando o que de fato ocorria era um processo de desruralização da estrutura fundiária pré-existente no município de Criciúma (vide também Nota 8 da Tab. N. 02).

Criciúma (vide Tab. n.º 02)<sup>9</sup>. E a atração dessa mão-de-obra, da qual a Carbonífera Próspera irá contribuir com uma parcela significativa, levará à expansão das vilas operárias existentes e à consolidação dos primeiros bairros importantes da cidade de Criciúma; entre eles, o bairro Próspera.

---

<sup>9</sup> No Censo de 1991, já havia ocorrido o desmembramento do Distrito de Forquilha, que se tornou município em 1989 (vide também Nota 9 da Tab. N. 02).

## **A Expansão Urbana do Setor Leste de Criciúma nas Décadas de 1950 e 1960**

Ao se observar o mapa da evolução urbana do município de Criciúma (vide Fig. n.º 09), vê-se que, entre 1957 e 1972, ocorrem duas expansões importantes. Uma a Leste e outra a Oeste do centro tradicional. A Leste, consolida-se o bairro Próspera e nascem os bairros Brasília e Pio Correa. A Oeste, consolidam-se os bairros Operária e Pinheirinho e nascem os bairros Santo Antônio e São Luiz. Esta expansão atingirá também a localidade de Sangão. Tanto a Leste quanto a Oeste, a expansão é fortemente condicionada pelos ramais ferroviários existentes e pelas atividades de mineração em atividade nestes dois extremos.

O incremento da produção carbonífera, conforme se pôde ver anteriormente, através de um amplo plano de incentivos do governo federal, refletiu-se sobre o espaço urbano de Criciúma, especialmente sobre a área de influência da Carbonífera Próspera. Sendo uma das empresas mais importantes do setor e estando sob controle direto do governo federal, a Carbonífera Próspera empregou um número representativo de mão-de-obra em suas diversas minas abertas a Leste do centro da cidade de Criciúma. A empresa mantinha em operação unidades de mineração em Linha Batista (vide Fig. n.º 10), localidade situada mais ao Norte do bairro Próspera e onde operavam as minas 2 e 3 e as minas 1 e 11, localizadas próximas da sede administrativa da empresa, no bairro Próspera.

Provavelmente a localização destas minas determinou os parcelamentos que a Carbonífera Próspera iria regularizar perante a Prefeitura Municipal a partir da década de 1960. Observando-se a Fig. n.º 11, a qual apresenta os parcelamentos de terra destinados preferencialmente ao assentamento dos trabalhadores da Carbonífera, nas proximidades das diversas frentes de trabalho, chega-se à conclusão de que houve, num primeiro momento, a

ocupação da área regularizada e aprovada com o nome de Vila Operária, que hoje compreende o centro tradicional do bairro Próspera. Desta área há registros de plantas nos arquivos da Prefeitura Municipal que datam de 1948, porém sua regularização só foi aprovada em 1976.

Já o loteamento Vila dos Engenheiros, atual bairro Pio Correa, teve seu primeiro plano traçado em 1958, sendo alterado em 1960 e aprovado definitivamente somente em 1965.

**FIG. 08**



**B. Próspera-Posto de saúde - Construído no período da CEPCAN - Década de 1960.**

Fonte: Arquivo de Marli de Oliveira Costa







A disposição destes dois parcelamentos parece seguir uma lógica de planejamento das atividades de produção (vide Fig. n.º 11). Ou seja, entre a sede administrativa e as várias frentes de mineração, foram assentados os trabalhadores braçais e dos quadros de supervisão de operação e de manutenção das diversas frentes. Aos engenheiros e pessoal que ocupavam os níveis mais elevados, de administração e de direção da empresa, foi destinada a Vila dos Engenheiros (atual bairro Pio Correa), implantada entre o centro tradicional da cidade e a sede da empresa. E é assim que a Carbonífera Próspera, atuando como agente produtor do espaço urbano por meio da planificação, estabeleceu o primeiro nível de segregação espacial do bairro Próspera.

Em 1964, é aprovado pela Prefeitura Municipal, o loteamento Rio Branco, atual bairro Brasília. O bairro Brasília, originalmente também é um assentamento constituído basicamente de operários mineiros da Carbonífera Próspera. Este bairro situa-se entre as minas de Linha Batista e aquelas do bairro Próspera. Ele é consequência da expansão da atividade produtiva fomentada pelos incentivos da CEPCAN ao final da década de 1950. Por isso, sua implantação ocorreu entre a Vila Operária e a estrada de acesso à localidade de Linha Batista.

Basicamente, a Vila Operária tinha seus limites definidos a Leste pela caixa de embarque de carvão da Carbonífera (onde hoje se encontra a Praça do Trabalhador); a Oeste, pela sede administrativa; ao Sul, pelo ramal ferroviário; e, ao Norte, com as encostas do Morro Cechinel. O sistema viário era estruturado pela antiga estrada geral de Linha das Antas, atual rua Gen. Osvaldo Pinto da Veiga (vide Fig. n.º 06).

O impulso da produção de carvão trouxe reflexos também sobre a instalação de novas atividades comerciais e de serviços no município, principalmente de atividades financeiras e de instituições governamentais da esfera estadual e federal, como feito referência anteriormente.

Relativamente ao setor Leste, neste período, foram construídas a sede do Próspera Clube Recreativo (1953) e a igreja de N.<sup>a</sup> S.<sup>a</sup> da Salete (1955), esta situada ao lado da atual Praça do Trabalhador.

Todo este crescimento, no entanto, não seria suficiente para resolver os problemas sociais da classe trabalhadora, constituída basicamente por mineiros. No ano de 1962, segundo relato de SANTOS (1997), o governo federal instala um grupo de trabalho para estudar soluções para os problemas sociais e econômicos do carvão, com a participação de representantes dos poderes públicos, da CSN, do Sesi e dos sindicatos, em decorrência dos movimentos grevistas que reivindicavam basicamente reajustes salariais para a categoria.

Na década de 1950, a população urbana do município de Criciúma triplica, devido em grande parte à atração que a atividade de mineração desempenhava sobre as populações do meio rural imediato e sobre as populações dos municípios da região Sul de Santa Catarina. Na década seguinte, a população urbana de Criciúma duplica em relação à década anterior, o que representa dizer que durante estas duas décadas a indústria carbonífera foi formando um amplo contingente de trabalhadores braçais, que na década seguinte irão se constituir num exército de reserva para o sistema produtivo local, tanto do setor carbonífero quanto de outros setores como o cerâmico, o metal-mecânico e o da construção civil, por exemplo.

As conseqüências sociais desse crescimento populacional foi a ampliação da pobreza e, depois, da miséria, espalhadas pela extensa periferia da cidade. O ônus destas questões sociais recaíram substancialmente sobre os ombros da administração municipal, que buscou dar respostas pela prática do

assistencialismo, com resultados pífios diante da dimensão dos problemas a serem enfrentados, principalmente a partir da década de 1970, quando ganha corpo o processo de mecanização das empresas de mineração.

### **CAPÍTULO III**

## **Do Programa Oficial de Auto-Sustentação do Setor Carbonífero aos Impactos das Medidas Neoliberais Sobre a Economia e o Espaço Urbano da Grande Próspera**

### **O Programa Governamental de Incentivo à Auto-Sustentação da Atividade Carbonífera**

Durante a década de 1960, como se viu, a produção de carvão continuou crescendo. Porém, o uso intensivo de fontes energéticas importadas, especialmente o petróleo, limitara o crescimento do consumo do carvão nacional.

Este panorama somente irá se alterar a partir da crise mundial do petróleo de 1973, em decorrência da elevação dos preços do barril de óleo e seus derivados, por conta da guerra entre árabes e judeus, no Oriente Médio.

Enquanto a crise do petróleo abalava a economia do país, na região carbonífera ocorria uma volumosa injeção de capitais por parte do Estado, favorecendo a indústria do carvão catarinense, como parte da política do governo federal de manutenção do crescimento industrial. E essa injeção de capitais teve um efeito cascata, propagando-se por toda a economia do município e região. Esta política, que se inicia a partir de 1974, é resultado de uma nova estratégia do governo federal frente ao crescimento econômico, mudando a orientação de rumo, deixando de dar atenção às indústrias de bens de consumo duráveis, o que vinha sendo feito desde os anos 50 e, particularmente, ao longo do último surto de crescimento (1967-1973), para dar atenção especial aos setores que pudessem modificar a estrutura produtiva do país, procurando diminuir sua vulnerabilidade às importações de fontes energéticas e matérias-primas, sem contudo frear a taxa de crescimento da economia como um todo (CASTRO, 1985).

Faziam, então, parte das prioridades da política econômica do governo, o desenvolvimento da prospecção de petróleo e da expansão da siderurgia, entre outras referidas no II PND-Plano Nacional de Desenvolvimento, visando justamente priorizar os investimentos para os setores de base do processo de industrialização, ou seja, a energia e a siderurgia.

A manutenção do crescimento, com redirecionamento da economia do país, exigia a aplicação de vultosos investimentos, os quais tiveram que ser captados via endividamento externo, assumido em quase sua totalidade pelo governo brasileiro, que através de suas instituições financeiras de desenvolvimento, como o BNDE, e de suas empresas estatais e de economia mista mais saudáveis, como PETROBRAS, SIDERBRAS e ELETROBRAS, deu seqüência aquela política.

Se havia uma crise internacional, identificada pela relativa alta dos preços do petróleo, a partir de 1973, por outro lado havia uma superoferta de dinheiro no mercado internacional, o que, de certa forma atraiu os países subdesenvolvidos para a expansão de suas dívidas, como relata CASTRO (1985):

*Além do custo do dinheiro, o volume dos fundos disponíveis têm passado por grandes flutuações através dos anos. Se até meados dos anos 60 a disponibilidade de recursos externos – predominantemente oficiais - era relativamente restrita, e se a partir de 1982 a oferta espontânea de empréstimos (agora fundamentalmente privados) simplesmente desapareceu, no período intermediário entre estas duas épocas a oferta de recursos financeiros no mercado internacional foi notoriamente excessiva (p.106).*

Considerando-se que o *milagre brasileiro*, vivido pelo país entre 1967 e 1973 foi um período de extraordinário crescimento econômico (CASTRO, 1985), exibindo uma taxa média de crescimento de 11,2% ao ano, o *milagre sul-catarinense*, como afirma SANTOS (1997), ocorre entre 1975 e 1985, marcado por um ritmo de crescimento acelerado da produção do carvão nacional, o que levou à

efetiva diversificação, não só da economia regional, mas, sobretudo, da economia local.

A implementação de programas de investimentos e de financiamentos oficiais, principalmente para fomentar a mecanização dos processos de lavra e a criação de diversos subsídios, visando o aumento do consumo do carvão nacional, irão desencadear o aumento da produção nos três estados do Sul do país, especialmente de Santa Catarina.

Estes programas do governo federal tiveram início ainda ao final da década de 1960, quando, em 1968, o governo Costa e Silva resolve dar nova organização ao Ministério das Minas e Energia, com a transferência das atribuições da Comissão do Carvão Nacional-CPCAN, respectivamente para o Conselho Nacional do Petróleo-CNP, com relação às de caráter normativo e para o Departamento Nacional de Produção Mineral-DNPM, com relação às pesquisas geológicas (LEITE, 1997).

Ainda segundo LEITE (1997), relativamente ao carvão mineral o CNP assumiu as seguintes atribuições:

- a) fixação das características e preços dos vários tipos e normas de fiscalização;
- b) fixação de quotas de produção, transporte e consumos obrigatórios;
- c) autorização para importação e concessão de isenção do imposto de importação.

Considerava-se, assim, a política do carvão mineral baseada na produção por empresas privadas reguladas pelo Estado. Não havia, entretanto, no caso do carvão, regras rígidas de formação de preços, como as que eram legalmente estabelecidas para os derivados de petróleo e para os serviços públicos de energia elétrica (LEITE, 1997).

Também, neste período, foi criada a Companhia de Pesquisas de Recursos Minerais-CPRM, órgão encarregado das pesquisas minerais nos três estados da Região Sul. Os resultados das pesquisas realizadas entre 1970 e 1974, no caso de Santa Catarina, foram animadores quanto à possibilidade de sustentação de várias explorações com tecnologia moderna em escala econômica. Havia por parte do governo federal, segundo LEITE (1997), a preocupação de direcionar os investimentos no sentido de definir as jazidas que propiciassem a instalação de minerações modernas e levassem as empresas mineradoras a lançar planos de eficiência e expansão, que permitissem uma evolução adequada e racional da produção de carvão mineral.

Como já se fez referência no capítulo II, as primeiras experiências com a mecanização, realizadas na camada Barro Branco pela Carbonífera Próspera S/A e pela CCU, indicaram que as empresas deveriam introduzir um novo conceito de mineração, baseado na unidade mineira totalmente mecanizada e integrada. A receptividade destas novas idéias poderia conduzir a indústria extrativa mineral à auto-sustentação, sem necessidade de depender do governo federal para sua continuidade operacional e econômica (LEITE,1997).

Após os vários estudos desenvolvidos pela CPRM, a partir dos dados geológicos coletados na Bacia Carbonífera Catarinense, foi elaborado pelo governo federal o “Edital de licitação para implantação de unidades mineiras integradas de mineração mecanizada de carvão na bacia carbonífera de Santa Catarina”, cuja aprovação se deu em maio de 1973.

LEITE (1997) faz um relato do que representou este edital em termos de injeção de recursos no setor carbonífero:

*O edital então elaborado previa a possibilidade de implantação de unidades mineiras pelo empresariado do carvão de Santa Catarina. Uma delas já estava em fase adiantada de planejamento e de implantação pela Carbonífera Próspera, da CSN. Concorreram, além desta, as empresas de mineração Criciúma, Metropolitana, Araranguá e Urussanga,*

*perfazendo a possibilidade de implantação de cinco unidades mineiras, com uma produção potencial de cerca de 3,0 milhões de toneladas de carvão pré-lavado por ano, resultando na possibilidade de produção de cerca de 1,5 milhão de toneladas de carvão do tipo metalúrgico(...). Foram contemplados com financiamentos [do BNDE] equivalentes desde US\$ 1 milhão até US\$ 4 milhões os projetos da Carbonífera Próspera, da Cia. Brasileira Carbonífera de Araranguá, da Cia. Carbonífera Urussanga e da Carbonífera Criciúma. A Metropolitana, que montou o maior projeto, obteve financiamento do Banco do Brasil para a parte de importações e de banco privado para os investimentos em moeda nacional (p. 198-199).*

Como se pode observar, antes mesmo da eclosão da crise do petróleo, já havia o governo brasileiro reelaborado o programa do carvão nacional, visando chegar à auto-sustentação das atividades mineiras de Santa Catarina. A crise do petróleo só veio favorecer e intensificar ainda mais a participação do governo como agente financiador do setor carbonífero brasileiro. Em função da crise do petróleo, a indústria carbonífera terá atenção estratégica durante o transcorrer de toda a década de 1970, com o governo criando grandes incentivos para a produção e consumo, tanto do carvão metalúrgico quanto do carvão energético. A Companhia Auxiliar de Empresas Elétricas Brasileiras-CAEEB, empresa estatal, passa a executar a política de comercialização do carvão energético, funcionando como intermediária entre produtores e consumidores. Além dos financiamentos para a mecanização dos processos de lavra e de beneficiamento das empresas carboníferas, o governo alocou recursos para a ampliação das usinas termelétricas instaladas no Sul do país, beneficiando também a região Sul de Santa Catarina.

SANTOS (1997) sustenta que outro fator que contribuiu para o aumento do consumo do carvão energético, foi a incorporação a ELETROSUL, em 1971, da SOTELCA, e sua ampliação em 1975 (duas novas unidades geradoras de 66 MWh). Em 1979 e 1980, foram construídas outras duas unidades de 125 MWh,

elevando o Complexo Termelétrico Jorge Lacerda a uma capacidade instalada de 482 MWh, transformando-se no maior complexo termelétrico da América Latina.

Além disso, o governo federal criou incentivos especiais às empresas que substituíssem o óleo combustível por carvão mineral, empregando gaseificadores e combustores, o que ocorreu, inclusive, em algumas cerâmicas da região, como a unidade da CECRISA instalada no bairro Próspera. Esses incentivos se traduzem em financiamentos especiais, com correção monetária parcial, juros baixos e prazos de carência alongados, objetivando a implantação dos equipamentos necessários à substituição do óleo pelo carvão energético.

Foi criado, inclusive, um programa especial, denominado PRÓ-CARVÃO, para alocar recursos e financiar esses projetos. Em 1979, é criado também o Programa de Mobilização Energética-PME, para estimular ainda mais o uso do carvão energético como combustível de uso industrial.

Os efeitos desses incentivos sobre a economia regional terão intensos reflexos sobre a dinâmica do crescimento local, como fica evidenciado no relatório do Plano Básico de Desenvolvimento Ecológico Econômico-PBDEE da Associação dos Municípios da Região Carbonífera-AMREC:

*A economia da região passa a viver um verdadeiro “boom”. Mediante convênio celebrado com o CNP, em 1975, a CAEEB passa a atuar como executora da política do governo no que tange à comercialização dos carvões energéticos. Esses, favorecidos com incentivos especiais, chegam a contar com subsídios de quase 90% no preço final do produto e até 60% nos fretes.*

*O carvão energético atinge o consumo de 7,1 milhões de toneladas em 1976, o maior da história da atividade carbonífera.*

*O carvão metalúrgico chega ao seu pico em 1980, com 1,3 milhão de toneladas, mas, a partir de então, seu mercado inicia uma curva descendente. De uma participação de 24% no consumo nacional em 1980, despenca para apenas 3,5% em 1990 (p. 303).*

A preocupação com o carvão não se restringia , entretanto, conforme LEITE (1997), aos problemas relativos ao carvão nacional. Havia interesse do governo em reduzir a dependência das importações de uma única origem, os Estados Unidos. Com o propósito de ampliar a oferta de outros mercados, mantiveram-se prolongadas negociações com a Polônia, através da ação conjunta do Ministério das Minas e Energia e do Ministério da Indústria e Comércio, que culminaram em acordo compreendendo carvão e minério de ferro.

Enquanto no setor siderúrgico e do carvão as ações transcorriam dentro das metas estabelecidas pelo governo, o mesmo não se pode dizer com relação à questão do petróleo, um recurso energético cujo aumento da demanda interna levava ao crescimento das importações. Nossa dependência dessa fonte de energia foi responsável pelo agravamento do balanço de pagamentos, desfavorável ao nosso ritmo de crescimento. LEITE (1997) destaca que o Brasil adota a tese de prosseguir no esforço de desenvolvimento acelerado, com ênfase na substituição de importações. O forte desequilíbrio da balança de pagamentos, devido em grande parte às importações de petróleo, seria compensado por operações de crédito externo a taxas de juros flexíveis com o sistema bancário privado que, por sua vez, se baseava em recursos propiciados pela reciclagem das receitas provenientes do petróleo.

Enquanto a maioria dos países industrializados adotará uma política de adaptação recessiva da economia, o Brasil buscará reequilibrar no futuro o balanço de pagamentos do país, mantendo os planos de desenvolvimento do governo do general Emílio Garrastazu Médici, implementando uma política de substituição de importações, implantação de novos setores industriais e fortalecimento da infra-estrutura econômica. Acreditava-se que o financiamento externo desse plano pudesse mais tarde ser amortizado pelos resultados positivos, em renda e divisas, dos novos setores produtivos da economia brasileira.

Acerca do discurso oficial da dívida externa brasileira, SOUZA (1985) sustenta que o endividamento foi justificado oficialmente então como uma alternativa de financiamento do balanço de pagamentos enquanto se procurava promover uma mudança estrutural do crescimento. Dentro dessa mudança estrutural, fazia parte o incentivo oficial de substituição de fontes energéticas e matérias-primas importadas por similares nacionais, o que veio a favorecer novamente o setor carbonífero nacional.

Nesse período, portanto, de 1974 a 1979, tanto o país quanto a região Sul Catarinense mantiveram índices de crescimento elevados. A taxa média de crescimento anual do PIB brasileiro foi de 6,7% (vide Tab. n.º 03), enquanto a participação na produção de carvão bruto catarinense atingiu 84,24% da produção nacional em 1976, a maior de sua história (vide Tab. n.º 04).

O primeiro choque do petróleo favoreceu ainda mais as pesquisas geológicas de detalhamento das jazidas de carvão em Santa Catarina, com a

**TAB. N.º 03 - Indicadores da Economia Brasileira**

**Período 1974-1984**

<b>ECONOMIA BRASILEIRA</b>	<b>1974-1979</b>	<b>1979-1984</b>
<b>Indicadores</b>		
PIB REAL-Final de período (US\$ bilhões de 1994)	397	433
Taxa média de crescimento anual (%)	6,7	1,7
Inflação Variação média anual (%)	38,6	121,7
<b>Salário Mínimo Nominal</b>		
Taxa média de variação anual (%)	43,3	113,6
Exportações (US\$ bilhões)	15,2	27,0
Importações (US\$ bilhões)	18,0	13,9
Dívida Externa Bruta (US\$ bilhões)	49,9	91,1
Reservas Internacionais (US\$ bilhões)	9,7	12,0

FONTE: LEITE (1997) p. 223

aplicação de recursos públicos a fundo perdido. Segundo LEITE (1997), houve duas fases de aplicação de recursos.

A primeira, entre 1973 e 1977, onde foram investidos US\$ 42 milhões e, a segunda, entre 1980 e 1983, dentro do PME, onde foram investidos US\$ 84 milhões. A partir de 1980, em decorrência do segundo choque do petróleo, ocorrido em 1979, o governo do general João Batista de Oliveira Figueiredo, tendo por base os levantamentos mais precisos das reservas carboníferas do Sul do país, resolve, com base no PME, intensificar ainda mais a substituição de forma gradual dos derivados de petróleo por outros energéticos, onde se incluía a substituição do óleo combustível pelo carvão energético. A meta era atingir, conforme LEITE (1997), a produção anual de 27,5 milhões de toneladas até o início dos anos 90, o que jamais foi alcançado. O incentivo ao carvão energético foi estabelecido na forma de subsídio, onde o preço por quilo-caloria, fora do estado produtor, não poderia ser

**TAB. N.º 04 - Produção de Carvão Bruto - Período 1976-1994**

ANO	SANTA CATARINA	BRASIL	Participação De SC (%)
1976	6.635.196	7.876.081	84,24
1977	8.430.019	10.045.302	83,92
1978	9.591.223	11.816.259	81,17
1979	11.637.616	13.492.867	83,47
1980	13.167.950	16.066.235	82,32
1981	14.266.134	17.434.051	82,30
1982	15.601.417	19.150.137	81,16
1983	16.314.156	21.387.660	76,16
1984	17.820.068	22.825.225	77,77
1985	19.781.089	24.908.142	78,84
1986	17.436.795	22.700.236	76,81
1987	13.425.603	18.115.355	74,11
1988	16.437.114	20.984.357	78,33
1989	13.924.819	18.196.082	76,53
1990	7.484.098	11.512.534	65,01
1991	6.684.243	10.417.027	64,17
1992	5.531.404	9.270.115	59,70
1993	6.044.844	9.624.577	62,81
1994	5.699.942	9.752.702	58,44

FONTE: SANTOS (1997) p. 47

superior a 70% do preço do óleo combustível de menor valor. Como se admitia que o subsídio cobrisse parte das despesas com frete, a relação efetivamente aplicada era de 62%.

LEITE (1997) relata que a cobertura dos subsídios, que vinha desde 1975, passou a ser feita a partir de um fundo especial de reajuste ligado à estrutura de preços do petróleo e que, no período de 1979 a 1987, foram despendidos com subsídio à comercialização do carvão o equivalente a US\$ 653 milhões, tendo sido transportadas através desse mecanismo 48 milhões de toneladas de carvão.

Todos estes incentivos governamentais levaram as empresas mineradoras a adotar processos mecanizados de lavra e de beneficiamento. Com isso, a produção de uma unidade mineira pode ser em muito elevada.

Como relata SANTOS (1997), em 1974/75, ocorre a mecanização com aquisição de conjuntos mecanizados americanos, que teve como consequência, além dos prejuízos causados à saúde do trabalhador, o agravamento da poluição ambiental, resultante da duplicação da produção, entre 1975 e 1978, elevando a capacidade de produção diária de uma mina mecanizada de grande porte para aproximadamente 9 mil toneladas de carvão bruto.

## **1975-1985: Período do “Milagre” da Economia Sul Catarinense e Ampliação dos Problemas Sociais e Ambientais**

O crescimento econômico, principalmente do município de Criciúma, em função do desenvolvimento da indústria carbonífera, possibilitou a diversificação da economia local, sendo que durante a década de 1970, a cidade experimentou uma radical transformação do setor secundário. Só para se ter uma idéia desse fenômeno, enquanto a indústria extrativa mineral apresentou, na década de 1970, participação do valor de transformação industrial de 70%, na década seguinte, esta participação decresce para 32,5% (CUNHA apud SANTOS, 1997).

Dessa diversificação, os setores mais dinâmicos foram o cerâmico e o de vestuário. Os setores de extração mineral e de produção cerâmica possibilitaram o surgimento de inúmeras outras empresas fornecedoras de equipamentos para estes dois ramos da economia local. Vários outros ramos, portanto, como o metal-mecânico, o de plásticos e o de embalagens de papel e papelão surgem da necessidade de atender à demanda criada tanto pelas carboníferas quanto pelas indústrias cerâmicas.

O pioneirismo da diversificação regional e local foi do setor cerâmico, iniciado ainda na década de 1940. Seu desenvolvimento, no entanto se acentuará a partir da década de 1970, com o surgimento de novas unidades industriais, principalmente no município de Criciúma. A fase de expansão, vivida durante a década de 1970 e metade da década de 1980, esteve associada à criação do Banco Nacional de Habitação-BNH<sup>10</sup> Portanto, a indústria cerâmica local se estruturou para atender ao mercado interno da construção civil, bastante aquecido

---

<sup>10</sup> O BNH e o SFH foram criados pela Lei n.º 4.380, de 21 de agosto de 1964. Foi constituído com um capital de 1 bilhão de cruzeiros antigos, cujo crescimento estava assegurado pela arrecadação compulsória de 1% da folha dos salários sujeitos a CLT do país (BOLAFFI, 1975).

durante toda a década de 1970, em função dos programas habitacionais financiados pelo Sistema Financeiro de Habitação-SFH, criado pelo regime militar. Durante este período, as indústrias cerâmicas da região chegaram a empregar mais de 15 mil pessoas (PBDEE, 1997).

A Grande Próspera também se beneficiaria do crescimento do setor cerâmico, quando em 1971, entrou em operação, a Sudeste do bairro Próspera, próximo da divisa com o município de Içara, a Cerâmica Criciúma S/A-CECRISA, do grupo Freitas, que se consolidou no ramo da extração carbonífera, mas também buscou o crescimento pela inversão de capitais em outros ramos da produção local. Hoje, a unidade pioneira do Grupo CECRISA está desativada (devido à defasagem tecnológica de sua planta industrial) e seu patrimônio vem sendo negociado junto ao governo estadual para ser transferido para a Prefeitura Municipal, como pagamento de dívidas tributárias e fiscais.

O crescimento e consolidação do setor cerâmico contou com a participação de investimentos e financiamentos governamentais, através de bancos de fomento e de investimentos estatais. Segundo SANTOS (1997), somente o BADESC, de 1977 até 1994, havia investido em Santa Catarina 1,2 bilhão de dólares, dos quais 224 milhões em Criciúma, sendo que do montante investido no município, 178,6 milhões foram absorvidos pelo setor cerâmico. Grande parte destes investimentos se concentraram nos anos de 1977 a 1987.

Além do estado, o governo federal despejou recursos oriundos do PRÓ-CARVÃO para incentivar a substituição do óleo industrial pelo carvão mineral também na indústria cerâmica, através do uso de combustores e gaseificadores. A CECRISA foi uma das indústrias cerâmicas que se beneficiou deste programa do governo federal.

Outro setor importante, derivado da diversificação local, é o ramo de produtos de plásticos descartáveis e de tubos de PVC. Sua origem está associada aos laboratórios da indústria cerâmica, que segundo SANTOS (1997), no

desenvolvimento da pesquisa por novos materiais extrudados de maior qualidade e resistência propiciou o nascimento de um novo setor produtivo na região. Surgiu na década de 1960, se ampliou por toda a década de 1970 e se consolidou durante a década de 1980. Na década de 1990, experimentou outra expansão, com a diversificação de novos produtos.

As indústrias pioneiras e líderes do ramo – CANGURU e INZA - pertencem a um único grupo, presidido pelo empresário Jorge Zanatta. A CANGURU produz embalagens plásticas para empresas como Pampers , Johnson & Johnson, Kenko, Isabella, Todeschini, Elma Chips, Parmalat, Batavo e Nestlé. A INZA-Industrial de Plásticos Zanatta é responsável pela produção de 30% de copos descartáveis do país, além de produzir uma diversidade de outros utensílios descartáveis.

Estas duas unidades industriais tiveram importância fundamental para o desenvolvimento da Grande Próspera, pois ambas foram instaladas em áreas entre o bairro Próspera e o bairro N.<sup>a</sup> S.<sup>a</sup> da Salete. A CANGURU, implantada em 1970 no bairro Pio Correa, com 12 funcionários, em 1974 se transferiu para o bairro Próspera, sendo que em 1999 empregava cerca de 600 funcionários. Já a INZA, também implantada em 1974 no bairro Próspera, absorvia em 1999 cerca de 500 trabalhadores.

A diversificação alcançou outros setores como o de metal-mecânica, o qual nasceu para atender os ramos mais desenvolvidos da economia regional, ou seja, a indústria carbonífera e a indústria cerâmica. A partir da década de 1980, trilhando o caminho do crescimento da mineração de carvão e da indústria cerâmica, consolidava-se uma indústria metalúrgica de apoio a estas duas atividades, com mais de 30 empresas instaladas, principalmente no município de Criciúma.

Na Grande Próspera, a principal empresa deste ramo a se instalar foi a SIDESA, em 1959, com o nome de Siderúrgica Criciúma Ltda.-SICRIL, e que

atualmente vive um momento de grave crise, depois de entrar em processo de falência, levando os funcionários (cerca de 130 trabalhadores) a assumir sua administração, com o nome de COOPERMETAL, buscando garantir o funcionamento da empresa desde o início do ano 2000.

Com relativa distribuição geográfica pelo município de Criciúma, o setor de confecção, que surgiu na década de 1960, e que na década de 1970 já contava com cerca de 20 empresas e empregando cerca de 900 pessoas, passaria por profundas transformações durante a década de 1980, porém sem grandes expansões. Na década de 1980, proliferaram as fábricas para atender grandes marcas nacionais e internacionais, dentro da lógica do capital pelo emprego da mão-de-obra mais barata possível, através da terceirização. Muitas de nossas confecções vão se transformar em fábricas que irão fornecer seus produtos sob encomendas de marcas como Renner, Ellus e Lee. O negócio das fábricas cresceu muito, transformando Criciúma no município catarinense pioneiro na terceirização desse segmento, com emprego de numerosa mão-de-obra, especialmente feminina, nas fábricas ou nas residências. Municípios vizinhos como Içara, Morro da Fumaça e Siderópolis também aderiram às fábricas, passando a compor o parque confeccionista da região. Com o retorno das confecções próprias, algumas dessas fábricas passaram a produzir para marcas locais, o que ocorre até hoje (PBDEE, 1997).

No conjunto, o ramo de confecções da região de Criciúma apresenta-se composto de pequenas e médias empresas. Segundo o relatório do PBDEE-AMREC (1997), apenas 13 delas contam mais de 100 empregados e a maior emprega 530 funcionários, sendo, também, a única que exporta parte de sua produção – cerca de 35%.

Os resultados dessa diversificação por que passou a economia cricumense têm reflexos na sua evolução demográfica e sobre o processo de urbanização do município. A taxa de urbanização, que era de 45,03% na década de

1960, salta para 87,09% na década de 1980. A população urbana medida pelo Censo de 1980 chega a 96.325 habitantes, enquanto esta era de 55.397 habitantes, medida pelo Censo de 1970 (vide Tab. N.º 02 à página 72). A taxa de urbanização atingirá 90,45%, quando do Censo de 1991, o que permite avaliar o grau de dificuldades que a administração municipal terá para resolver os problemas advindos desse acelerado processo de urbanização vivido pelo município de Criciúma, durante as décadas de 1970 e de 1980.

Ao final da década de 1970 e início da década de 1980 se acentuam os problemas de déficit habitacional e de poluição ambiental na região e, principalmente, no município de Criciúma. O relato do ex-prefeito José Augusto Hülse retrata o momento crítico e de tensão pelo qual passava a administração municipal frente aos problemas sociais vividos pelo município:

*Logo que assumimos a administração do município, já tivemos problemas de ocupações na região da Grande Santa Luzia, no então projeto PRÓ-MORAR, com as casas ainda em construção. Também tivemos problemas perto da Vila Manaus e no Jardim União. Procuramos resolver questões nesta mesma região, do bairro São Sebastião e na Vila Esperança. Estes foram alguns problemas que aconteceram antes mesmo de assumirmos a Prefeitura. Eram casas em construção ou terrenos que estavam em negociação com algumas empresas, particularmente as carboníferas e, neste meio tempo, houve invasões, houve ocupações.*

*Nós tivemos que negociar muitas áreas para que as famílias pudessem se assentar. Depois, estendemos realmente esses loteamentos à região do bairro Boa Vista, do bairro Paraíso e complementamos alguns lotes no bairro Tereza Cristina. Foram também criados loteamentos populares em outros pontos do município, particularmente no loteamento Búrigo, localizado no bairro São Defende. Na Grande Próspera, junto à Carbonífera Próspera, também negociamos algumas áreas.*

*Regularizamos uma ocupação totalmente irregular dentro da Vila Manaus, resolvendo o traçado das ruas e os limites dos lotes, o que beneficiou cerca de 700 famílias. Fizemos o loteamento, registramos e, depois, entregamos as escrituras dos lotes.*

*Enfim, durante o governo, procurou-se dar muita ênfase à questão lotes populares, regularização de ocupações e busca de recursos para a construção de casas populares. E, em linhas gerais, foram essas as ações que empreendemos ao longo dos seis anos que administramos o município<sup>11</sup>.*

A questão do espaço de habitação adquire novos contornos com a diversificação da economia local. O excedente da força de trabalho fartou a indústria de mineração e os demais segmentos industriais implantados sobre a cidade. Conseqüentemente, não era mais do interesse das mineradoras subsidiar o provimento de habitação de seus operários, até porque, nesse momento, o Estado já havia assumido a responsabilidade de prover a habitação do trabalhador, através do BNH e da COHAB-Companhia de Habitação, esta de âmbito estadual.

Embora tenha havido vultosa captação de recursos do BNH no setor da construção civil, destinado ao segmento de habitação, grande parte destes foi desviado de seu objetivo original, ou seja, de atender aos trabalhadores de renda mais baixa. O que ocorreu foi o oposto, indo grande parte destes investimentos financiar edifícios de apartamentos da classe média, que iriam se localizar nas áreas que pouco a pouco foram se adensando em torno do centro da cidade, que dispunha de melhor infra-estrutura urbana.

BOLAFFI(1975), num estudo sobre os problemas da habitação e do urbanismo brasileiro, apresentado na 27.<sup>a</sup> Reunião Anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência - SBPC, realizada em 1975, assim descreveu o papel assumido pelo BNH:

*Desde a sua constituição, a orientação que inspirou todas as operações do BNH foi a de transmitir todas as suas funções para a iniciativa privada. O banco limita-se a arrecadar os recursos financeiros para em seguida transferi-los a uma variedade de agentes privados*

---

<sup>11</sup> Ex-prefeito José Augusto Hülse, entrevista realizada em 19/05/2000. José Augusto Hülse foi prefeito de Criciúma, no período de 1983 a 1988.

*intermediários. Essa orientação foi tão marcada que, até recentemente, as prefeituras que sentiam necessidade ou que eram compelidas por lei a elaborar planos urbanísticos para os seus municípios, só podiam se qualificar para a obtenção de empréstimos junto ao Serviço Federal de Habitação e Urbanismo-SERFAU, se a elaboração dos referidos planos fosse confiada a empresas privadas.*

*Mesmo a cobrança das prestações devidas ao BNH é confiada a uma variedade de agentes financeiros, companhias habitacionais, iniciadores, sociedades de crédito imobiliário e outras, as quais, além de reterem uma parte dos juros, conservam os recursos financeiros provenientes das prestações recebidas durante um ano, antes de os devolverem ao BNH.*

*Isto é suficiente para dar uma idéia da magnitude dos recursos injetados na economia, ou diretamente nos bancos privados, aos quais as sociedades de crédito imobiliário são sempre ligadas, ou, indiretamente, por meio dos demais agentes. Com toda a probabilidade esses recursos foram aplicados em investimentos totalmente estranhos à habitação popular ou mesmo à construção civil, para financiar atividades econômicas mais lucrativas e compatíveis com o milagre que se procurou produzir (p. 53-54).*

Portanto, aos trabalhadores criciumenses, restou apenas a oferta por parte do Estado de reduzidos investimentos em alguns conjuntos habitacionais, constituídos de unidades unifamiliares, realizados principalmente no setor Oeste da cidade, entre os quais destacam-se Cidade Mineira, Pró-morar I e II, Conjunto Habitacional Vila Esperança, Vila Manaus, Vila Zuleima e Jardim Montevideú. Estes empreendimentos ou tiveram a participação da COHAB (vide Tab. N.º 05) ou da Prefeitura Municipal de Criciúma. A COHAB, durante todo o tempo em que vem atuando no município de Criciúma, entregou 1.549 unidades de habitação unifamiliar. Alguns outros conjuntos de casas populares foram construídos pela própria prefeitura, com recursos provenientes do governo federal ou do governo estadual, através da Secretaria de Habitação do Estado de Santa Catarina. A COHAB procurou atender famílias com faixa salarial acima de 5 salários mínimos,

enquanto a Prefeitura e o Governo do Estado, através da Secretaria de Habitação atendiam as famílias com renda familiar inferior a 5 salários mínimos.

Nas cidades como Criciúma, onde o fluxo migratório foi mais intenso durante as décadas de 1970 e 1980, o problema do déficit habitacional agravou-se com maior intensidade a partir do momento em que o Sistema Financeiro da Habitação passou a apresentar sinais de exaustão, ainda no início dos anos 80. A alta do petróleo e a retração dos financiamentos internacionais elevaram o preço do dinheiro, o que levou o país a apresentar um forte desequilíbrio do balanço de pagamentos. Na impossibilidade de contrair novos financiamentos, teve-se que recorrer à emissão de moeda, entre outras medidas, o que provocou a aceleração inflacionária. Por conseguinte, a defasagem dos recursos devolvidos pelos agentes privados, encarregados das cobranças das prestações dos mutuários do SFH, levou o BNH à insolvência.

**TAB. N.º 05 - COHAB-Produção de Habitação em Criciúma**  
**Período 1966 a 1992**

<b>Conjunto</b>	<b>Bairro</b>	<b>N.º de Unid.</b>	<b>Ano de Entrega</b>
Cidade dos Mineiros	Mineira Nova	500	1966
Criciúma II	Vila Zuleima	300	1982
Pro-morar I-A	Mineira Velha	90	1983
Pro-morar II	Santa Luzia	408	1985
Mina IV	Renascer	101	1988
Montevideo	São Defende	150	1992

FONTE: COHAB/SC - Escritório Regional de Criciúma

Ao final da década de 1980, a Prefeitura de Criciúma estimava um déficit de moradias da ordem de 7.000 unidades, enquanto a COHAB admitia que

este déficit fosse da ordem de 3.000 a 3.200 unidades (PBDEE, 1997). Atualmente, embora não se tenha dados mais precisos, um levantamento apresentado em 29 de novembro de 2000, pela Comissão de Habitação na Audiência Pública de Desenvolvimento Urbano e Habitação da Frente Popular, eleita nas últimas eleições municipais, sinaliza um déficit da ordem de 4.000 moradias.

A dificuldade de acesso ao lote ou à moradia, agravada pelo aumento da demanda proveniente do fluxo migratório dos anos 70 e 80, causou dois fenômenos próprios do processo de urbanização com crescimento acelerado: o primeiro, de adensamento excessivo dos bairros que gravitam ao redor do centro tradicional de Criciúma, que disputam a oferta de serviços e de infra-estrutura ali concentrados. E, o segundo, de ocupação de áreas - principalmente públicas e de propriedade das carboníferas - com sub-habitações e desprovidas de qualquer infra-estrutura, pelas populações de imigrantes atraídas pela oferta de emprego dos setores de mineração e de produção cerâmica. Durante toda a década de 1980, Criciúma recebeu migrantes, não só dos municípios vizinhos, mas também dos municípios do Planalto Serrano, como Bom Jardim da Serra e São Joaquim e dos municípios do Nordeste do Rio Grande do Sul.

A combinação do intenso fluxo migratório com a crise do emprego vivida no início dos anos 80, causado pela mecanização da mineração e pela ociosidade das indústrias cerâmicas (esta, por causa da retração do mercado interno da produção habitacional, desencadeado pelo colapso do SFH), leva ao cenário com o qual se deparou o ex-prefeito José Augusto Hülse, quando assume a administração do município, em 1983. Este cenário retrata também o grau de concentração da riqueza na cidade, uma vez que o crescimento econômico, principalmente do aumento da produção de carvão, não se refletiu no desenvolvimento social na mesma proporção, como já asinalado.

Associada à carência de infra-estrutura, estas áreas, normalmente ocupadas pelas populações de baixa renda e de desempregados, eram em sua

grande maioria remanescentes de depósitos de rejeitos de mineração de carvão. Observando-se a Fig. n.º 12 constata-se a coincidência de muitas ocupações sobre antigas áreas de depósitos de rejeitos de carvão ou sobre as faixas de domínio dos ramais ferroviários. Geralmente, estas ocupações causam grande impacto sobre sistemas ambientais frágeis da maior parte das cidades brasileiras, tais como mangues, várzeas e encostas de morros. No caso de Criciúma, estas populações irão se assentar sobre regiões já profundamente degradadas pela mineração, o que, em muitas situações, colocará em risco a saúde destas pessoas.

A questão da poluição ambiental tornou-se uma preocupação crescente ao final da década de 1970 na região carbonífera. Enquanto a preocupação com o meio ambiente na esfera do governo federal ganha força a partir de 1973, motivada pela Conferência das Nações Unidas Sobre o Meio Ambiente Humano, realizada em Estocolmo em 1972, resultando na criação da Secretaria Especial do Meio Ambiente-SEMA, em Santa Catarina, esta preocupação resulta na criação da FATMA-Fundação de Amparo à Tecnologia e ao Meio Ambiente, órgão criado pelo governo estadual em 1975. O meio ambiente torna-se, então, uma preocupação oficial no Estado a partir de meados da década de 1970. Esta preocupação é fruto da reorientação que será dada em escala internacional nas prioridades dos novos financiamentos aos países periféricos.

Com a assinatura do Decreto n.º 85.206, pelo então Presidente da República, João Batista de Oliveira Figueredo, enquadrando a Região Sul de Santa Catarina como 14.<sup>a</sup> Área Crítica Nacional, na cidade de Tubarão, em 25 de setembro de 1980, dar-se-á início efetivamente as primeiras ações, visando reverter o quadro de poluição ambiental legado pela atividade carbonífera e agravado pela intensificação da produção, via mecanização, ocorrida a partir da década de 1970.

Sobre o efeito da poluição carbonífera, esta trouxe impactos devastadores e praticamente irreversíveis sobre o meio físico da região. A poluição

do solo implicou em efeitos sobre a água e o ar, os quais atingiam o âmbito regional, com impactos negativos sobre o abastecimento de água para consumo urbano e rural e sobre a saúde das populações que respiravam um composto de gases tóxicos, resultantes da combustão espontânea dos rejeitos e dos depósitos de carvão. No âmbito da urbanização, estes solos imprestáveis, de valor imobiliário nulo, serviram para abrigar as populações dos sem-tetos de Criciúma.

Fazendo uso do conceito de renda diferencial da terra, constata-se que os lotes mais baratos situavam-se, pois, em loteamentos implantados nos arredores

dessas áreas degradadas, onde foram se estabelecer as famílias dos trabalhadores mais pobres, principalmente no setor Oeste da cidade. A este respeito, o ex-prefeito José Augusto Hülse faz um importante relato do cenário com que se deparou quando assumiu a prefeitura em 1983:

*A questão da mineração sempre nos deixou marcas muito profundas, cicatrizes que estamos aí ainda nos defrontando. A mineração foi durante um longo tempo uma das razões da nossa atividade econômica e que hoje está com as reservas praticamente extintas, embora continue em outros municípios da região. Mas, a verdade é que encontramos regiões mineradas, com rejeitos piritosos em combustão. Esse era o grande problema da Mina Napolini, do bairro São Sebastião, particularmente na região do grande Rio Maina e em São Marcos. Ali em São Defende, então, residia um grande vulcão. A queima de rejeitos era sufocante. Enfrentamos isso também, com o apoio de algumas das empresas mineradoras. Procuramos resolver da melhor maneira, ao lado de estudos que ao longo do tempo se realizavam pelo Ministério das Minas e Energia e pelo Ministério de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente para resolver a questão da mineração como um todo. Enfrentamos ali uma dificuldade muito grande, mas colocamos equipamentos junto com a empresa e conseguimos dominar aquela montanha de rejeitos, que queimava e sufocava realmente a população de São Defende e daquelas imediações. Entre outros*

*casos em que procuramos regularizar a situação, recobrando e recuperando a área, tivemos o bairro Boa Vista, o bairro Mina Naspolini e a Grande Próspera<sup>12</sup>.*

Além do problema causado diretamente à saúde das pessoas, a poluição da mineração deixou marcas profundas na paisagem local, cujo esforço para eliminá-las precisou de mais de uma década, sendo que mesmo hoje ainda persistem sinais nas áreas de minas mais antigas do que foi a degradação da paisagem dessa região. A localidade de Sangão ainda é um dos testemunhos remanescentes, que permite se avaliar o que fora no passado recente as pilhas de rejeitos, às quais se referiu o ex-prefeito José Augusto Hülse.

Mas a mineração deixou um legado ainda mais dramático no que se refere aos recursos hídricos da região. O grau de alteração das águas atingiu uma área onde vivem cerca de 400 mil pessoas atualmente. Seus limites geográficos compreendem a bacia do rio Araranguá, mais ao Sul, na região da AMESC- Associação dos Municípios do Extremo-Sul Catarinense, e o complexo lagunar de Santo Antônio dos Anjos da Laguna, mais ao Norte, já na região dos municípios da AMUREL-Associação dos Municípios da Região de Laguna.

Os conflitos pelo uso da água, no entanto, afloraram com maior intensidade a partir da década de 1980, quando o consumo urbano e o uso agrícola (arrozais irrigados) se intensificaram na região da AMREC. O consumo urbano, em Criciúma, cujo sistema de abastecimento depende de mananciais localizados no município de Siderópolis, e que também atende o município de Forquilha, fornecia uma vazão diária de cerca de 400 l/s e atendia cerca 85% dos domicílios urbanos, até 1992. Porém, a vazão necessária para atender estes 85% de domicílios com rede instalada era de praticamente o dobro do que o sistema podia fornecer. Em 1993, se inicia a construção e implantação do sistema denominado pela CASAN de Sistema Manin-Jordão, que aumentava a vazão do sistema para

---

<sup>12</sup> Entrevista realizada em 19/05/2000.

800 l/s e previa o atendimento de cerca de 90% da população urbana (cerca de 207.000 hab.) dos municípios abastecidos pelo sistema – Criciúma e Forquilha. Este sistema, atualmente, no entanto, já apresenta sinais de comprometimento, evidenciado pelo racionamento que a CASAN teve que implantar durante os meses de estiagem prolongada do último inverno ocorrido na região. O sistema Manin-Jordão terá condições de garantir o abastecimento da demanda projetada pela CASAN até 2002, desde que se mantenha a atual média de consumo per capita, o aumento populacional ocorra com base na taxa de crescimento verificada no período de 1991-1996 e não aconteçam estiagens prolongadas como a do último inverno.

A solução definitiva para o problema, pelo menos para os próximos 30 anos está depositado na construção da barragem do rio São Bento, cuja vazão final será de 1.360 l/s para a demanda urbana de uma população projetada e efetivamente atendida de cerca de 350.000 hab. e 1.010 l/s para atender a 2.500 ha de demanda para irrigação agrícola.

Enquanto é iniciada a construção da barragem, a partir de novembro de 2000, a CASAN estuda uma alternativa para aumentar a vazão que a demanda urbana passará a exigir a partir de 2002, quando ultrapassará os 800 l/s. Esta, seria a construção de uma adutora de transferência do leito do rio Mãe Luzia para o leito do sistema Manin-Jordão, objetivando ampliar a vazão do atual sistema, até que se concluam as obras da barragem, previstas para daqui a 36 meses.

**A Recessão da Economia e a Política Neoliberal**  
**Sobre a Região Carbonífera - Segundo Lustrro da Década de 1980**

Se até 1985 o *milagre do carvão* produzia seus efeitos sobre a economia do Sul Catarinense, o mesmo não se pode dizer da segunda metade da década de 1980. A crise que se instalará sobre o setor carbonífero abalará profundamente a economia desses municípios, envolvidos de alguma forma com as atividades do carvão. Afetará tanto os municípios produtores quanto aqueles onde se processa o beneficiamento final e se desenvolve o transporte aos centros consumidores, compreendendo os municípios de Tubarão, Capivari de Baixo e Imbituba.

Essa crise é fruto de reorientações da política federal na administração da dívida externa brasileira e da política neoliberal de revisão dos

subsídios ao setor energético. A partir de setembro de 1982, os países subdesenvolvidos deparam-se com o inesperado obstáculo ao crescimento de suas economias, causado pelo colapso do mercado de empréstimos. Ou seja, de uma hora para outra, o dinheiro disponível no sistema financeiro internacional ficou relativamente mais caro, o que afetou as dívidas de cada um desses países, inclusive o Brasil.

SOUZA (1985) faz um relato da situação em que se encontrava a política econômica brasileira e os efeitos dessa situação externa sobre os destinos da economia interna:

*A dívida externa acumulada no passado tornava-se agora um grande obstáculo ao crescimento. Os primeiros anos da década de 80 não assistiram nem às inflexões na trajetória da dívida, preconizadas por Simonsen, nem tão pouco ao crescimento com o endividamento tentado por Delfim. Entre o final de 1979 e o de 1983, a dívida líquida total praticamente duplica, alimentada por vultosos déficits em transações correntes, os quais nada têm a ver com o nível interno de atividades. Este, como é sabido, declina acentuadamente a partir 1981. O país mergulhou então num processo que poderíamos denominar de “recessão com endividamento”, que se estende até o final de 1983 (p. 130).*

De modo geral, toda recessão tende a trazer consigo a deterioração das finanças públicas, como afirmam os economistas, tanto pela queda da receita, quanto pela elevação dos gastos públicos. E esta tendência se operou na prática em todos os níveis de governo, durante a chamada *década perdida*.

Sobre a origem da dívida externa brasileira, SOUZA (1985) faz os seguintes esclarecimentos:

*A dívida externa brasileira é essencialmente oriunda do setor público, que somente pode ser coberta pelos seguintes meios: ampliação da arrecadação de impostos, aumento dos preços públicos, cortes nos gastos, expansão do financiamento interno (dívida pública*

*e/ou emissão monetária) e novos empréstimos externos. Antes do segundo semestre de 1982, a opção brasileira recaía sobre a última das alternativas. Com a restrição ao crédito externo, restaram as outras quatro alternativas, cuja a fonte era exclusivamente interna, ou seja, os recursos para o pagamento da dívida externa, devem ser alocados por fonte interna do país (p. 169/170).*

Segundo SOUZA (1985), as circunstâncias em que se colocavam as decisões políticas e econômicas levaram o país a reduzir sua capacidade de importação, limitar a poupança disponível para investimento por causa da remessa de recursos ao exterior para pagamento da dívida, submissão a ajustes e concessões conflitantes com o objetivo do crescimento, atendendo aos interesses das empresas dos países credores aqui instalados ou que mantêm comércio com o país.

Diante da escassez de fontes externas de financiamento de nosso crescimento, o governo, entre outras medidas, lançou mão da emissão de moeda como meio de pagamento de suas dívidas. Isso acarretou um processo de aceleração inflacionária que foi sendo alimentado pela prevenção das empresas aos erros de previsão de lucro, elevando as margens dos mesmos. Com a volatilidade dos preços, acontece a deterioração das condições de vida dos assalariados, o que leva à luta pela recuperação dos salários, cujo efeito também recai sobre a elevação dos índices de inflação de uma economia em estágio recessivo como se encontrava o quadro no Brasil.

O governo tentou, entre 1983 e 1984, controlar o equilíbrio inflacionário na margem de 220% ao ano (mantendo a inflação mensal abaixo dos dois dígitos), o que levou ao arrocho salarial sem precedentes em nossa história e a elevadas defasagens das tarifas dos serviços públicos, como as da energia elétrica e de telefonia. A escalada inflacionária atingiu os índices históricos mais elevados na conturbada passagem do regime militar para a chamada *Nova República*. O presidente eleito pelo Colégio Eleitoral, em 15 de janeiro de 1985, Tancredo Neves,

adoeceu antes de assumir o cargo, vindo a falecer no dia 21 de abril de 1985. Assume a presidência então, José Sarney, em 15 de março de 1985, com o país passando por transformações políticas e constitucionais profundas e com a herança da maior dívida externa e interna do mundo, sem contar o grave momento de recessão na economia, com alta taxa de desemprego e com taxa inflacionária de 250%, com perspectiva de atingir 1.000% ao ano (LEITE,1997).

Diante deste quadro de perplexidade da economia brasileira, o que se assistirá será a aplicação de seguidos planos econômicos. Primeiro foi lançado o Plano Cruzado, sob a responsabilidade do ministro da Fazenda, Dilson Funaro. Segundo LEITE (1997), foi um programa em grande parte adequado à situação, porém incompleto. O sucesso inicial e o apoio da sociedade davam condições para que se tomassem as providências complementares que se faziam necessárias. Estas não foram, todavia, adotadas, nem mesmo quando da famosa reunião da Serra de Carajás, onde aparentemente prevaleceu o objetivo político de capitalizar os resultados positivos alcançados, embora já se soubesse que não seriam sustentáveis, para a vitória do PMDB nas eleições do final daquele ano. O sucesso eleitoral foi de fato espetacular, porém o desastre para a economia foi ainda maior, o que rendeu um profundo descrédito da sociedade brasileira perante as autoridades econômicas na condução dos destinos de nossa economia.

A recessão econômica enfrentada pelo país, levou o governo federal a rever a política energética, em especial os subsídios aplicados ao carvão mineral. Segundo SANTOS (1997), entre os fatores que contribuíram para o início da crise do carvão – iniciada na segunda metade da década de 1980 – estava a retirada de subsídios à atividade por parte do governo federal, a falta de uma política para o setor, gerando queda no consumo, bem como o fato de o carvão catarinense ser de inferior qualidade, em virtude das características de suas jazidas, se comparado aos carvões da Colômbia, Polônia, Estados Unidos e Alemanha.

**TAB. N.º 06 - Indústria Carbonífera de SC-Mão-de-Obra Direta****Ano de 1970 e Período 1979 a 1986**

ANO	Empregos	ANO	Empregos
1970	6.000 (a)	1987	9.129
1979	8.192 (a)	1988	9.380
1980	10.863 (a)	1989	7.910
1981	9.322 (a)	1990	7.476 (b)
1982	10.147 (a)	1991	4.412
1984	10.898	1992	3.453
1985	10.536	1993	3.608
1986	9.794	1994	3.275

OBS.: Mês de referência: Janeiro; (a) Referência: SANTOS, p. 125; (b) Em dezembro de 1990: 4.665  
FONTE: PBDEE-AMREC, 1997 p. 311 e SANTOS, p.125.

Em virtude dessa nova postura do governo e dos efeitos externos e internos sobre a economia, durante a década de 1980, ocorrem redimensionamentos das empresas, inclusive com falências, liquidações e fechamentos de diversas unidades produtivas.

Quanto ao emprego, se os anos de 1984 e 1985 registraram o maior número de trabalhadores do setor, nos anos seguintes ocorreria gradativa redução dos postos de trabalho até atingir, em 1994, o seu nível mais baixo (vide Tab. n.º 06). De acordo com o relatório do PBDEE da AMREC, se for adicionada a mão-de-obra das empresas de transportes, beneficiamento e subprodutos do carvão, o contingente deve ter atingido perto de 15 mil empregos, entre 1984 e 1985, e ao redor de 20 mil na década de 1970, quando só as carboníferas empregavam mais de 12 mil trabalhadores. Somente a Carbonífera Próspera S/A, até 1985, empregava cerca de 2,6 mil pessoas (AURAS, 1991).

O período de incertezas e de intranquilidade para os trabalhadores se exacerbou a partir de julho de 1987, quando foi decretada a falência da Cia.

Brasileira Carbonífera de Araranguá, sendo nomeado síndico da massa falida o Sindicato dos Mineiros de Criciúma. A experiência de autogestão dos trabalhadores da CBCA permaneceu até o ano de 1994, quando então a Mineração Travessão requisitou judicialmente o gerenciamento da massa falida na forma de arrendamento. A decisão judicial em favor da requerente fez com que o Sindicato dos Mineiros de Criciúma entrasse com um mandato de segurança em 1995, suspendendo o processo de arrendamento. Posteriormente, a Mineração Travessão resolve desistir da petição, o que leva os trabalhadores a transformar a CBCA na COOPERMINAS, transferindo sua sede de Criciúma para o município de Forquilha. Com isso, os cerca de 400 trabalhadores da antiga CBCA mantêm os seus empregos, com uma produção média mensal atual de 25 mil toneladas de carvão tipo CE-4500.

O Estado começou a esboçar sua saída do cenário da economia carbonífera não só pela gradual redução dos subsídios, mas também pela decisão de passar para o controle da iniciativa privada as empresas de mineração sob a sua tutela, as quais estavam sob o controle acionário da CSN. Compreendiam as minas da própria CSN e as minas da Carbonífera Próspera S/A.

A Carbonífera Próspera teve seu processo de privatização iniciado a partir da publicação da Resolução n.º 25, de 14 de janeiro de 1988, editada pelo Conselho Interministerial de Privatização. Através deste processo, a CSN transformou o patrimônio da Carbonífera Próspera em uma Superintendência Geral de Mineração, diretamente subordinada à Volta Redonda (RJ). Embora somente em 1988, o processo de privatização seja levado a efeito, o plano do governo federal já havia sido determinado sete anos antes, quando da inclusão da Próspera no Programa de Privatização do governo federal, através da Exposição de Motivos n.º 313/81, de 31 de agosto de 1981.

O início do processo de liquidação da Carbonífera Próspera deu-se em meio a um dos momentos mais conturbados da história das greves de mineiros

do município de Criciúma. Em 10 de fevereiro de 1988, os empregados da Próspera decidiram entrar em greve por tempo indeterminado, em razão da empresa não acompanhar as demais mineradoras na decisão de conceder o reajuste negociado na convenção coletiva com os sindicatos de mineiros da região, pois a mesma não havia sido autorizada pelo Conselho Interministerial de Controle de Salários das Estatais- CISE. O centro da cidade, no primeiro dia de março de 1988, virou um verdadeiro campo de batalhas, com violentos enfrentamentos entre a polícia e os operários da empresa. A situação se normalizará somente após a empresa receber autorização direta do ministro do Trabalho e da direção da CSN para estabelecer o reajuste nos termos aceitos pelo acordo coletivo de trabalho dos sindicatos dos mineiros da região. O clima de instabilidade e de incertezas para os operários da empresa, todavia, tiveram prosseguimento, já que com o início da privatização, foram imediatamente desativados os setores de Içara e de Siderópolis, entre 1988 e 1989, o que representou a demissão de 680 mineiros, segundo AURAS (1991).

Os reflexos da crise do setor carbonífero teve uma dimensão sem precedentes na história dos municípios da Bacia Carbonífera, com sérias repercussões sociais, o que levou a um momento de perplexidade da sociedade diante do grave quadro da economia local, afetando o desempenho das administrações municipais, já bastante debilitadas pelos efeitos da aceleração inflacionária vivida novamente nos últimos anos de mandato do presidente José Sarney<sup>13</sup>. E é dentro deste panorama que as periferias urbanas da Grande Próspera explodem, principalmente na região do atual bairro Renascer, originário do projeto Mina-4.

---

<sup>13</sup> O período do governo José Sarney foi de 1985 a 1990.

### **Os Impactos das Transformações Econômicas e Sociais das Décadas de 1970 e 1980 sobre o Espaço Urbano de Criciúma**

Nos tópicos anteriores deste capítulo, tratou-se de abordar o panorama do planejamento macro-econômico do governo federal para a economia Sul Catarinense, em especial da política do carvão nacional, e os reflexos desta política na diversificação da produção local, no incremento populacional e na degradação ambiental, durante as décadas de 1970 e de 1980. Tratou-se também

de associar o incremento das aceleradas taxas de urbanização com o crescimento econômico, principalmente da década de 1970 e o impacto progressivo dos efeitos de desaceleração da economia do país, a partir do início da década de 1980, o que levou ao crescimento do desemprego e dos bolsões de miséria pelos arredores da cidade. Ao final dos anos 80 e início dos anos 90, a fragilidade da economia do país chegava ao ápice, o que provocou profundas mudanças no quadro da diversificação da produção local, principalmente nos setores da cerâmica, do vestuário e da construção civil. Quanto ao carvão, seu destino já estava traçado pelos efeitos da abertura de mercado. Sem competitividade, o carvão metalúrgico perderá espaço para o importado. A desregulamentação do setor encontrou as empresas despreparadas para atuar na competitividade de mercado, sem a tutela do Estado.

Por outro lado, o espaço construído nestas duas décadas tem correspondência com o volume de capital em circulação na economia cricumense, que, principalmente, pelo investimento direto do Estado, fortaleceu o setor industrial, possibilitando, a partir da sua reprodução ampliada, a diversificação e o conseqüente incremento da massa assalariada em vários níveis. E estes níveis assumem uma correspondente diferenciação no espaço.

Ao final da década de 1960, as diretrizes de implantação de infraestrutura, de facilidades de acesso e de desenvolvimento urbano, tanto por parte da administração municipal, quanto estadual e federal, serão favoráveis à expansão do bairro Próspera.

Numa planta cadastral da Carbonífera Próspera, datada de novembro de 1968, encontram-se assinaladas novas áreas de parcelamento, uma de expansão do loteamento Rio Branco e outra, de 65 ha, onde mais tarde viriam a se configurar os loteamentos Nova Próspera I, II e III, descritas como área de urbanização prioritária na proposição do primeiro plano diretor da cidade, aprovado em 1973. Nesta planta, já aparece projetado o desvio do ramal principal da estrada

de ferro, permitindo a futura construção da Avenida Centenário, cujas obras se iniciaram por volta de 1974, no governo municipal do prefeito Algemiro Manique Barreto.

O leito para a construção da variante da Estrada de Ferro Dona Teresa Cristina foi liberado ainda no mandato do prefeito Rui Hülse (1966-1970). O desvio da estrada de ferro e a construção da Avenida Centenário constituem um marco importante da vida urbana de Criciúma e refletem a amplitude que a atividade carbonífera desempenhou até aquele momento sobre a economia do município.

**FIG. 13**



**Variante do ramal Ferroviário de Criciúma-Início da década de 1970**

Fonte: Arquivo Histórico Municipal-Prefeitura Municipal de Criciúma

A riqueza gerada pela mineração, além do incremento demográfico causado pela atração de mão-de-obra, possibilitou significativa ampliação de receitas aos cofres públicos, o que permitiu o melhoramento do quadro técnico de funcionários e investimentos em obras de infra-estrutura e de equipamentos públicos, inclusive da elaboração do primeiro plano diretor, referido acima.

No âmbito regional, a rodovia BR-101, no seu trecho Sul, foi inaugurada no início da década de 1970, ampliando as facilidades de transporte da

região com o restante do estado e do país. Para as novas indústrias, localizar-se em áreas de acesso mais próximo à rodovia recém inaugurada era uma estratégia importante. Por isso, no município de Criciúma, o bairro Próspera irá despertar o interesse desses novos empreendimentos. Surgem nessa época, importantes indústrias de cerâmica, de embalagens plásticas e de artefatos de fibrocimento, que optaram por se estabelecer em terrenos adquiridos em suas imediações.

Essa diversificação das atividades produtivas determinou uma nova dinâmica urbana, surgindo novas funções e ampliando-se consideravelmente os investimentos da administração municipal em infra-estrutura e em novos equipamentos. A produção do espaço deixa de ser obra apenas da Carbonífera Próspera, mas de vários outros agentes. Com a economia do município num estágio de acumulação maior, foi possível a inversão de capitais em novas atividades produtivas, além da multiplicação de vários empreendimentos menores nos ramos do comércio e da prestação de serviços. A Vila Operária passava a se configurar como centro do bairro, apresentando comércio mais variado, não se limitando apenas à satisfação das necessidades diárias dos seus moradores, que em sua grande maioria era constituída de trabalhadores mineiros. Nas imediações das demais vilas mineiras, que se formavam ao redor da Vila Operária, gravitavam os novos empreendimentos, como a indústria cerâmica CECRISA<sup>14</sup>, as indústrias de plásticos Canguru e INZA e a indústria de artefatos de fibrocimento IMBRALIT, as três últimas controladas pelo empresário Jorge Zanatta.

#### **FIG. 14**

---

<sup>14</sup> Empresa formada a partir de capitais oriundos do setor de mineração, já que o grupo Freitas iniciou suas atividades com as mineradoras Criciúma, Metropolitana e Boa Vista, sendo que mantinham sociedade com Santos Guglielmi nas duas últimas.



**Trevo da SC 443 com Rua Manoel Delfino de Freitas - Ao fundo a unidade industrial da Cerâmica Cocrisa. Final da década de 1970.**

Fonte: Arquivo Histórico Municipal-Prefeitura Municipal de Criciúma.

Um contingente de novos trabalhadores é atraído para o bairro, mas para se empregar em outras atividades, além da mineração. Cresce a demanda por lotes urbanos a tal ponto que permite a entrada em cena de diversos produtores de lotes. Esta oferta de lotes, por agentes imobiliários, coincide com o momento em que a Carbonífera deixa de se preocupar com a provisão da habitação para atrair trabalhadores. Esta fase começa a ser superada justamente pela diversificação da produção do bairro. A própria Carbonífera colocará à venda a maioria dos seus lotes e casas, preferencialmente para seus empregados.

A elaboração do primeiro plano diretor (1973) retrata a preocupação da administração municipal de pretender regular a construção de um espaço urbano

já envolvido pelos interesses dos promotores e vendedores de imóveis e pelos proprietários de grandes glebas remanescentes dos lotes coloniais. A proposta central deste primeiro plano foi a de remover o ramal principal da estrada de ferro para o leito atual, mais ao Sul da cidade, liberando o leito antigo para a construção da Avenida Centenário – símbolo da transformação do espaço urbano antigo e lento para o espaço urbano moderno e dinâmico. Esse investimento, feito pelo município, provocou a valorização imediata dos lotes contíguos à futura avenida. Concomitante a esta proposta, aquele plano também sugere a consolidação dos centros de bairro, no bairro Próspera e no bairro Pinheirinho.

Com a diversificação da economia e a elevação da taxa de crescimento da população urbana, provocada pela imigração, passa a ocorrer um aumento progressivo dos preços do solo urbano, ocasionados por um incremento das rendas diferenciais, como bem demonstrou SINGER(1987), e o desenvolvimento da especulação imobiliária, onde o Estado passa a atuar como agente desse processo, na medida em que promove a implantação desigual de equipamentos urbanos e de serviços na cidade.

Na Grande Próspera, esta diferenciação foi mais nítida a partir de meados da década de 1980, quando os investimentos públicos sobre esta região passaram a valorizar sua parte mais central. Com as comemorações do Centenário de fundação de Criciúma, a partir do final da década de 1970 e início da década de 1980, muitas foram as obras de urbanização daquele setor da cidade<sup>15</sup>, principalmente dos bairros Próspera e Brasília, como construção de praças, quadras esportivas, novas escolas, centros comunitários e postos de saúde. Naquele período, foi pavimentada a Av. Jorge Elias de Luca, prolongamento da Av.

---

<sup>15</sup> A Prefeitura Municipal de Criciúma executará um volume de obras em equipamentos comunitários, de saúde e de educação, de pavimentação e de infra-estrutura nos principais bairros da cidade, sendo que no Setor Leste, estes investimentos se concentrarão nos bairros Próspera e Brasília, aplicando-se recursos do IUM-Imposto Único sobre Minerais e de convênios e financiamentos junto aos governos estadual e federal.

Centenário, completando a pavimentação da ligação da Grande Próspera e da cidade com a SC-444, saída para Içara e BR-101.

**FIG. 15**



**Avenida Centenário (em construção) - B. Nossa Senhora da Salete**

**Final da década de 70 / Início da década de 80.**

Fonte: Arquivo Histórico Municipal-Prefeitura Municipal de Criciúma.

A valorização dos lotes do centro do bairro Próspera e de suas imediações ensaiam, no início da década de 1980, um processo de adensamento, com a construção do conjunto residencial Hulha Cap, composto de cinco blocos multifamiliares de quatro pavimentos (com dezesseis apartamentos cada bloco), implantados sobre um terreno estrategicamente localizado entre as novas indústrias

ali estabelecidas (IMBRALIT, CANGURU, INZA e CECRISA), nas proximidades da rótula de acesso à rodovia SC-443 e a rua Manoel Delfino de Freitas.

Vive-se um novo momento de acumulação do capital, que se reflete também sobre a mobilidade da força de trabalho atraída para a região carbonífera, em maior número, para Criciúma. Essa condição revela a formação de um contingente de reserva crescente de trabalhadores, que no mercado irão favorecer ainda mais o capital, beneficiando as indústrias do setor de mineração, do ramo cerâmico e do ramo da construção civil, sendo que esta última cresceu muito nas décadas de 1970 e 1980, favorecida pela oferta de capitais, oriundos do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço-FGTS, administrados pelo extinto BNH.

O florescimento do *circuito secundário do capital*, conforme conceituado por LEFEBVRE (1991) e desenvolvido por GOTTIDIENER (1997), ocorre justamente nestas duas décadas na cidade de Criciúma, compreendendo também a região da Grande Próspera. As inversões de capitais, que se fizeram sentir sobre o setor produtivo, propiciaram a alimentação e o florescimento do mercado imobiliário, o que veio contribuir para o exercício das especulação da terra urbana, que quanto mais próxima do centro tradicional ou dos centros de bairro, mais cara ia se tornando, à medida que crescia a demanda pelos serviços e infraestrutura ali instalados. O efeito desse capital deu-se em cadeia sobre todo o espaço urbano, gerando, inclusive, expansões urbanas de novos assentamentos em toda a periferia da cidade. À medida que a terra urbana ia ficando mais cara nos bairros mais centrais, regulados por índices de construção mais altos, elevava-se a prática especulativa do preço da terra urbana. Esse fato favoreceu a permanência de vazios urbanos nas proximidades do centro, alimentados pelo jogo dos investimentos e regulações do espaço urbano por parte do Estado e pela pressão crescente da demanda.

Por outro lado, a periferização ampliou-se por novas áreas, antes de uso rural. A prática do parcelamento da terra sobre essas áreas deu-se de várias

formas: por loteamentos aprovados normalmente, por loteamentos irregulares e por ocupações clandestinas, representadas em sua maioria por ocupações de áreas públicas. O Estado somente asseguraria a infra-estrutura e os serviços dessas novas áreas, na medida em que, por pressão, as comunidades nelas inseridas passassem a reivindicar desse o provimento daquelas carências. Do contrário, o Estado continuaria sua tendência de ampliar a oferta de infra-estrutura onde os agentes sociais fossem capazes de dar retorno dos investimentos, através dos impostos recolhidos.

Embora não se tenha um levantamento preciso, por falhas nos registros da Prefeitura Municipal de Criciúma, é possível, através da Tab. n.º 07, estabelecer um panorama da produção de lotes na região da Grande Próspera, incluindo-se as localidades de Linha Anta e de Linha Batista, as quais também foram afetadas pela dinâmica da urbanização imposta àquele setor da cidade, durante o transcorrer das décadas de 1970 e 1980. O município de Içara também foi afetado pela diversificação industrial ocorrida na Grande Próspera, com o surgimento de assentamentos polarizados pela economia de Criciúma, estabelecendo-se um processo de conurbação, a partir dos loteamentos que hoje constituem o bairro Getúlio Vargas, implantado naquele município. No entanto, aqueles loteamentos não foram relacionados na referida tabela, por pertencerem ao município de Içara.

As transformações sobre o espaço da grande Próspera se intensificam na década de 1980, principalmente ao longo da Av. Miguel Patrício de Souza e Avenida Centenário, preponderantemente ocupadas por atividades de prestação de serviços e por pequenos e médios estabelecimentos industriais. Com a abertura e posterior pavimentação da Av. Miguel Patrício de Souza e sua definição no plano diretor de 1984 como corredor de serviços e de unidades industriais, implantam-se ao longo desta, no trecho entre a Av. Centenário e a rodovia Imigrantes Poloneses, empresas como a indústria de tintas e vernizes

Untergen, a Gráfica Tipo Arte, Transportes Minérios, a Forauto, a Construtora Castanhel e o Quartel da Polícia Militar, entre outras.

À expansão urbana vivida pela Grande Próspera nos anos 80 será superposto o agravamento da crise da economia brasileira, sentida ao final de 1982

**FIG. 16**



**Vista da Av. Miguel Patrício de Souza- Proximidades do Trevo da Av. Chile**

FONTE: Arquivo do autor.

e início de 1983. Isto trará reflexos imediatos ao desempenho da economia cricumense. A retração dos investimentos oficiais e o desaquecimento do consumo do mercado interno levaram as indústrias, principalmente do setor de mineração e de cerâmica, a passarem por sérias dificuldades nos anos subseqüentes.

Como se viu anteriormente, a indústria de mineração sofreu um gradativo processo de desregulamentação, iniciado em 1983 com a extinção de

alguns subsídios, como o do preço final do carvão, até a saída total do governo do gerenciamento da atividade, quando em 17 de setembro de 1990 foi editada a Portaria Ministerial n.º 801, já no governo Collor de Melo. A indústria cerâmica, por outro lado, havia se estruturado para atender basicamente o mercado interno da construção civil, bastante aquecido durante a década de 1970, através dos recursos captados via financiamentos dos programas habitacionais do BNH. A sensível diminuição de novos contratos de financiamentos do Sistema Financeiro de Habitação levaram a uma retração da produção de moradia e, inclusive, à retirada do mercado daquelas empresas do setor que sobreviviam apenas de capitais captados no sistema financeiro oficial da produção de moradias.

As indústrias cerâmicas necessitavam, então, enfrentar o mercado externo. Porém, deveriam se adaptar gerencialmente e do ponto de vista da modernização tecnológica, via automação industrial, para poder colocar seus produtos nos principais mercados externos, com qualidade e preços competitivos. O nível de obsolescência do parque cerâmico tornou esta tarefa bastante árdua, com enormes repercussões sobre o setor.

A crise que atingia estes dois setores importantes da economia cricumense trouxe choques sucessivos sobre a massa assalariada, com seguidos programas de demissões pela maioria das empresas afetadas. Como se destacou anteriormente, durante as décadas de 1970 e de 1980, cresce substancialmente o contingente de reserva de trabalhadores. Porém, na década de 1970, esse contingente vai se assentar basicamente no setor Oeste da cidade, onde ocorreram os principais investimentos públicos em habitação popular.

O contingente de desempregados e de trabalhadores que paulatinamente engrossaram o mercado dito informal, se assentaram, por processos de ocupação, as áreas públicas municipais, oriundas das reservas de loteamentos,

destinadas como áreas verdes, para equipamentos públicos e extensas áreas das faixas de domínio dos principais ramais ferroviários, que pouco a pouco vão sendo desativados, na medida que diminui a intensidade das atividades de mineração no município.

Com o agravamento da crise, na década de 1980, atingindo, além da mineração, o setor cerâmico, estas ocupações se estenderam ao setor Leste também. Como havia disponibilidade menor de áreas públicas a invadir naquele

**Tab. N.º 07 - Relação de Loteamentos e Lotes Aprovados  
Região da Grande Próspera-Décadas de 1970 e 1980**

DÉCADA de 1970			
Loteamento	Bairro/Localidade	N.º de Lotes	Ano de Aprovação
Dajori	Linha Anta	52	1970
Francisco J. Mendonça	Próspera	38	1973
Chácara das Laranjeiras	Linha Três Ribeirões	51	1976
São Marcos	N.ª S.ª da Salete	40	1976
Vila Operária (1)	Próspera	299	1976
Linemburger	N.ª S.ª da Salete	73	1977
Daniela-Imob. Predilar	Linha Batista	64	1978
Jardim Lea	N.ª S.ª da Salete	12	1978
Jardim Maristela	N.ª S.ª da Salete	369	1978
Marli	Brasília/Argentina	95	1978
Parque Resid. Galeano Zomer		86	1978
Santa Isabel	Linha Anta	385	1979
Vila dos Engenheiros II	Próspera	251	1979
Vila Operária II	Próspera	199	1979
Vila Rica-Imob. Predilar	Linha Anta	30	1979
Manoel José Viana	N.ª S.ª da Salete	20	1979
Jardim Bitencourt	Brasília/Argentina	113	1979
Jardim Buenos Aires	Linha Batista	194	1979
Elias Budny	Linha Anta	21	1979
Bosque do Repouso-Imob. Predilar	Linha Três Ribeirões	134	1979
Total de lotes produzidos na década de 1970:		2.526	
DÉCADA de 1980			
Cacilda	Linha Anta	86	1980
Santa Rosa	Linha Anta	46	1980
Elias Budny II	Linha Anta/Imigrante	75	1981
Jardim Ana Bela	Linha Três Ribeirões	103	1981
Novaskoski	Linha Anta	56	1981
Parque Residencial Rosane	N.ª S.ª da Salete	39	1981
São Miguel	Próspera	31	1981
Vila Jardim	Linha Três Ribeirões	107	1981
Celíria	Linha Anta	55	1982
Guarujá	Linha Anta	22	1982
Nova Próspera I	Próspera	345	1982
Parque Resid. Coqueiros	Linha Anta	26	1982
Ponto Sete	N.ª S.ª da Salete	19	1982
Zeferino Cesário	N.ª S.ª da Salete	35	1982
Nova Próspera II	Próspera	545	1986
Nova Próspera III	Próspera	162	1987
Total de lotes produzidos na década de 1980:		1.752	

(1) Nos arquivos da CSN há plantas deste loteamento com data de 05/04/1948. Na verdade a data de aprovação de 1976, trata-se apenas de regularização.

FONTE: Prefeitura Municipal de Criciúma-Divisão de Planejamento Físico-Territorial e Arquivo de Plantas da CSN.

setor, o alvo passou a ser as terras da Carbonífera Próspera S/A, alm de alguns proprietários particulares.

Já ao final da década de 1970, observa-se uma tendência de expansão dos novos assentamentos para Sul do setor Leste da cidade, evidenciada pela ampliação do bairro N.<sup>a</sup> S.<sup>a</sup> da Salete e pelo surgimento dos Loteamentos Ana Maria, Jardim Maristela e Ceará. Esta tendência foi facilitada com as ampliações do perímetro urbano do município – uma efetuada em 14 de junho de 1976, através da Lei n.º 1.277, que permitiu a implantação dos Loteamentos Argentina e Imigrantes, expansões a Leste dos bairros Próspera e Brasília, motivadas pela instalação da IMBRALIT, principalmente; a outra, efetuada em 23 de maio de 1978, ocorre também a Leste do município, expandindo-se para Sul, da Linha Três Ribeirões até a Linha São João, onde se situava o Poço 4 da Carbonífera Próspera, o qual será requerido pela municipalidade para implantação do Projeto Mina 4 (vide fig. n.º 18).

Pelo relato do arquiteto Norberto Zaniboni, que foi secretário da pasta de Desenvolvimento Urbano da Prefeitura Municipal de Criciúma, na gestão do ex-prefeito José Augusto Hülse, evidencia-se o cenário da expansão urbana da Grande Próspera que se esboçava no início da década de 1980:

*Quando assumimos a pasta, herdamos um plano diretor de 1973, com dez anos de existência, já bastante defasado. Tinha naquele quadrante da cidade, o Sudeste, toda uma pretensão de área industrial, no plano de 1973, o que, de fato, não aconteceu. Então, aproveitamos o estudo da gestão anterior para elaboração de um novo plano diretor, o qual desfaz a diretriz de uso industrial daquela área. Mas sempre se trabalhou, e acho que as gestões posteriores também, com a tendência de eixo de expansão e de industrialização para aquele lado da cidade. E, depois, com o desmembramento do Distrito de Forquilha, esta tendência ficou ainda mais evidente porque passou a ser a nossa única opção.*

*O Porto Seco, por exemplo, foi resultado de uma perspectiva que apontava que por ali estava o caminho da expansão. Quando se pensa na implantação de população carente, tem que se pensar na questão do emprego. Então, acho que pelo menos isso foi um fator*

*ponderado. Não teria sentido se fazer isso no São Simão ou no Demboski, regiões que ficavam na contra-mão do emprego*<sup>16</sup>.

**FIG. 17**



**Rua Antônio Daré - Pavimentada no início da década de 90**

Vê-se a sede da IMBRALIT no alto da foto-Bairro Argentina-Grande Próspera

Fonte: Arquivo Histórico Municipal-Prefeitura Municipal de Criciúma

Sobre este cenário, vislumbrado para a Grande Próspera pelas tendências de desenvolvimento econômico é que a administração traçou estratégias políticas de expansão urbana, as quais levaram ao surgimento de uma nova área periférica que se contrapôs a uma nova centralidade do bairro Próspera esboçada ao final da década de 1980.

O marco da construção dessa nova periferia foi, pois, o Projeto Mina 4. A construção da nova centralidade, no entanto, está associada ao processo de privatização das áreas de propriedade da Carbonífera Próspera, ocorrido a partir de 1988, no qual entraram os Loteamentos Nova Próspera, que foram adquiridos por

---

<sup>16</sup> Entrevista com o Arq. Norberto Zaniboni, realizada em 30/05/2000.

dois empresários do município de Morro da Fumaça. A construção do *Criciúma Shopping Center* teve, pois, papel fundamental na valorização dos terrenos que compõem os loteamentos Nova Próspera. Este fato consubstancia uma etapa particular da *ação do circuito secundário do capital* na Grande Próspera.



## **A Concepção dos Loteamentos Nova Próspera e do Projeto Mina 4**

O plano diretor de desenvolvimento urbano, iniciado ao final da década de 1960, e transformado em lei em 1973, define uma extensa área, onde hoje encontram-se partes dos loteamentos Nova Próspera, como área de uso industrial, buscando garantir o espaço necessário para abrigar as atividades industriais que se configuravam como uma das tendências predominantes do uso do solo daquela região da cidade naquele momento (vide Fig. n.º 19).

Ao final da década de 1970, tinha-se esboçado o futuro do espaço geográfico da Grande Próspera. Porém, o principal agente indutor da atividade urbana daquela região, que antes ditava e controlava o modo e forma desse desenvolvimento, agora passa a atuar de modo inverso. Ou seja, a Carbonífera Próspera S/A herda dois fatores de conflito com qualquer política de desenvolvimento urbano. Primeiro, a conseqüente concentração de terras, decorrente da própria atividade de mineração. Segundo, a degradação do solo e do subsolo, em decorrência das atividades de extração, beneficiamento e de depósitos de materiais oriundos da atividade carbonífera.

O modo como o Estado, através da administração pública municipal e os novos agentes imobiliários irão atuar sobre esses dois obstáculos é o que fundamenta a transformação do espaço urbano da Grande Próspera, durante as décadas de 1980 e 1990. O Estado entra neste processo a partir de uma política clara de solucionar, ou pelo menos procurar solucionar dois problemas: o déficit habitacional e a degradação ambiental. Esta política, embora tenha se expressado muito mais como uma estratégia político-partidária do que de planejamento do

desenvolvimento urbano não deixou, no entanto, de ser um dos determinantes da configuração espacial da Grande Próspera.

De outra parte, a sociedade criciumense, representada pelos seus agentes produtores do espaço urbano, passaram a cobrar da Carbonífera Próspera S/A o parcelamento de suas terras, especialmente o vazio urbano que começava a se caracterizar nas imediações da sede da empresa, onde posteriormente seriam projetados os loteamentos Nova Próspera, o que terminou por estabelecer outra face da configuração espacial do Setor Leste de Criciúma.

A partir de 1982, a Carbonífera Próspera S/A inicia o parcelamento da área, concebendo então os Loteamentos Nova Próspera I, II e III. Foram contratados para a elaboração dos projetos, os arquitetos Décio Gomes Góes e Norberto Zaniboni. Sobre uma área de 79,64 ha, os arquitetos conceberam uma proposta de parcelamento que buscava, entre outros princípios, a integração daquela área com o bairro Próspera e com o bairro São Cristóvão (vide Fig. n.º 20).

A administração, por seu turno, a partir de 1983, inicia conversações com a direção da Próspera para a aquisição da área do Poço 4, onde até 1979 havia operado a Mina 4 daquela empresa. A área, intensamente degradada pela atividade minerária ali ocorrida, desperta o interesse público, no sentido de fazer dela um marco de recuperação ambiental e de urbanização. Participam da concepção do Projeto Mina 4, os arquitetos Carlos Weidmann Filho, Décio Gomes Góes e Maria Inês Bay Frydberg, cuja proposta urbanística responde aos objetivos a que a administração municipal havia se proposto.

## **1. O Projeto Nova Próspera**

O projeto Nova Próspera compreende os loteamentos Nova Próspera I, II e III e se constitui num empreendimento de propriedade da Carbonífera Próspera S/A, localizado no bairro Próspera, numa área próxima da sede da empresa com 79,64 ha (vide fig. n.º 20).

### **1.1. Os Motivos do Parcelamento da Área dos Loteamentos Nova Próspera**

Pelo plano diretor urbano, aprovado em 11/04/1973, através da Lei n.º 947, a área onde surgiriam mais tarde os loteamentos Nova Próspera destinava-se ao uso comercial, com zonas residenciais de média densidade (ZU-2), zonas residenciais de densidade baixa (ZU-4) e zonas industriais de densidade média (ZU-5).

As ZU-2, zonas comerciais de média densidade, abrangiam uma faixa entre a Avenida Centenário e o prolongamento projetado de uma via paralela que, posteriormente, veio a se configurar como a Avenida Chile (vide Fig. n.º 19). O traçado proposto no plano diretor desta avenida, inclusive, sofreu alteração quando da implantação do Loteamento Nova Próspera I.

A Avenida Centenário, que foi implantada sobre o leito do ramal da estrada-de-ferro, teve sua pavimentação concluída ao final de 1979, sendo que na região da Grande Próspera compreendia o trecho das imediações da atual Praça da Chaminé até o trevo com a atual Avenida Jorge Elias de Luca.

O ex-prefeito Altair Guidi, referindo-se às obras realizadas no bairro Próspera, durante o seu primeiro mandato, exercido de 01/02/1977 a 31/01/1983, deu o seguinte depoimento sobre o estágio da pavimentação da Avenida Centenário:

*A Centenário, no meu primeiro mandato, estava pavimentada no trecho da antiga Caixa d'Água da Estrada-de-Ferro, localizada no bairro Pinheirinho, até as proximidades da Chaminé da antiga Usina de Eletricidade da Próspera. Dali até o trevo da SC-444 era um atoleiro só, nos dias de chuva. Logo no primeiro dia de minha administração, atolei o carro quase defronte ao escritório da Próspera. Era uma situação lastimável, o que nos levou a pavimentar o restante da Avenida Centenário e o acesso de ligação desta com a SC-444, que atualmente leva o nome de Avenida Jorge Elias de Luca.<sup>17</sup>*

Por ocasião das comemorações do Centenário de fundação de Criciúma, ocorrido no dia 6 de janeiro de 1980, os trechos acima referidos pelo ex-prefeito Altair Guidi já se encontravam pavimentados. A conclusão da pavimentação da Avenida Centenário, sem dúvida, foi um fator decisivo para que a Próspera executasse o parcelamento da área contígua a sua sede administrativa.

Possivelmente o parcelamento que originou os Loteamentos Nova Próspera se deu pela associação dos seguintes fatores:

- 1.º) Investimentos públicos recentes, como a conclusão da pavimentação da Avenida Centenário e da Avenida Jorge Elias de Luca e a construção de equipamentos públicos e comunitários como a Praça do Trabalhador;
- 2.º) Crise financeira momentânea da Carbonífera Próspera S/A;
- 3.º) Pressão da sociedade, através de seus formadores de opinião, sobre a necessidade da Carbonífera liberar aquela área e promover a expansão urbana entre o bairro São Cristóvão e o bairro Próspera.

Quatro depoimentos indicam que os fatores acima tenham contribuído para que o parcelamento daquela área fosse concretizado. O primeiro depoimento, do Eng.º Civil Jorge Henrique Frydberg, diretor-presidente no período de 1997 a

---

<sup>17</sup> Entrevista realizada em 22/05/2000.

2000 da Companhia de Desenvolvimento e Planejamento de Criciúma-CODEPLA, órgão de planejamento urbano, vinculado à Prefeitura Municipal de Criciúma, sugere que a Carbonífera realmente tenha sido pressionada a parcelar aquela área:

*A Próspera era uma empresa extremamente bem vista pela sociedade local. E a Próspera se preocupava com esta visão que a sociedade tinha dela. Durante algum tempo, houve uma pressão da sociedade criciumense como um todo em relação aquele vazão urbano que se formava entre, digamos assim, o centro da cidade e o bairro Ana Maria, e que eram áreas da empresa.*

*Não tenho segurança disso que estou dizendo, mas a sensação que eu tenho é que os loteamentos foram feitos com o objetivo de amainar um pouco essa crítica que havia por parte da sociedade em relação à Próspera, no sentido de que ela freava o crescimento da cidade na direção sudeste.<sup>18</sup>*

Sobre esta mesma questão o ex-prefeito Altair Guidi afirma que os Loteamentos Nova Próspera são frutos dos problemas econômicos vividos pela Carbonífera Próspera e da pressão que esta sofreu da sociedade para que se objetivasse a ocupação daquele vazão que a empresa vinha provocando, com enormes prejuízos para a cidade.

O terceiro depoimento, do arquiteto Décio Gomes Góes, um dos autores do projeto Nova Próspera, enfatiza o grau de urbanização já existente no entorno da área de propriedade da Carbonífera, deixando explícito o enorme vazão que se configurava, o que se mostrava incompatível com o processo de expansão urbana já alcançado pela Grande Próspera e pela infra-estrutura ali implantada:

*A idéia era urbanizar aquela região, que tinha sido uma vila operária da Carbonífera. Já houve também atividade de mineração de subsolo ali. A cidade estava crescendo à sua*

---

<sup>18</sup> Entrevista realizada em 25/05/2000. Jorge Henrique Frydberg foi também secretário do governo de José Augusto Hülsen, no período de 1983 a 1985 e diretor-presidente da Próspera de 03/09/85 a 02/03/88.

*volta. Já existiam os loteamentos Maristela, Ana Maria, Nossa Senhora da Salete e Ceará. A Avenida Centenário estava concluída e a Avenida Chile era um projeto previsto no plano diretor de 1973 e a gente avaliou que era fundamental preservar a idéia desta via, porque ela estabelecia uma opção paralela a Avenida Centenário e porque fazia o papel de uma via de ligação inter-bairros, ligando Comerciário, São Cristóvão e Próspera.*<sup>19</sup>

Já o Eng.º Civil Jacy Eustachio Fretta<sup>20</sup> que, à época do projeto Nova Próspera, era o diretor de mineração da Carbonífera, afirma que o objetivo da empresa, em 1982, quando decide dar início ao projeto, era de se desfazer das áreas improdutivas e fazer caixa para a mesma.

## **1.2. A Concepção do Projeto Nova Próspera**

Segundo depoimento do arquiteto Décio Góes, o objetivo da Carbonífera era o de, através de um plano facilitado de aquisição, vender os lotes aos seus empregados, que não tinham casa própria. Por isso, embora a área parcelada se situasse numa zona de expansão do próprio centro da cidade, a concepção do projeto define lotes maiores para o uso comercial às margens da Avenida Centenário e da então rua projetada, que hoje se tornou a Avenida Chile. Já os lotes de meio de quadra foram projetados menores para atender ao uso exclusivamente residencial. E, de acordo com Góes, esses seriam os lotes destinados à venda aos funcionários da empresa.

A estruturação do loteamento baseia-se, então, numa hierarquização viária, que tem como via estrutural a Avenida Centenário e como via de ligação inter-bairros a Avenida Chile (vide Fig. n.º 20). Fazendo a comunicação entre estas duas avenidas, foram projetadas vias coletoras para receber o tráfego local originário das vias em laço, receptoras do tráfego dos lotes, que conformam as superquadras do loteamento.

---

<sup>19</sup> Entrevista realizada em 13/06/2000.

O espaço remanescente entre os laços e as superquadras, que se estende entre as duas avenidas, foi destinado a abrigar os equipamentos urbanos e comunitários e a área verde do loteamento, propondo um espaço de uso coletivo que resguarda o uso exclusivo de pedestre, ficando nas pontas deste espaço, no encontro com as avenidas Centenário e Chile, os futuros pontos de ônibus.

O co-autor do projeto Nova Próspera, arquiteto Norberto Zaniboni fez a seguinte descrição da concepção daquele projeto:

*Já havia ocorrido uma experiência interessante na cidade que foi a concepção do projeto Cidade dos Mineiros, de autoria do arquiteto Fernando Carneiro. Sentimos que o projeto da Próspera nos permitiria revolucionar a prática do desenho dos loteamentos até então realizados na cidade e, assim, resolvemos explorar o máximo que sabíamos das teorias do movimento moderno aplicadas ao urbanismo.*

*Desta forma, a área destinada a equipamentos públicos, ao contrário dos loteamentos tradicionais, que oferecem as áreas menos valorizadas e menos acessíveis para doação, exigida pela legislação, foi concentrada e situava-se numa faixa central muito privilegiada, entre a Avenida Centenário e a atual Avenida Chile. As ruas em laço, contornando as superquadras, procuravam reduzir ao máximo o impacto do automóvel sobre a vida dos pedestres.<sup>21</sup>*

Quando a Carbonífera Próspera decidiu empreender os loteamentos Nova Próspera, esta fez um levantamento da demanda de lotes entre os seus empregados e chegou a uma estimativa de cerca de mil lotes à época. Toda a concepção, então, parte desta necessidade de atender, em princípio, a uma demanda localizada dentro da própria empresa de cerca de mil lotes, como esclarece Góes:

---

<sup>20</sup> Entrevista respondida por escrito em 25/08/2000.

<sup>21</sup> Entrevista realizada em 30/05/2000.

*Com os loteamentos Nova Próspera I, II e III, a idéia era realmente facilitar a venda para os funcionários, que não tivessem casa, que não tivessem propriedade, através de um plano adequado às condições de compra desses operários. Por isso, se concebeu um loteamento com lotes menores de uso predominante residencial, embora numa área de expansão do centro, como já se percebia em 1982. Aproveitando esta tendência, inclusive, se projetou lotes maiores às margens das avenidas Centenário e Chile, para o uso comercial, com o objetivo de vendê-los a terceiros.<sup>22</sup>*

Embora os loteamentos Nova Próspera tenham sido aprovados em três etapas distintas, junto à Prefeitura Municipal de Criciúma (vide Fig. n.º 11), sua concepção foi de um parcelamento único, que abrangeu uma área total de 796.463,34 m<sup>2</sup>, ou cerca de 79,64 ha, correspondendo a 1.076 lotes, 62.332,53 m<sup>2</sup> (6,23 ha) de áreas verdes e 49.544,06 m<sup>2</sup> (4,95 ha) de áreas de utilidade pública.

Ao loteamento Nova Próspera I, com área total de 260.505,24 m<sup>2</sup> (26,05 ha), corresponderam 346 lotes e uma área verde com 24.600,76 m<sup>2</sup> (2,46 ha). Já ao loteamento Nova Próspera II corresponderam 568 lotes, 37.731,77 m<sup>2</sup> (3,77 ha) de áreas verdes e 49.544,06 m<sup>2</sup> (4,95 ha) de áreas de utilidade pública. E ao loteamento Nova Próspera III corresponderam 162 lotes.

O Nova Próspera III é contíguo ao Nova Próspera I, tendo como elemento de integração, entre ambos, a área verde de 2,46 ha do loteamento Nova Próspera I. E esta é a área a que se referiram os arquitetos Góes e Zaniboni, como sendo uma área destinada prioritariamente ao pedestre e que permitiria a ligação das duas principais avenidas – a Centenário numa ponta e a Chile na ponta oposta (vide Fig. n.º 20).

Portanto, no início da década de 1980, tinha-se definido o desenho daquele imenso vazio, de pouco menos de 80 ha, pertencente à Carbonífera Próspera S/A. A Carbonífera, no entanto, não garantirá o provimento da infra-

---

<sup>22</sup> Entrevista realizada em 13/06/2000.

estrutura e, tão pouco, da abertura das vias. Isto levará a uma ocupação pulverizada, limitada basicamente aos lotes comerciais contíguos às avenidas Centenário e Miguel Patrício de Souza. A ocupação do miolo dos três loteamentos somente se iniciará após a construção do *Criciúma Shopping Center* e a conclusão da abertura e pavimentação da avenida Chile, quando, então se intensificará a construção de novos estabelecimentos comerciais e de algumas residências, principalmente nas quadras entre as duas avenidas – Chile e Centenário.

## **2. O Projeto Mina 4**

O projeto Mina 4 constitui-se num empreendimento público, idealizado pela administração municipal do ex-prefeito José Augusto Hülse sobre uma área degradada pela mineração carbonífera, com 42 ha, de propriedade da Carbonífera Próspera S/A . Localiza-se a Sudeste do centro da cidade de Criciúma, contida nos limites da região da Grande Próspera, depois da variante da estrada de ferro (vide Fig. n.º 21).

### **2.1. Os Fatores que Levaram à Concepção do Projeto Mina 4**

A Carbonífera Próspera desativou a unidade de produção de carvão denominada Mina 4 em 1979, em virtude da mesma ter sido completamente exaurida. Restaram dela alguns equipamentos de superfície, como o lavador, a estrutura da caixa d'água, o plano inclinado e segmentos de muro sobre uma área degradada de 42 ha, que foi vendida à Prefeitura Municipal de Criciúma, através de autorização legislativa n.º 1.952, de 9 de abril de 1984.

O compromisso de compra e venda, no entanto, só foi firmado em 30 de novembro de 1986, quando a área foi vendida por Cz\$ 1.480.495,17,

equivalentes a US\$ 104.554,74<sup>23</sup>, divididos em 40 parcelas mensais, cuja última venceria em 28 de fevereiro de 1990. Os recursos utilizados pela Prefeitura para a compra foram oriundos das parcelas do IUM devidas pela própria Carbonífera, que foi autorizada por aquela a debitar o valor das parcelas da área adquirida do valor do IUM a ser creditado a seu favor.

Ao final da década de 1960, a variante do ramal ferroviário que antes se situava sobre o leito da atual Avenida Centenário, foi construída passando contígua à área da extinta Mina 4 (vide Fig. n.º 13). O deslocamento do ramal da estrada de ferro e a implantação da Avenida Centenário vão estabelecer novas relações espaciais, que condicionarão as futuras expansões urbanas.

A ausência de uma política consistente para o setor de habitação, levou a população mais carente a se mobilizar e a ocupar áreas públicas e privadas, como se observou neste capítulo. Juntamente com o problema da demanda crescente por moradia, havia o problema da poluição do solo, da água e do ar, causada pela mineração. A combustão espontânea das áreas de depósitos de rejeitos carboníferos estava disseminada por toda parte, principalmente no bairro Napolini, no São Sebastião, na Boa Vista, no Rio Maina, em São Marcos, em São Defende e na Próspera. Algumas ações governamentais, no entanto, procuravam acenar no sentido de reverter esse quadro, tanto da demanda por moradia, quanto da degradação ambiental. O relato do ex-prefeito José Augusto Hülse torna bastante clara a preocupação da administração pública com relação a estes problemas:

*O problema estava espalhado por vários bairros. Chegamos, então, a conclusão que, na verdade, precisaríamos fazer um levantamento mais detalhado daquelas áreas para procedermos com um grande plano de recuperação ambiental, buscando recursos até em instituições internacionais.*

---

<sup>23</sup> US\$ 1,00 = Cz\$ 14,16 em novembro de 1986. Fonte: Conselho Regional de Economia de Santa Catarina.

*Encontramos, assim, algumas áreas que se mostravam acessíveis para negociação e também para um trabalho de recuperação. Foi dessa maneira que se selecionou a área da Mina 4, aonde a Próspera minerou durante tanto tempo.*<sup>24</sup>

Segundo Frydberg<sup>25</sup> havia uma visão clara do poder público, na administração de José Augusto Hülse, pela recuperação ambiental. O que se buscava, segundo ele, era um somatório de vantagens, aproveitando-se a recuperação das áreas degradadas para o assentamento de populações mais carentes, procurando lhes fornecer o lote e, se possível, a moradia.

O projeto Mina 4 é fruto, pois, da crescente dívida social que a cidade e a atividade de mineração foi gerando ao longo de décadas, mas que se agravaram de meados da década de 1970 em diante.

## **2.2. O Processo de Aquisição da Área do Poço 4**

O interesse pela área do Poço 4, de propriedade da Carbonífera Próspera, é oficialmente manifestado pela Prefeitura de Criciúma, em 20 de abril de 1983, através do ofício GP-100/83, no qual o então prefeito José Augusto Hülse propõe a compra da área de terras do Poço 4, para implantação de um porto seco, de um aterro sanitário, de loteamentos populares e do pátio de máquinas da Prefeitura Municipal.

A área do Poço 4, situada na Primeira Linha Sangão, fazia parte dos lotes coloniais n.º 32, 34, 36 e 38 e situava-se no meio rural do município de Criciúma (vide Fig. n.º 21). O Termo de Exame e Avaliação daquela área (TEA-

---

<sup>24</sup> Entrevista realizada em 19/05/2000.

<sup>25</sup> Entrevista realizada em 25/05/2000.

13/83), efetuado pela Comissão de Avaliação da Carbonífera Próspera S/A, indicava que o terreno estava completamente inutilizado com rejeitos piritosos e que havia sido totalmente minerado no subsolo pelo sistema “Long Wall”. Esta área foi, então, avaliada a 8 de dezembro de 1983 em Cr\$ 143.448.000,00, equivalentes a US\$ 156.945,30<sup>26</sup>.

Cerca de cinco meses depois, exatamente a 24 de abril de 1984, o então prefeito José Augusto Hülse encaminha junto ao ofício GP-245/84 cópia do Decreto AS/010/84, de 20 de fevereiro de 1984, ao eng.º Jacy Eustachio Fretta, presidente da Carbonífera Próspera. Por este decreto, a área do Poço 4 ficou declarada Área de Utilidade Pública e de Interesse Social. Com esse ofício, foi encaminhada ainda cópia da Lei n.º 1.952, de 9 de abril de 1984, que autoriza a compra daquela área por parte da municipalidade. Nesta lei, além do programa originalmente proposto pelo Decreto AS/010/84, incluía-se a implantação de lotes para a instalação de pequenas indústrias.

Ainda nesse ofício, o prefeito expressa o interesse da administração municipal em efetuar o pagamento pela compra, mediante acerto junto ao IUM- Imposto Único sobre Minerais, cujos pagamentos das parcelas devidas estavam em atraso por parte da Carbonífera.

E, em 14 de dezembro de 1984, a Carbonífera Próspera S/A conclui o levantamento da área a ser vendida à Prefeitura Municipal de Criciúma (vide Fig. n.º 22). Finalmente, a 16 de outubro de 1986, através da Lei n.º 2.162, que alterou o artigo 3.º da Lei n.º 2.066, de 13 de junho de 1985<sup>27</sup>, ficou o executivo municipal autorizado a comprar a área do Poço 4 pelo valor expresso de 13.914,43 OTN, equivalentes a Cz\$ 1.480.495,17.

Conforme cláusula expressa no contrato de compra e venda, firmado em 3 de novembro de 1986, ficava a vendedora autorizada pela compradora a

---

<sup>26</sup> US\$ 1,00 = Cr\$ 914,00 em novembro de 1983. Fonte: Conselho Regional de Economia de Santa Catarina.

<sup>27</sup> A lei n.º 2.066 deu nova redação à Lei n.º 1.952, retificando a área inicialmente levantada.

creditar em sua conta corrente, no Banco do Brasil, agência de Criciúma, o valor referente a cada parcela do contrato, com recursos provenientes de sua cota de participação na geração do IUM.

O depoimento de Frydberg deixa claro os objetivos da aquisição da área do Poço 4:

*Adquirindo uma área barata como aquela, nós estaríamos, além de recuperá-la, já que era totalmente degradada, possibilitando a produção de lotes e a construção de casas populares. Esse era o objetivo. Na verdade, quando se fez o projeto, se pensava na criação de um loteamento popular e na implantação de lotes para pequenas indústrias, além da própria recuperação do solo degradado.*

*Cabe lembrar também que, antes do ex-prefeito José Augusto Hülse assumir, não havia nenhum projeto ou trabalho executado pela administração municipal. Foi ele quem iniciou todo esse processo de recuperação ambiental.*

*Quem é da cidade pode se lembrar que, durante muito tempo, havia queima espontânea da pirita, que foi solucionada no governo do Zé. Então, sem dúvida alguma, havia uma visão clara do poder público em relação à recuperação ambiental.<sup>28</sup>*

---

<sup>28</sup> Entrevista realizada em 25/05/2000.

À questão ambiental, destacada como uma das preocupações da administração municipal, vem se somar a questão da expansão urbana. Os depoimentos do ex-prefeito José Augusto Hülse deixam claras suas preocupações relacionadas a esta questão. Havia um propósito daquela administração de induzir a expansão urbana do município para a região onde se encontrava o Poço 4, conforme as palavras do ex-prefeito:

*As terras do Poço 4 situavam-se nos limites do perímetro urbano do setor Sudeste, além daquelas terras do meio rural, no sentido da Linha Batista e em direção aos municípios vizinhos, já que a ampliação do perímetro urbano de Criciúma favoreceu a expansão próxima dos limites daqueles municípios (Içara e Morro da Fumaça).*

*Foi realmente uma das razões do projeto favorecer a expansão naquele sentido, dentro de uma certa ordem, já que tínhamos acessos viários, rodovias, um ramal ferroviário, onde se pode - creio ainda – implantar um terminal intermodal. O porto seco já está aí por mostrar essa evidência. Mas achávamos que era uma grande área, própria para ocuparmos com loteamentos. Inicialmente foi implantado naquela área, dentro das grandes bacias de decantação existentes, um aterro sanitário para solução da questão da deposição do lixo urbano.*

*Deixamos reservada uma área para implantação do pátio de máquinas, de serviços do próprio município. E uma área também para a associação dos servidores municipais. Além disso, chegamos a desapropriar e a fazer um projeto de um parque municipal, sobre uma área próxima<sup>29</sup>, entre o projeto Mina 4 e o Quartel do Exército, para ser transformada numa reserva, e onde se pudesse ter ali equipamentos de lazer e demais atividades apropriadas a uma reserva municipal. Esse projeto não foi implantado, mas a área ainda existe e a possibilidade não está, portanto, eliminada.<sup>30</sup>*

O arquiteto Norberto Zaniboni, que acompanhou boa parte do processo de aquisição da área do Poço 4 e da elaboração do projeto Mina 4, fez as seguintes observações acerca dos objetivos da administração pública sobre aquela área:

*Tenho a impressão que a estratégia de posicionamento da Mina não foi mais do que uma área que seria facilmente disponível, uma área sem valor do ponto de vista comercial, praticamente, em função de ser um buraco, de depósito de pirita e de lixo. Era um*

---

<sup>29</sup> Decreto AS/15/86, de 10/09/86, que declarou de Utilidade Pública três áreas na Primeira Linha, de propriedade de Rosina Darós Manganelli e filhos, Hilário Manganelli e J. A. Fabris Ltda. com a finalidade de implantação do Parque Municipal (vide fig. n.º 20).

<sup>30</sup> Entrevista realizada em 19/05/2000.

*problema já do município, o qual pretendia reverter e aproveitar para dar esse uso. Não se tinha, acredito, muito conhecimento sobre os meios de controle ambiental na Prefeitura. Não se mergulhou muito a fundo nas conseqüências disso. Mas, na verdade, acho que passou a ser assim: vamos resolver dois problemas de uma só vez.*

*O município dispunha de muita área com valor comercial muito baixo, principalmente pela herança da mineração, mas raras dispunham de um mínimo de infra-estrutura e entre estas estava a área do Poço 4. Ali tinha-se algumas facilidades: o acesso à rodovia Luiz Rosso, facilitando a chegada do transporte coletivo, o que diminuía o custo de implantação. Tudo isso foi ponderado na escolha daquela área.<sup>31</sup>*

Por estes depoimentos fica evidente o papel que o Estado, representado pela administração pública municipal, desempenhou no sentido de promover a configuração periférica da expansão urbana da Grande Próspera, a partir do enfoque da recuperação ambiental do município.

---

<sup>31</sup> Entrevista realizada em 30/05/2000.

## **2.3. A Concepção do Projeto Mina 4**

### **2.3.1. A Definição dos Usos e a Concepção Urbanística da Área**

A concepção urbanística do Projeto Mina 4 foi desenvolvida por um grupo de profissionais contratados pela administração municipal. Faziam parte

desse grupo, os arquitetos Carlos F. Weidmann Filho, Décio Gomes Góes e Maria Inês Bay Frydberg e o engenheiro agrimensor José M. Marcondes Osório.

As plantas do projeto são datadas de fevereiro de 1985 e estão apresentadas em um volume da administração municipal, como anexo do ofício GP/1.472/85, de 13 de dezembro de 1985, o qual está endereçado ao Ministro do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente da época, Flávio Peixoto da Silveira.

Esse ofício trata da solicitação de recursos para a primeira etapa de execução dos projetos Mina 4, Paraíso I e Paraíso II, com valor total de Cr\$ 2.380.000.000,00, equivalentes a US\$ 227.099,24, visando a recuperação de áreas para loteamentos e construção de casas populares.

A primeira etapa específica do Projeto Mina 4 compreendia a execução de 266 lotes populares e 13 lotes industriais, abrangendo 17,40 ha. O valor orçado desta primeira etapa correspondia a Cr\$ 1.404.360.799,00, equivalentes a US\$ 134.003,89, de dezembro de 1985. Sendo que o custo total de recuperação da área do Projeto Mina 4 estava orçado em Cr\$ 3.414.038.431,00, equivalentes a US\$ 325.767,03, valores de dezembro de 1985.

A área foi dividida a partir de um eixo viário principal (vide fig. n.º 21), transversal à linha do córrego existente, em dois setores básicos: o industrial e de serviços (identificados como 1 e 2, na Fig. n.º 23), onde se incluem o loteamento industrial, o porto seco público, o porto seco privado, o pátio de manobras e almoxarifado da Prefeitura Municipal de Criciúma e a sede da ASSERP-Associação dos Servidores Públicos Municipais, e o residencial (identificado como 3 na mesma figura).

Inicialmente, a Prefeitura havia proposto o seguinte programa para a área do Poço 4: usina de asfalto, pátio de obras da Prefeitura, matadouro público, porto seco, loteamento industrial, loteamento popular e aterro sanitário. A equipe de

profissionais que elaborou o projeto expôs algumas diretrizes que definiram as seguintes propostas:

- a) Intervenção física com aterro de terra vegetal, movimento de rejeito piritoso e aterro sanitário intercalado com camadas de rejeito piritoso, sob orientação da Assessoria de Meio Ambiente;
- b) Retificação do riacho que cruza o terreno, bem como as necessárias drenagens do mesmo;
- c) Manutenção de pelo menos uma lagoa de decantação, com o objetivo de saneamento das águas e como implantação de uma conduta a ser generalizada em relação aos mananciais poluídos;
- d) Preservação da vegetação (acácia e eucaliptus) de maior porte, que se encontrava em níveis topográficos inalteráveis;
- e) Criação de uma via de maior tráfego, a partir dos acessos que tangenciassem a área, no sentido Norte-Sul, fazendo a ligação Próspera-Primeira Linha;
- f) Divisão do Porto Seco em público e privado, e que tivesse os serviços de apoio básico concentrados em sua periferia junto à via de acesso, e cujos lotes para particulares se inserissem no loteamento industrial;
- g) Localização do loteamento industrial contígua ao Porto Seco e à via de acesso;
- h) Localização do Porto Seco próxima da ferrovia e da via de acesso;
- i) Localização da lagoa de decantação na convergência das águas onde o terreno era mais alagadiço;

- j) Reservação de área contígua à lagoa para implantação da futura sede da ASSERP;
- k) Localização do pátio de obras da Prefeitura na continuidade da área da sede da ASSERP;
- l) Implantação do loteamento popular a Oeste, sobre área mais regular e plana;
- m) Desativação de uma área para matadouro público ao Sul do loteamento popular, e, caso este equipamento não se concretizasse, essa área ficaria destinada a ampliação do loteamento popular.

As áreas destinadas ao aterro sanitário (vide Fig. n.º 22) se localizavam no setor residencial, definido pelo plano diretor de recuperação do Projeto Mina 4. Segundo parecer dos técnicos da Prefeitura Municipal, estes dois locais se mostraram favoráveis à deposição de resíduos, pois, após esgotarem sua capacidade de deposição, não estariam discordantes com o nível topográfico que se pretendia criar no local.

Além disso, a equipe de projetistas sugeriu que o aterro da área para o loteamento popular fosse feito predominantemente com terra vegetal e movimento de rejeito piritoso, com vistas a sua rápida execução e imediata ocupação. Sugeriu-se ainda que o aterro sanitário se desse exclusivamente nas áreas do loteamento popular (terras mais baixas) e do loteamento industrial, à medida que fossem determinadas as ocupações das mesmas.

Quanto ao matadouro público proposto inicialmente pela equipe de projetistas, este acabou sendo excluído do zoneamento porque sua viabilidade foi questionada em termos de compatibilidade com os demais usos ali pretendidos. No lugar deste, ficou sugerido o aumento do loteamento popular, o qual foi acatado quando da aprovação do estudo preliminar do projeto.

### **2.3.2. A Concepção do Loteamento Popular**

O projeto do loteamento popular fez parte da primeira etapa prevista para 1986, conforme descrito no ofício GP/1.472/85. Os princípios que nortearam a elaboração do projeto foram:

- a) Recuperação de áreas poluídas para habitação popular;
- b) Dar oportunidade à população carente, marginalizada do SFH, à aquisição de um lote para construção da casa própria;
- c) Promoção de facilidades de transação comercial, como por exemplo, troca por trabalho no local;
- d) Densificação como forma de otimizar o uso dos equipamentos urbanos;
- e) Valorização dos equipamentos comunitários com o fim de estimular as relações do grupo entre si e com a sociedade;
- f) Reconstituição da topografia natural do terreno a partir das cotas dos limites do mesmo;
- g) Implantação das quadras e lotes acompanhando esta topografia;
- h) Preservação das construções existentes no local (caixa d'água, plano inclinado, etc.), integrando-as às áreas públicas, como marcos de caracterização do local;
- i) Manutenção da vegetação existente que se encontrava em cotas a serem mantidas, tanto quanto estivessem em lotes populares ou industriais, como quando coincidissem com as áreas públicas;
- j) Circulação periférica de veículos;
- k) Circulação de pedestres convergentes para a área pública central;

- l) Vias de circulação interna com faixa carroçável para apenas um automóvel, passeios largos e alternados;
- m) Equipamentos de recreação infantil distribuídos ao longo dos passeios;
- n) Áreas verdes e de equipamentos de uso institucional e comunitário, localizados às margens do córrego devidamente retificado;
- o) Implantação de aproximadamente 600 lotes, com dimensões de 10,00mX20,00m.

O projeto resultante desses objetivos (vide Fig. n.º 23) ocupou 25,72 ha da área do Poço 4, tendo como avenida principal, com 25,00 metros de largura, a continuação da Avenida Miguel Patrício de Souza, a qual faz a ligação do bairro Próspera com a Primeira Linha. Como via principal, a via 1035, marginal com 18,00 metros de largura, que dá acesso à rodovia Luiz Rosso, ligando a área à Quarta Linha, bairro São Luiz e Centro, o que possibilitava o acesso da população do Projeto Mina-4 aos principais pontos de oferta de trabalho.

O parcelamento proposto resultou num total de 647 lotes, com área média de 200,00 m<sup>2</sup>, tendo 10,00 metros de testada e 20,00 metros de profundidade, atendendo ao item II, artigo 4.º do capítulo II da Lei n.º 6.766/79, que conceitua o lote mínimo para loteamento popular.

As áreas reservadas foram definidas em quatro categorias (vide Fig. n.º 23):

- 1- Área de Utilidade Pública: áreas D, G e M;
- 2- Área Verde: área B;
- 3- Faixa de domínio do riacho: área H;

- 4- Áreas de Pedestres: áreas A, C, E, F, I, J, K, L e N, que também seriam utilizadas como passagem de pedestres e também para a instalação de banheiros públicos. Estas áreas, quando cruzam com as ruas de tráfego local, transformam-se num “calçadão” ou numa grande lombada, dando preferência de circulação aos pedestres.

### **2.3.3. A Concepção dos Usos Industriais e de Serviços**

O restante da área levantada do Poço 4 pela Prefeitura Municipal, cerca de 17,50 ha, foi destinado para implantação de um loteamento industrial, contendo 51 lotes, com área variando de 844,20 m<sup>2</sup> a 1.969,90 m<sup>2</sup>. Estes lotes destinavam-se exclusivamente ao uso industrial ou para atividades relativas ao porto seco privativo (vide Fig. n.º 23).

O arruamento do loteamento industrial segue a hierarquização proposta para o loteamento popular, sendo que a via principal, com 25,00 metros de largura, corresponde ao prolongamento da Avenida Miguel Patrício de Souza.

O objetivo principal da administração municipal era o de suprir, com esses lotes, deficiências detectadas de áreas próprias para pequenas indústrias, assim como terminais de cargas, beneficiando a população carente que viesse a se assentar no loteamento popular proposto, com a oferta de trabalho.

## **CAPÍTULO IV**

**Da Privatização da Carbonífera Próspera à Construção do Criciúma  
Shopping Center – Surge uma Nova Centralidade e Explode a  
Periferia Urbana da Grande Próspera  
O Processo de Privatização e a Venda dos  
Loteamentos Nova Próspera**

O processo de privatização da Carbonífera Próspera S/A, como se referenciou anteriormente, foi posto em marcha a partir da criação da Resolução n.º 25, de 14 de janeiro de 1988, pelo Conselho Interministerial de Privatização, que dispõe sobre o Projeto de Privatização da Carbonífera Próspera S/A. Este projeto continha as seguintes diretrizes traçadas para a execução do Programa de Privatização:

- a) Transferência para Departamento da CSN das atividades de mineração executadas pela Próspera, assim como dos ativos permanentes e dos recursos humanos diretamente relacionados com essa atividade.
- b) Transferência para Departamento da CSN ou para condomínio por esta administrado, das atividades desenvolvidas pelo Lavador de Capivari, assim como, dos ativos permanentes e dos recursos humanos diretamente relacionados com essa atividade.
- c) Alienação dos ativos que não estejam relacionados com as atividades de mineração ou do Lavador de Capivari.

A execução teve início em 25 de fevereiro de 1988, quando a direção da CSN reuniu e empossou os membros da Comissão de Privatização da Carbonífera Próspera S/A, com a atribuição de conduzir todas as etapas do Programa de Privatização, marcando para o dia 3 de março de 1988 a AGE-Assembléia Geral Extraordinária - da Carbonífera Próspera, tendo como ordem do dia: a) Dissolução da Sociedade; b) Nomeação do Liquidante e Conselho Fiscal;c) Assuntos Gerais.

No entanto, como se fez referência no capítulo anterior, os trabalhadores da Carbonífera Próspera decidem entrar em greve no dia 10 de fevereiro de 1988, estendendo-se até o dia 30 de março do mesmo ano, quando a direção da CSN e os trabalhadores da Carbonífera entraram em acordo pelo fim da paralisação e imediato retorno ao trabalho.

A greve assumiu um estágio de total descontrole, o que teve reflexos, inclusive, sobre a diretoria da empresa, levando-a à renúncia coletiva ocorrida a 1.º de março de 1988. Estes fatos fizeram com que a direção da CSN decidisse pelo adiamento da AGE-Assembléia Geral Extraordinária de Liquidação, marcada para o dia 3 de março de 1988, bem como da 2.ª Reunião da Comissão de Privatização, prevista para o dia 7 de março de 1988. A AGE de Liquidação, então, aconteceu em 20 de abril de 1988, com a mesma Ordem do Dia prevista para a AGE de 3 de março, sendo nomeado como liquidante o engenheiro civil Jacy Eustachio Fretta e nomeados também os membros do Conselho Fiscal.

Para que o processo de liquidação da Carbonífera não se prolongasse além dos prazos previstos na Resolução n.º 25, houve necessidade de se lembrar grande parte dos lotes em forma de gleba, onde cerca de 1.130 ha de glebas de terra, sem nenhum plano de aproveitamento pela empresa e 1.686 lotes, em diferentes loteamentos, localizados nos municípios de Criciúma, Siderópolis, Içara e Tubarão, na sua quase totalidade, sem infra-estrutura, por certo dificultariam a alienação a terceiros.

Na terceira reunião da comissão de Privatização, realizada no dia 2 de junho de 1988, foi apresentada uma Exposição de Motivos pelo liquidante, especificamente sobre os loteamentos e terrenos da Carbonífera Próspera. Sua exposição abordou as áreas que se encontravam em lavra, as com lavra projetada e as áreas que serviam de apoio à mineração para o plantio de eucaliptus. Também constavam da exposição do eng.º Fretta as áreas de minas antigas e exauridas, cuja superfície era de propriedade da Carbonífera. Nestas áreas é que a empresa projetou diversos loteamentos na Grande Próspera (vide Fig. n.º11).

Dois aspectos, segundo o eng.º Fretta, no entanto, dificultavam a venda dos lotes desses loteamentos: a) a ausência da infra-estrutura exigida pela Lei de Loteamentos do município, cuja execução era de responsabilidade da empresa; b) as restrições de ordem técnica e econômica para determinados tipos de construções (edifícios com gabarito acima de dois pavimentos, por exemplo), por causa da mineração em subsolo.

Desta forma, os membros da Comissão de Privatização requereram junto ao Conselho Federal de Desestatização o estabelecimento de um prazo para a alienação desses imóveis. Foi editado, então, em 6 de dezembro de 1988, pelo referido Conselho, a Resolução n.º 22, que estabeleceu a data limite de 31 de março de 1989 para o encerramento do processo de alienação. O tempo despendido na contratação da empresa de avaliação dos imóveis, porém, acabou avançando sobre a referida data limite, sem que se tivesse vendido todos os imóveis. Como a resposta do mercado, segundo os membros da Comissão, tinha sido muito receptiva, houve necessidade de se solicitar ao Conselho Federal de Desestatização a prorrogação daquela data, a qual foi fixada em 30 de junho de 1989, pela Resolução n.º 34, de 2 de abril de 1989.

Dando-se prosseguimento à política de desmobilização dos ativos não-operacionais da Carbonífera Próspera, foi divulgado no período de 15 de março a 12 de abril de 1989 o Edital de Venda de Imóveis n.º 02/89, com os lotes

coloniais, urbanos e glebas, localizados nos municípios de Criciúma, Içara, Siderópolis e Tubarão, remanescentes da Concorrência n.º 01/89<sup>32</sup>. O Edital constou de 320 itens (vide Tab. n.º 08), sendo que os Loteamentos Nova Próspera I e II, com 273 e 425 lotes, respectivamente, foram lançados como duas glebas urbanas, descritas pelas diversas quadras e respectivos lotes remanescentes desses dois loteamentos.

Os valores mínimos previstos foram NCz\$ 375.619,00, equivalentes a US\$ 375.619,00<sup>33</sup> para o Loteamento Nova Próspera I e NCz\$ 438.732,00, equivalentes a US\$ 438.732,00 para o Loteamento Nova Próspera II.

**TAB. N.º 08 – Quantidade de Imóveis Colocados  
à Venda pela C.P. 02/89**

Localidade	Glebas	Glebas	Lotes	Total
	Urbanas	Rurais	Urbanos	
Siderópolis	-	23	09	32
Criciúma	03 <sup>1</sup>	06	187	196
Içara	-	02	-	02
Tubarão	01	-	89	90
<b>TOTAL</b>	<b>04</b>	<b>31</b>	<b>285</b>	<b>320</b>

FONTE: Relatório sobre a C.P. 02/89 da Comissão de Privatização da Crabonífera Próspera S.A.

A distribuição das propostas vencedoras, em função dos imóveis colocados à venda está apresentada na Tab. n.º 09.

Nesta concorrência, os Loteamentos Nova Próspera I e II não receberam propostas. Foi preciso, então, que se abrisse a C.P. n.º 03/89, de 1.º de junho de 1989, onde, finalmente, os Loteamentos Nova Próspera I e II foram

<sup>32</sup> A primeira Concorrência Pública-CP 01/89 foi realizada em 17 de janeiro de 1989.

<sup>33</sup> Valor do US\$=NCz\$ 1,00 em 15 de março e em 15 de abril de 1989. Fonte: Conselho Regional de Economia de Santa Catarina.

vendidos, tendo sido avaliados em NCz\$ 493.642,00 (Nova Próspera I), equivalentes a US\$ 429.253,91<sup>34</sup> e NCz\$ 576.585,00 (Nova Próspera II), equivalentes a US\$ 501.378,26.

A transação foi feita através da *Imobiliária IMOVEST*, representante legal da proposta dos empresários José Henrique Mezari e Silvino Dagostin, que arremataram o lance com os valores de NCz\$ 592.370,40, equivalentes a

**TAB. N.º 09 – Quantidade de Imóveis Vendidos  
pela C.P. 02/89**

Localidade	Glebas	Glebas	Lotes	Total
	Urbanas	Rurais	Urbanos	
Siderópolis	-	13	01	14
Criciúma	01	02	82	85
Içara	-	-	-	-
Tubarão	01	-	25	26
<b>TOTAL</b>	<b>02</b>	<b>15</b>	<b>108</b>	<b>125</b>

FONTE: Relatório sobre a C.P. 02/89 da Comissão de Privatização da Crabonífera Próspera S.A .

515.104,70<sup>35</sup>, para o Loteamento Nova Próspera I e NCz\$ 605.414,25, equivalentes a US\$ 526.447,17, para o Loteamento Nova Próspera II. Esta transação se deu com pagamento à vista e com recursos próprios.

Os empresários José Henrique Mezari e Silvino Dagostin são sócios (com 50% de cotas cada um) de duas indústrias de beneficiamento de arroz, localizadas no município vizinho de Morro da Fumaça. A *Cerealista Fumacense Indústria e Comércio Ltda.*, com cerca de 37 funcionários, teve um faturamento de

<sup>34</sup> Valor do US\$=NCz\$ 1,15 em 31 de maio de 1989. Fonte: Conselho Regional de Economia de Santa Catarina.

<sup>35</sup> Valor do US\$=NCz\$ 1,15 em 31 de maio de 1989. Fonte: Conselho Regional de Economia de Santa Catarina.

R\$ 2.549.468,86 no ano de 1999, com um volume de arroz beneficiado e comercializado de cerca de 3.201 toneladas. Já a *Indústria e Comércio de Arroz Fumacense Ltda.*, com cerca de 95 funcionários, faturou durante o ano de 1999 cerca de R\$ 13.544.853,55, com um volume total de arroz beneficiado e comercializado da ordem de 18.426 toneladas.<sup>36</sup>

Além dessas duas indústrias, Mezari e Dagostin são sócios na propriedade de diversos imóveis (edifícios de apartamentos, salas comerciais e terrenos), localizados principalmente no município de Criciúma. Para administrar esses imóveis eles mantêm sociedade (com 50% de cotas cada um) na *JS-Administradora de Bens Móveis e Imóveis*. O empresário José Henrique Mezari possui também a *JHM-Administradora de Bens Imóveis*, que administra seus bens particulares. Com estas duas empresas, Mezari e Dagostin vem atuando no ramo imobiliário no município de Criciúma, tanto na aquisição de apartamentos e salas comerciais, quanto na aquisição e venda de terrenos urbanos. No caso dos Loteamentos Nova Próspera, no entanto, as vendas dos lotes têm sido feitas através da *Imobiliária IMOVEST*.

Além dos Loteamentos Nova Próspera I e II, Mezari, através da *JHM-Administradora de Bens Imóveis*, possui diversos lotes urbanos espalhados pelo município de Criciúma e uma área de aproximadamente 31 ha nas proximidades da *ITW-Canguru Rótulos Ltda.*, empresa do grupo Jorge Zanatta, recentemente instalada às margens da rua Antônio Daré, no bairro Argentina (Grande Próspera), cuja produção de rótulos plásticos se destina a atender basicamente a demanda de empresas como *Coca-Cola*, *Brahma*, *Kaiser* e *Antártica*.

Logo após a aquisição dos Loteamentos Nova Próspera, os empresários requisitaram, junto à Prefeitura Municipal de Criciúma, um prazo de 36 meses para a conclusão da infra-estrutura exigida pela Lei de Loteamentos, a qual a Carbonífera Próspera não havia providenciado. Ao mesmo tempo, começaram um

---

<sup>36</sup> Informações de Ledoir Formanski-Departamento Administrativo da Ind. e Com. de Arroz Fumacense Ltda.

estudo de viabilidade para a construção de um *shopping center* nas imediações da revenda de automóveis *FORAUTO*, na área do Loteamento Nova Próspera II. Para isso, foi firmado um contrato com a empresa Klokner, sediada em Florianópolis-SC, para a elaboração do estudo de viabilidade econômica e do projeto arquitetônico. Pelo contrato, a empresa elaboraria todos os projetos e administraria a obra em troca de um percentual de salas comerciais.

O projeto arquitetônico do empreendimento, batizado de *Criciúma Shopping Center* foi aprovado pela Prefeitura Municipal de Criciúma em 1995 e a construção teve início no mesmo ano. Com cerca de 23.000,00 m<sup>2</sup> de área total construída e cerca de 18.000,00 m<sup>2</sup> de área de lojas, o *Criciúma Shopping Center* foi inaugurado em outubro de 1996, contando com 135 lojas comerciais, tendo como loja âncora o supermercado BIG.

Durante a fase de elaboração e de aprovação dos projetos foram negociadas algumas permutas entre os empresários e a Prefeitura Municipal de Criciúma. A área verde projetada sobre o Loteamento Nova Próspera II sofreu alteração de área e de forma, em virtude de uma negociação requerida pelos empreendedores do *Shopping*. A rua, que originalmente havia sido traçada entre a área verde e as quadras onde seria implantado o *Shopping*, foi deslocada entre a área verde e o terreno da *FORAUTO*, permitindo que a área verde ficasse contígua ao terreno do *Shopping*. Além disso, três ruas foram fechadas, possibilitando a conformação da super-quadra para implantação dos equipamentos que compõem o *Criciúma Shopping Center* e a *danceteria Extasy*. Em troca, os empreendedores destinaram dois lotes para permitir a abertura da rua entre a área verde e o terreno da *FORAUTO*, a qual serve de via de ligação entre a Avenida Centenário e a Av. Chile. Também executaram a urbanização da área verde, mediante a aprovação de um projeto de praça junto à administração municipal (vide Fig. n.º 24). Pela lei de desafetação das ruas, ficava a cargo dos empreendedores a pavimentação da nova rua criada, o que acabou sendo realizado pela Prefeitura Municipal de Criciúma.



### **O Criciúma Shopping Center: Marco da Estratégia por uma Nova Centralidade – Espaço do Consumo**

Segundo HARVEY (HARVEY apud GOTTIDIENER, 1997), a cidade, que originalmente funcionava como um mecanismo de concentração e apropriação de mais-valia através da produção industrial, tornou-se um lugar criado para estimular o consumo e manter um alto nível de demanda efetiva dentro de um quadro sobrecarregado de dívidas. De motor do crescimento, a cidade tornou-se um espaço organizado para o consumo e investimentos de capital. Assim, este autor procura a associação entre a luta de classes e aspectos mais fundamentais do desejo que tem o capital de socializar a força de trabalho industrial, de administrar o consumo coletivo e de buscar medidas intervencionistas Keynesianas.

No entanto HARVEY mantém sua análise dentro das teorias da economia política marxista, o que, como já se teve oportunidade de abordar pelo enfoque teórico de GOTTIDIENER (1997), não é suficiente para explicar as diferentes formas urbanas que as cidades produzem. Para este autor, HARVEY

apresenta uma abordagem limitada porque não especifica a relação entre o Estado e o espaço, além disso ele não explicou como se pode fazer com que o capital mude para outros circuitos de capital, não obstante o Estado e as redes de financiamento, o que torna sua análise prejudicada, já que isso é essencialmente importante para entender o capitalismo tardio, onde o circuito produtivo é dominado por formas concentradas de capital de monopólio, que através de redes globais, certamente podem modificar os tipos de crise de superacumulação.

Segundo GOTTIDIENER (1997), Lefebvre quanto Castells são autores que têm em vista uma perspectiva mais global sobre a produção do espaço e sua relação com a organização social do que a economia política marxista.

Embora GOTTIDIENER reconheça que CASTELLS (1983) reorienta sua abordagem teórica para conceituar os usuários do espaço urbano na direção da concepção abordada por LEFEBVRE (1991), prefere seguir Lefebvre por considerar que este forneceu o alicerce teórico de interpretação das relações sociais sobre a produção do espaço urbano.

Segundo LEFEBVRE (LEFEBVRE apud GOTTIDIENER, 1997), não se pode reduzir o espaço aos três domínios: produção, consumo e troca, usados comumente na economia marxista. Essas atividades e localizações, quando consideradas juntas como espaço social, podem constituir um quarto domínio das relações sociais, ou seja, a produção de riqueza ou mais-valia.

GOTTIDIENER (1997), interpretando os escritos de Lefebvre, entende que se deve considerar o espaço como um elemento das forças produtivas da sociedade, especialmente através da atuação da forma ou design. A economia política tradicional apenas reconhece a importância da terra como meio de produção ao lado da importância do capital e do trabalho.

Para LEFEBVRE (LEFEBVRE apud GOTTIDIENER, 1997), o design espacial é, ele próprio, um aspecto das forças produtivas da sociedade que,

juntamente com a tecnologia, o conhecimento humano e as forças do trabalho, contribuem para o *potencial de produção* que cada cidade apresenta.

GOTTIDIENER (1997), ao fazer referências aos postulados teóricos de Lefebvre afirma, inclusive, que a identificação do papel do *circuito secundário do capital* é importante porque ele introduz, explicitamente, uma abordagem espacial da acumulação de capital. Isto é, leva a análise da economia para fora das fábricas e das salas de contabilidade da indústria e introduz no espaço do ambiente construído, que contém todas essas estruturas e suas relações sociais.

Para GOTTIDIENER (1997), no entanto, o enfoque da atividade e investimento precisa ser suplantado por uma compreensão das forças monopolistas que moldam o espaço de assentamento, especialmente o uso do espaço abstrato pelo Estado e pela economia.

Por meio dessa abordagem, o entendimento da produção de espaço necessita que se amplie a visão além dos dois elementos – estrutura e ação – unindo ambos numa explicação que articule a sociedade e o espaço.

GOTTIDIENER (1997), desenvolve o conceito de rede, no qual se incluem os atores sociais que se aglutinam como agentes ativos no setor da propriedade com o objetivo de promover a produção espacial, o que significa dizer que estas redes, na verdade, representam frações de distintos segmentos sociais, que lutam na cidade pela promoção da produção do espaço. Esta luta se traduz por um conflito permanente que divide a sociedade urbana, onde alguns grupos estão ao lado do crescimento, enquanto outros lutam pelo não-crescimento, envolvendo práticas econômicas, políticas e ideológicas, que a maioria dos analistas do desenvolvimento urbano continuam a não reconhecer. Ele chega a afirmar que o conflito entre pró-crescimento e não-crescimento é tão fundamental para a produção de espaço quanto é a luta entre capital e trabalho.

Dentro dessa ótica, o autor identifica características nas redes de crescimento que as diferenciam dos outros agentes sociais, as quais são formadas

geralmente por coalizões público-privadas que envolvem tanto a intervenção direta do Estado quanto uma certa relação política que serve de suporte público para o comando partidário, ou seja, essas redes, associadas ao poder político local, procuram manipular as prioridades de investimento, legitimando, pelo apoio da opinião pública via meios de comunicação, as reivindicações sociais objetivadas, sempre na salvaguarda dos seus próprios interesses.

Além disso, as frações monopolistas da classe capitalista, que podem manipular o desenvolvimento, normalmente estão interessadas em obter localizações propícias à obtenção de maior lucro ou retorno do capital investido dentro da matriz urbana de desenvolvimento. Quando mais de um agente monopolista passa a atuar especulativamente sobre uma mesma região da cidade, ocorre uma superprodução de um determinado tipo de equipamento ou função urbana, o que se apresenta como uma maneira desordenada de ocupação do espaço. Por isso, GOTTIDIENER (1997) afirma que qualquer lugar, em qualquer época, pode tornar-se objeto de interesse para elementos do setor da propriedade. Esse fenômeno e sua natureza muitas vezes contenciosa, constituem um outro domínio central da nova pesquisa, na medida em que ele também ajuda a incentivar o processo de desconcentração, ao que se acrescentaria, seja este de âmbito regional ou intra-urbano.

No aspecto da investigação sobre política urbana, GOTTIDIENER (1997), aborda ainda com relação às redes, questões de conflito que se expressam por reações de cunho político, econômico e ideológico. Por meio dos conflitos e dos interesses colocados em cena, pode-se avaliar os conteúdos da política local, o que permitiria uma análise mais apurada dos efeitos do desenvolvimento urbano de uma determinada área frente às demais áreas de uma mesma cidade. Por isso, torna-se importante avaliar o grau de envolvimento dos vários agentes sociais, que atuam, inclusive, sobre o espaço urbano e os seus meios de manipulação sob a ótica da ideologia do crescimento.

Estas redes permeiam vários níveis hierárquicos da estrutura social da cidade. Ela não se dá apenas nos setores monopolistas, mas ocorre entre loteadores, construtores, corretores de imóveis e outros intermediários que atuam na clandestinidade, ou no que GOTTIDIENER (1997) chama de “redes amorfas”, que atuam nos bastidores objetivando explorar o crescimento rápido.

Sobre o resultado da ação dessas forças sociais sobre o espaço, assim sintetiza GOTTIDIENER (1997):

*Invariavelmente, através de suas ações a articulação entre setor da propriedade e o Estado, modifica para pior o padrão de crescimento, porque ele é impelido pelo esforço de crescimento e porque a atividade de circuito secundário não é coordenada. Portanto, as atividades das redes pró-crescimento constituem uma fonte adicional de padrões espaciais desordenados ao lado daquelas que derivam da lógica interna da acumulação de capital (SCOTTI, 1980) ou daquelas desenvolvidas por conflitos e negociação entre frações de classe separadas. Assim, como acontece com outras ações do setor da propriedade, os resultados espaciais têm ganhadores e perdedores. Estes, em particular, são os que devem suportar os custos externos do crescimento que às vezes formam coalizões de não-crescimento. Conseqüentemente, o desenvolvimento é usualmente acompanhado de problemas contenciosos que podem gerar conflito político. A forma do ambiente construído é, portanto, um produto não só das ações de redes de crescimento, mas também das conseqüências das tentativas de renegociar essas ações por parte de outros grupos que suportam os custos do crescimento. Esse processo fornece os conteúdos para a política espacial que cada vez mais é característica do Estado local e que proporciona uma dimensão separada daquelas especificadas pela teoria do consumo coletivo (GOTTIDIENER, no prelo; BOYTE, 1980; HARTMAN et. al., 1982). Tal processo cria uma fonte adicional de novos tópicos que requerem investigação (p. 225/226).*

Esta questão envolve fatores fiscais e de oferta de infra-estrutura. Ou seja, envolve o Estado como mediador. O crescimento de uma determinada área significa aumento de população, de poluição ou de tráfego, o que deslocará novos

investimentos por parte do Estado para poder atender às novas demandas. A arrecadação fiscal e tributária nunca alcança as cifras a serem despendidas para a satisfação dessas demandas, o que acaba acarretando o deslocamento dos recursos, de modo que o Estado pratique ações de desenvolvimento de forma desigual na cidade.

Toda essa abordagem se faz necessária para que se possa discutir a implantação do *Criciúma Shopping Center*, como marco de uma nova estratégia de desenvolvimento urbano para a cidade de Criciúma, tendo como horizonte a construção de uma nova centralidade, baseada no espaço do consumo.

Com a inauguração do *Criciúma Shopping Center*, em outubro de 1996, os empresários José Henrique Mezari e Silvino Dagostin passaram a estabelecer uma nova ordem de valor para o espaço compreendido pelos Loteamentos Nova Próspera I e II.

A implantação desse empreendimento se fez num momento em que a cidade de Criciúma se ressentia ainda dos efeitos recessivos da economia brasileira, com reflexos mais sensíveis sobre o nível de emprego, que havia sido drasticamente reduzido no setor de transformação (carvão e cerâmica) estabelecido no município, como se teve oportunidade de abordar no capítulo anterior. Os efeitos da crise de redimensionamento das atividades produtivas foram, em parte, amortecidos pela absorção da mão-de-obra feminina empregada na indústria da confecção.

A acomodação das forças produtivas locais, frente às imposições do mercado aberto, patrocinado pelo neoliberalismo econômico, a que se submeteu o governo brasileiro sob a denominação de globalização da economia, foi dramática para a classe trabalhadora, que viu, num certo espaço de tempo, os postos de trabalho do setor carbonífero (citando o exemplo mais expressivo) se reduzirem a 20% do que havia sido em meados da década de 1980.

Este mesmo efeito ocorreu sobre o setor cerâmico e sobre o setor da construção civil. Obviamente que o movimento da terceirização que dominou o setor de vestuário pode absorver uma pequena parcela da crise, muito embora com a ocorrência do aumento do emprego da mão-de-obra feminina, que além de mais barata estava mais apta para atender às necessidades desse setor. Será pela dificuldade de recolocação do mineiro em outros setores da economia local, que a mulher entrará em maior proporção no mercado de trabalho. Mas seu ingresso não irá resolver o problema da queda de renda familiar. Muito pelo contrário, os salários pagos às mulheres nos demais ramos da economia são bem menores se comparados aos salários dos mineiros (SANTOS, 1997).

O redirecionamento da política econômica do país levará os empresários a redimensionar os diversos ramos produtivos da economia local. Este redimensionamento, por sua vez, trará enormes prejuízos à cidade (queda nos níveis de arrecadação de impostos) e aos trabalhadores (desemprego e redução de poder aquisitivo ou da renda familiar). A redução das taxas de crescimento populacional registrada pela contagem do IBGE de 1996 revela, inclusive, um processo de êxodo vivido pela população local no início dos anos 90. Êxodo este que se deu por duas vias – uma de âmbito regional e outra de âmbito internacional.

A de âmbito regional absorveu trabalhadores no ramo primário de municípios como Araranguá, Meleiro, Turvo e Imaruí (SANTOS, 1997). O de âmbito internacional apresenta expressivo deslocamento de patricios de toda a região Sul – mas principalmente do município de Criciúma – para a Itália e os Estados Unidos da América. Neste país, a maioria dos cricumenses vem se instalando na região de Boston. Há, inclusive, num jornal de circulação diária local, uma página com notícias da comunidade de emigrantes estabelecida nos EUA.

Com este relato, pode-se imaginar o cenário de pessimismo que se abatia sobre a cidade, tanto sobre a classe política, quanto empresarial e, sobretudo, sobre a classe dos trabalhadores e desempregados. Qualquer ação que

se empreendesse no sentido positivo do desenvolvimento ou do crescimento naturalmente seria bem-vinda. Será, pois, sobre este cenário, que o empreendimento do *Criciúma Shopping Center* logrará êxito. A administração pública municipal conduzirá seus investimentos nesta mesma direção. Os três terminais urbanos do sistema integrado de transporte coletivo, inaugurado em setembro de 1996, também apresentam uma infra-estrutura destinada basicamente ao consumo, com destaque para o terminal central, com 30 lojas comerciais. Os outros dois – um foi implantado próximo à Universidade e outro próximo do *Criciúma Shopping Center*, sobre a Av. Centenário. Além disso, houve, nesse mesmo período, divulgação na imprensa local, de negociações entre os proprietários dos terrenos da indústria cerâmica CESACA, então desativada, juntamente com o poder público municipal e representantes das lojas Americanas para a instalação de uma filial naquele local, o que acabou não acontecendo.

A implantação do *Criciúma Shopping Center*, na verdade foi um dos principais investimentos feitos pelos dois empresários proprietários dos Loteamentos Nova Próspera I e II, com o objetivo de desencadear novos investimentos sobre aquela área, levando à conseqüente valorização do solo. Logo que se inicia a construção do *Shopping*, tiveram início também a construção da boate *Extasy* e da filial de *fast food* do *Mc Donald's*.

**FIG. 25**



FONTE: Arquivo do autor.

A filial do Mc Donald's está construída sobre um terreno arrendado por um prazo de vinte anos. Já a Concessionária GLOBO, que comercializa veículos RENAULT, inaugurada ao final de 1999, teve o prédio construído pelos dois empresários e alugado por um determinado prazo.

Sobre os investimentos realizados, que procuram definir uma tendência para a intensificação dos usos comerciais e de serviços o arquiteto Zaniboni assim se manifestou:

*Como tive oportunidade de abordar anteriormente sobre os Loteamentos Nova Próspera, nos baseamos no princípio urbanístico das superquadras, que havíamos debatido exaustivamente na academia. Teoricamente, estaria perfeito não fosse a política de comercialização da área, que foi para leilão em grandes blocos [glebas] de terrenos. Um leilão de patrimônio público, muito pouco divulgado, o que levou a limitar o público comprador, não despertando a corrida que poderia ter havido. Acabou caindo nas mãos de apenas duas pessoas. No fim o que se tem é o resultado de um loteamento do qual foi efetivado apenas o parcelamento por parte da Carbonífera. Precariamente houve apenas a abertura das vias, mais para fins de demarcação das quadras do que propriamente abertura das vias para circulação. Houve implantação de alguma infra-estrutura (eletricidade, sim e água, talvez, em parte).*

*Com exceção da faixa de lotes voltados para a Avenida Centenário, cujo uso previsto era comercial, os demais lotes destinavam-se ao uso habitacional. De 1980 até 1992, ou seja, durante doze anos praticamente nada aconteceu naquela área. Foram dez ou doze anos de crescimento muito lento. De 1992 até o momento, são apenas oito anos, mas neste curto espaço de tempo, já se percebe uma explosão no processo de ocupação. Essa é exatamente a cartada de quem comprou, ou seja, deixar valorizar já que adquiriu os lotes para o uso habitacional. Como se tornou uma das poucas áreas disponíveis no município para grandes empreendimentos como o Shopping e a FORAUTO, seus lotes passaram a ter um outro valor. A partir daí ela passou, então, a ser comercializada com valores sabe-se*

*lá quantas vezes superior aquele arrematado no leilão de liquidação da Carbonífera Próspera.*<sup>37</sup>

Além desses investimentos privados, a conclusão do traçado e pavimentação da Avenida Chile foram os principais investimentos públicos realizados pelo município naquela área, após a construção do *Criciúma Shopping Center*. A Chile era uma reivindicação antiga dos moradores dos bairros Michel e Comerciário, que lutavam por uma ligação alternativa entre aqueles bairros e o São Cristóvão e Próspera, sem que se precisasse utilizar a sobrecarregada Av. Centenário.

Havia, no entanto, um obstáculo de negociação com um proprietário da família Casagrande, que por muito tempo dificultou a complementação daquele traçado. A convalescência do patriarca da família Casagrande e a implantação do *Shopping* e do *Mc Donald's*, por certo, aceleraram o desfecho em favor da concretização daquela importante via de ligação. A complementação do traçado e sua pavimentação, entre a rua Miguel Patrício de Souza, no bairro Próspera, e a rua Almirante Barroso, no bairro Comerciário, contudo, levou um tempo considerável para ser concluído, o que foi motivo até de contagem por um jornal local do tempo excedente àquele prometido pela administração municipal para seu término. Procedentes foram as críticas que se fizeram à época sobre o estado em que a obra foi entregue à população, a qual foi dada como inaugurada em 24 de julho de 1999, com custo total de R\$ 517.000,00 e extensão de cerca de 3 Km. Pela sua importância, inclusive, a Chile deveria ter merecido um estudo mais profundo do seu traçado e de desenho dos seus passeios, o que poderia ter incluído outras alternativas de deslocamento, como uma ciclovia, por exemplo.

---

<sup>37</sup> Entrevista realizada em 30/05/2000.

A esse respeito o atual prefeito de Criciúma, arquiteto Décio Gomes Góes, assim se manifestou na coluna Opinião do Jornal da Manhã do dia 30 de julho de 1999, com texto sob o título “Ainda sobre a Rua Chile”:

*No momento em que estamos discutindo a reavaliação do Plano Diretor é oportuno reconhecer a importância do planejamento urbano e reforçá-lo da necessidade de que seja sério, isento, criativo, tecnicamente qualificado e popularmente apoiado.*

*A continuação da rua Chile foi prevista no Plano Diretor de 1973 e, em 1980 quando projetamos o Loteamento Nova Próspera, tivemos (junto com o arquiteto Norberto Zaniboni) o cuidado de incluí-la no projeto, em forma de avenida, acentuando a sua importância hierárquica no traçado.*

*É com satisfação que quase 20 anos depois, a vemos sendo útil para a cidade.*

*Porém, apesar das críticas na mídia local, em contraponto com toda a capacidade publicitária e oportunística do Paço Municipal, é preciso reforçar algumas observações no sentido de colaborar com o aprimoramento da obra.*

*Registro ainda o primarismo nos projetos e na execução das obras da Administração Municipal, resultando em intervenções com desenho urbano mal resolvidos, desprovidas de acabamento e bom gosto – fruto de claras interferências políticas.*

*O cruzamento com a avenida Miguel Patrício de Souza continua mal resolvido e precariamente sinalizado. Chegando ao bairro São Cristóvão, afunila para uma pista sem o menor cuidado. A partir daí nada foi feito para concretizar o seu alargamento, permitindo que o final da escada da igreja saia em cima da pista de rolamento – que poderia ser modificada, curvando-se para uma lateral, onde a Escola R. Eng. Jorge Frydberg tem o mesmo problema – que poderia mudar a entrada para a travessa Ouro Preto e proteger a saída das crianças; ou resolver melhor a saída do City Clube, que acabou de fazer uma portaria nova, perdendo-se a oportunidade de localizá-la na rua lateral; sem falar que nas terras da família Casagrande poderia voltar a ser mais larga – evitando indenizações futuras e mais onerosas, e, que o trecho entre as ruas Monte Castelo até a Pedro Rodrigues Lopes deveria ser resolvido com uma curva mais natural e seqüencial – deixando transparecer a intenção de “salvar” os terrenos abaixo.*

*A função maior da avenida Chile é a ligação interbairros (Próspera-Comerciário), faltando calçadas e ambiente para os pedestres, iluminação, jardinagem, segurança e sinalização adequadas – contrastando-se com a visão urbanística atual, que prioriza o homem e não mais o automóvel.*

*Como vemos, ainda não foi totalmente concluída a obra, podendo a coluna “Nos Bairros” do JM, continuar a contagem progressiva – “rua Chile: um ano trezentos e vinte e dois dias de atraso na conclusão das obras – e inaugurada há 7 dias” (JM – ANO XV – N.º 4.089, p.8).*

Este manifesto do arquiteto Góes, ainda não teve a repercussão que merece, pois a cidade perdeu a oportunidade de receber uma via cujo potencial é muito maior do que o de apenas servir de leito para a circulação de veículos.

Para Góes<sup>38</sup>, as transformações porque passou a Carbonífera Próspera, em função do processo de privatização, inviabilizaram a comercialização imediata dos lotes, já que houve um espaço de tempo muito grande de indefinições. Quando ocorre a licitação, os lotes são vendidos em glebas. E quem comprou aquelas glebas entendeu que poderia fazer o que quisesse, já que eram de sua propriedade. E a Prefeitura também entendeu que a parte que recebeu podia ser

**FIG. 26**



utilizada da forma que julgasse mais conveniente. Então, fez permutas das áreas verdes, descaracterizando totalmente a proposta do Loteamento Nova Próspera.

Ainda, segundo Góes, o mercado, por si só, no espaço de dez a doze anos depois do projeto, já tinha outro direcionamento. E o fato do loteamento ter sido vendido em gleba, deu oportunidade para se lançar um empreendimento como o *Criciúma Shopping Center*.

Por outro lado, Góes acredita que algumas coisas lograram êxito, embora de forma precária, como relata em relação à Avenida Chile:

*Acredito que uma das coisas que deram certo foi a idéia da Chile como via de ligação interbairros. O Shopping não deixa de ser um equipamento de atração. Ele atrai gente do Comerciário, São Cristóvão, Zomer, Ceará, Miliolli e assim vai por toda aquela região. Mas gostaria de que pudéssemos dispor de outras opções de atração, que pudéssemos desenvolver atividades de lazer mesmo, ou seja, que se fugisse da idéia do consumo, da compra. Acho que tem a hora da compra, mas tem que ter a hora do descanso, da recreação, do esporte, do convívio despretensioso.<sup>39</sup>*

Indagado sobre a participação do poder público municipal sobre a área compreendida pelos Loteamentos Nova Próspera, Góes considera que a implantação do terminal de ônibus e a pavimentação da Chile, únicos grandes investimentos realizados nos últimos vinte anos, reflete a ausência de uma política pública de desenvolvimento para a Grande Próspera.

A respeito desses dois equipamentos especificamente, Góes assim se manifestou:

---

<sup>39</sup> Entrevista realizada em 13/06/2000.

*Acho equivocada a localização do equipamento de transporte coletivo naquele local. Forçou uma curva muito acentuada numa avenida que é imprescindível para a cidade. Enquanto não temos outras alternativas de circulação na cidade, não poderíamos esgotar a capacidade da Avenida Centenário tão prematuramente. Criaram um terreno que não existia para implantar o terminal de transporte coletivo.*

*E a Chile, penso que está cumprindo o papel de via interbairros, mas já saiu tarde. Ela seguramente desafoga o trânsito da Avenida Centenário e permite outras opções de circulação na cidade. Quanto ao seu traçado, este revela a falta de continuidade do planejamento por parte do poder público. Em 1982, nós a havíamos projetado com 24 metros de largura, com a condição de que a sua continuidade em direção ao bairro Comerciário seria garantida pelo plano diretor, o que implicaria em alargamentos dos trechos de vias existentes. Nem mesmo onde havia maior facilidade em função do menor custo de desapropriação, como acontecia nas terras do Sr. Defende Casagrande, a Prefeitura conseguiu garantir aquele alargamento. Enfim, quando se atravessa o São Cristóvão e se entra no Comerciário, percebe-se que se fez um “quebra-galho” – uma coisa feita à facção, sem a menor sensibilidade urbana. E o que fizeram defronte do City Clube, então, mostra o descaso da administração com o detalhe – com o desenho urbano da cidade.<sup>40</sup>*

Além dos investimentos em obras, o poder público municipal realizou alterações de legislação do Plano Diretor, que implicaram em novas considerações do mercado imobiliário local sobre o espaço urbano da Grande Próspera.

As alterações dos parâmetros urbanísticos propostos pela Lei n.º 3.900, de 28 de outubro de 1999, que revogou a Lei de Zoneamento de Uso do Solo n.º 2.039, de 29 de novembro de 1984, contribuíram também para valorizar os lotes dos loteamentos Nova Próspera, o que, em tese, significa acelerar o retorno dos investimentos ali realizados, tanto públicos como privados. (vide Fig. n.º 27 e Fig. n.º 28).

---

<sup>40</sup> Entrevista realizada em 13/06/2000.

Cerca de um ano e meio após a conclusão da Avenida Chile, observa-se uma nova dinâmica no processo de ocupação daquela área. Ao longo da Chile, os lotes do Loteamento Nova Próspera II voltados para a mesma, vem sendo ocupados com estabelecimentos comerciais e de prestação de serviços. Já os lotes das quadras internas desse loteamento vem sendo ocupados com residências unifamiliares de um e dois pavimentos.

O Loteamento Nova Próspera II começa a apresentar ocupação dos lotes voltados para a Av. Miguel Patrício de Souza, também com uso preponderante de comércio e serviços. Tanto na Chile quanto na Miguel Patrício de Souza predominam comércio e serviços destinados a atender à manutenção de veículos, como pneus, freios, postos de combustíveis e seus derivados, o que corresponde às características de vias de ligação que estas desempenham naquela região da cidade.

O uso residencial multifamiliar, embora já tenha ocorrido estudos de viabilidade por construtoras da cidade, não tem despertado o interesse das mesmas (mesmo a Lei n.º 3.900 permitindo o gabarito de 16 pavimentos ao longo da Av. Centenário e de 8 pavimentos nas demais quadras do Loteamento Nova Próspera II



e ao longo da Chile). Supõe-se que o maior obstáculo seja o custo de fundações,



a.

Pela configuração que se esboça, as quadras internas serão ocupadas com uso residencial unifamiliar e comércio local pulverizado, e a Chile concentrando atividades comerciais e de serviços próprios de vias de ligação e de passagem, assim como ao longo do trecho da Avenida Centenário. Por certo, esta configuração poderá ser alterada e, dependendo dos investimentos e do processo de ocupação, o uso do solo possa vir a otimizar os gabaritos propostos pela Lei n.º 3.900.

Talvez a contenção da exploração dos gabaritos possa ter uma estratégia do mercado, já que os lotes se encontravam até recentemente numa condição de monopólio. Até porque os estudos de viabilidade que se empreenderam foram realizados por interesse dos proprietários do Loteamento Nova Próspera II. O fato é, que diante das restrições técnicas e econômicas e da ocupação se dar em momento muito recente<sup>41</sup>, os investimentos deverão seguir as tendências em curso.

A respeito dessa tendência, Zaniboni sugere, inclusive, uma reavaliação do parcelamento originalmente proposto:

*Acredito que se hoje fôssemos parcelar aquela área, deveríamos adotar uma outra concepção. O parcelamento que propusemos, me parece, se tornou até um entrave para a os equipamentos que hoje ali se estão implantando. Se tivesse que se preservar as ruas daquela forma e as áreas públicas implantadas na forma proposta, teríamos ali seguramente um entrave para esse tipo de ocupação mais macro. Teríamos, então, que fundir quadras e ruas e foi o que provavelmente ocorreu no caso do Shopping.*

*Na verdade, o Nova Próspera foi projetado em três etapas. A primeira etapa era esta aqui vizinha ao bairro São Cristóvão, que é onde havia aquele projeto da sede da ACIC,*

---

<sup>41</sup> O Sr. José Henrique Mezari requereu a PMC, em 18/07/1989 um prazo de 36 meses para execução das obras de infraestrutura dos Loteamentos Nova Próspera, que a Carbonífera Próspera S/A não havia executado. Em 18/08/1997, o mesmo requereu a liberação dos lotes caucionados por ter cumprido com as obras de infra-estrutura. Fonte: Prefeitura Municipal de Criciúma / SC.

*que ocupava uma quadra, mas cuja ocupação tem sido de habitações. A sede da ACIC acabou não saindo. Nada está acontecendo ali. Talvez, porque o loteamento esteja travando o surgimento de alguma coisa maior. Onde está o Criciúma Shopping, acho que era a terceira etapa de implantação do projeto do loteamento. A segunda etapa era a última, no sentido da cidade para o bairro Próspera, já próxima do bairro Nossa Senhora da Salete, onde lembro que projetamos uma área verde, bem dimensionada, ótima para a implantação de um bom equipamento público, que acabou sendo permutada com a Transporte Minérios. Também o Quartel da Polícia Militar foi implantado ali; na verdade, o único equipamento público que aconteceu sobre aquela área.*

*O restante das áreas públicas daquela etapa se perderam todas. A Engenharia Castanhel permutou com a Prefeitura uma área de sua propriedade no bairro Santa Luzia e implantou sua sede também sobre uma das áreas verdes projetadas.<sup>42</sup>*

Voltando-se um pouco mais sobre os investimentos realizados e o impacto destes na valorização dos Loteamentos Nova Próspera, na entrevista realizada com o empresário José Henrique Mezari se pode perceber que o mesmo reconhece a importância de outros investimentos privados sobre os Loteamentos Nova Próspera, bem como os equipamentos que, segundo ele, hoje começam a gerar conflitos por serem de natureza totalmente incompatível com as tendências de uso que se esboçam. Afirma ainda, que deveriam acontecer novos investimentos, por iniciativa de empresários ou de parceria entre empresários e o poder público para a implantação de equipamentos de promoção de feiras e eventos, por exemplo.

Coincide, inclusive, com a compra dos Loteamentos Nova Próspera I e II, a publicação do decreto n.º 665/SA/89, de 27 de setembro de 1989, que tornou de utilidade pública o Loteamento Nova Próspera III, para fins de implantação da Estação Rodoviária Municipal e do Centro de Convenções.

---

<sup>42</sup> Entrevista realizada em 30/05/2000.

A aquisição do Loteamento Nova Próspera III, por parte da administração municipal foi importante como possibilidade de investimento direto do próprio poder público no sentido de dotar aquela área dos equipamentos públicos que atendessem a uma nova dinâmica de ocupação, a qual o próprio poder público tentava antecipar. Foi seguindo esta sinalização que possivelmente os empresários direcionaram seus investimentos na construção do *Criciúma Shopping Center*.

A esse respeito, o ex-prefeito Altair Guidi expôs a seguinte interpretação do processo de ocupação daquela área:

*Como já falamos, de tanto a cidade precisar daquele espaço, quanto os proprietários [Carbonífera] precisar negociar, deu-se uma expansão muito dinâmica e criou-se uma área que considero integrada no bairro Próspera, que abrange uma série de bairros e com vida própria. Veio no momento certo, na hora que se precisava fazer. Foi feito e hoje a gente já está vendo os resultados naquele local. Inclusive a prefeitura é proprietária de uma área de quase 9 ha, destinada a construção da nova rodoviária e do centro de convenções, dos quais deixamos prontos os projetos, mas que até o momento não foram executados, mas a área está lá disponível.<sup>43</sup>*

Dos equipamentos privados de relativa importância social, a construção de um hospital por parte da UNIMED, sem dúvida, representa ser um importante aditivo na valorização da área, embora até o momento esteja concluída apenas a parte física destinada a atender aos serviços administrativos prestados pela UNIMED de Criciúma e região.

Com relação aos equipamentos com uso conflitante, Mezari avalia que a localização da antiga SIDESA (hoje COOPERMETAL), muito próxima do *Criciúma Shopping Center* e de frente para a Avenida Chile, irá ao longo do tempo se constituir num movimento local, que reivindicará sua relocação. Mezari, inclusive, sugere que este processo seja iniciado o mais breve possível, com intervenção do

poder público local, o que denota uma preocupação do mesmo em relação ao impacto negativo que este equipamento representa sobre o valor dos lotes de sua propriedade, mais próximos daquela empresa de siderurgia. Algumas medidas, inclusive, a referida empresa já teve que cumprir perante os órgãos de fiscalização do meio ambiente da prefeitura e do estado para amainar os ânimos dos moradores próximos, que reclamam da poluição que a empresa gera. Desta munção, por certo, o empresário Mezari saberá tirar proveito em seu próprio benefício. No entanto, suas ações nesse sentido têm sido passivas, aguardando talvez, o desfecho que o embate entre o crescimento populacional da área e os órgãos de fiscalização do meio ambiente local possa produzir, sem que haja uma interferência mais incisiva de sua parte, pelo menos até o momento.

Obviamente que os problemas acima passam a ter importância fundamental para os proprietários dos Loteamentos Nova Próspera, pois os mesmos a partir do ano 2000 aceleraram o processo de venda daqueles lotes. Talvez essas vendas se relacionam a fatores de caixa para pagar os investimentos já realizados e para o empreendimento de novos investimentos, e, também porque as despesas decorrentes do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU), que pela legislação tributária do município de Criciúma, é de 3,0% do valor venal<sup>44</sup> para terreno baldio e 1,5% do valor venal para o terreno construído.

A esse respeito Frydberg manifestou o seguinte ponto de vista, indagado a respeito da condição monopolista a que ficaram condicionados os Loteamentos Nova Próspera I e II:

*Nós da CODEPLA e eu, pessoalmente, consideramos que essa não é a condição ideal. Infelizmente o sistema capitalista é isso mesmo, e, hoje, aquela área passou da mão da Carbonífera Próspera para as mãos de dois sócios empresários.*

---

<sup>43</sup> Entrevista realizada em 22/05/2000.

<sup>44</sup> Este valor venal, estimado pela prefeitura, está muito defasado em relação ao valor de mercado, podendo representar, dependendo da zona tributária, mais de 90% de defasagem.

*Mas, apesar de tudo, as condições hoje são muito mais favoráveis do que eram porque alguma coisa já foi vendida. Inicialmente pela própria Carbonífera e, depois, pelos próprios atuais proprietários. E, de qualquer forma, a região se encontra razoavelmente urbanizada. Já existem implantadas redes de água, de energia, as ruas já estão abertas, com os meios-fios colocados, etc. Então, as condições de urbanização da área são muito melhores que quando a Carbonífera detinha a propriedade. Por outro lado, o poder público municipal se utiliza do expediente do imposto progressivo, o qual acho, inclusive, exagerado para nossa realidade. Contudo, pessoalmente, sou favorável a utilização desse instrumento para evitar que a especulação imobiliária se perpetue.*<sup>45</sup>

Embora Frydberg tenha se referido ao imposto progressivo, este não é aplicado sobre os Loteamentos Nova Próspera, exceto os lotes com frente para a Avenida Centenário, pois segundo o setor de cadastro imobiliário da Prefeitura Municipal de Criciúma, somente os lotes compreendidos pelas zonas Tributárias 1, 2, 3 e 4 estão sujeitos à alíquota progressiva.

Nesse espaço de cerca de onze anos, também já não se pode afirmar que Mezari detém o monopólio de toda a área, pois o Loteamento Nova Próspera II, no qual está implantado o *Criciúma Shopping Center*, se encontra praticamente todo vendido, restando pouquíssimas unidades (vide Fig. n.º30).

Com relação ao Nova Próspera I, no entanto, Mezari tem reservado as quadras 12, 13, 14 e 15, as quais não se encontram à venda até o presente momento. As demais quadras tem seus lotes em fase de comercialização, sendo que da quadra 3 restam apenas 2 lotes à venda e da quadra 5, apenas 1 lote. Há lotes para venda nas quadras 7, 8, e 16. Os lotes das quadras 1, 4 e 6 estão vendidos e os lotes das quadras 10 e 11 foram vendidos para a JUGASA, a qual já havia adquirido anteriormente da Carbonífera Próspera S/A os lotes da quadra 9, que fazem frente para a Avenida Centenário.

---

<sup>45</sup> Entrevista realizada em 25/05/2000.

A reserva das quadras de 12 a 15, contíguas a área verde e próximas do Loteamento Nova Próspera III pode ser parte de uma nova estratégia de mercado do empresário José Henrique Mezari. Quando entrevistado, este havia sido indagado sobre que equipamentos públicos deveriam ser implantados na área dos Loteamentos Nova Próspera, ao que Mezari respondeu:

*Acho que o que está faltando, o principal, seria um centro de eventos. Este equipamento é de fundamental importância para Criciúma e poderia estar localizado ali na Grande Próspera. Seria um equipamento para abrigar eventos públicos como a Quermesse, que se realiza todos os anos, bem como eventos privados de setores como cerâmica, vestuário, etc.<sup>46</sup>*

Na verdade, Mezari retém quatro quadras, especulando com a possibilidade de o poder público vir a investir no Loteamento Nova Próspera III ou até na possibilidade de uma parceria entre o setor privado e o setor público para implantação de algum novo equipamento, que, por enquanto, não tem definição alguma. Pelo menos da administração passada não ficou nenhum projeto desenvolvido. Ao contrário, esta tentou até vender a área no final do mandato para pagamento de dívidas da prefeitura.

O episódio da venda dos lotes do Loteamento Nova Próspera III sintetiza o grau do desprezo com o patrimônio público e a ausência de uma política de planejamento urbano para toda a cidade.

A Prefeitura Municipal realizou, no dia 28 de agosto de 2000, a abertura das propostas referentes ao leilão de 150 lotes pertencentes ao Loteamento Nova Próspera III (Edital n.º 123/2000), que passaram ao domínio público através de Decreto de Utilidade Pública, sendo que a área desapropriada compreendia as sete quadras daquele loteamento, que somavam 62.255,32 m<sup>2</sup> e

---

<sup>46</sup> Entrevista realizada em 22/05/2000.

cuja avaliação de indenização pela CSN importou no valor de R\$ 95.000,00<sup>47</sup> (conforme avaliação de 05 de agosto de 1994).

No dia 29 de agosto de 2000, a Prefeitura Municipal de Criciúma chegou a publicar matéria no jornal da Manhã (JM n.º 4423, p.11), onde informava que o leilão havia arrematado o montante de R\$ 1,4 milhão à vista, referente à venda de 66 dos 150 lotes oferecidos. Segundo avaliação da Prefeitura, os 150 lotes do loteamento Nova Própera III somam o valor de R\$ 3,5 milhões.

No entanto, uma liminar concedida pelo juiz eleitoral Hélio do Valle Pereira, por solicitação de uma ação popular de anulação do leilão, por parte de Valério Preis, suspendeu a venda daqueles lotes. A principal argumentação de Preis era sobre a proibição da venda de bens públicos a 30 dias das eleições municipais. Contrariando a liminar, no entanto, e alegando basear-se numa lei da Câmara Municipal de 1997, que daria autorização ao Executivo Municipal para realizar a venda daqueles imóveis, a Prefeitura lança novo edital com leilão marcado para 6 de

---

<sup>47</sup> Este valor, atualizado em moeda norte-americana equivale a US\$ 103,260,87 com o dólar cotado a R\$ 0,92 em 1º de

dezembro de 2000, portanto quando faltavam menos de 30 dias para o final do mandato do ex-prefeito Paulo Meller.

Este fato gerou uma reação contrária à venda por parte de vários segmentos da sociedade criciumense. Liderada por representantes dos partidos da Frente Popular, vencedora das últimas eleições, realizou-se uma audiência pública, da qual participaram representantes de instituições como ACIC, CDL, IAB e OAB.

Foi elaborado, então, um documento e colhidas assinaturas da população, com o objetivo de pressionar o prefeito Paulo Meller a anular o leilão. O prefeito e sua assessoria tentaram ainda convencer a sociedade de manter o leilão,

---

agosto de 1994. Fonte: Conselho Regional de Economia / SC.

o que foi feito através de uma audiência pública. Mas a reação dos representantes das diversas entidades que participaram do movimento mantiveram o desejo de que o leilão fosse anulado, o que acabou acontecendo no dia 13 de dezembro de 2000, quando Meller anunciou a anulação do leilão definitivamente.

Este episódio mostra, por um lado, um alento no trato da questão dos bens públicos, pois motivou o posicionamento firme de vários setores da sociedade, se mobilizando no sentido de garantir a integridade de um patrimônio público ameaçado. Por outro lado, mostra o grau de desinteresse dos gestores dos bens públicos, quando deveria se dar exatamente o contrário. Nesses momentos em que o jogo de interesses político-partidário se sobrepõem ao interesse público é que o patrimônio corre o risco de dilapidação. O fato revela ainda o quanto está ausente uma proposta de destinação que a administração pretende dar aquela área da cidade. Se o exemplo da Chile revela a ausência de uma política de planejamento que pudesse fazer dela muito mais que uma simples via de circulação de veículos, o que dizer então do Loteamento Nova Próspera III, sobre o qual a administração não apresentou até hoje uma proposta concreta, um estudo de viabilidade, que vislumbre sua integração ao bairro Próspera e ao bairro São Cristóvão?

Voltando-se à questão da possível estratégia de especulação de Mezari, há alguns indicadores que nos permitem avaliar a amplitude da valorização da área desde a compra da mesma da CSN até após a conclusão da pavimentação da Avenida Chile. Para melhor compreender a progressão da valorização imobiliária da área pode-se comparar as Tab. N.º 10 e n.º 11. A Tab. n.º 10 apresenta a descrição dos lotes e das quadras postas à venda à época do leilão de privatização, bem como os valores mínimos avaliados e os valores propostos pelos compradores. Na Tab. n.º 11 estão apresentados os valores dos lotes que vêm sendo comercializados desde meados do ano 2000 nos Loteamentos Nova Próspera I e Nova Próspera II. Todos os valores foram atualizados e convertidos para dólar americano.

Considerando-se os valores de compra e estimando-se os investimentos em infra-estrutura é possível estabelecer a valorização real da área, com base nos preços de venda praticados nos dois loteamentos a partir de meados do ano 2000. Conforme a Tab.n.º 12 esta valorização alcança US\$ 8.429.878,00, o que corresponderia a um lucro de US\$ 5.449.454,00.

Evidentemente que o lucro possível estimado na Tab. n.º 11 é hipotético. Na prática, este valor possivelmente tenderá a ser menor uma vez que as vendas dos lotes não se deram todas após os investimentos com a construção do *Criciúma Shopping Center* e com a pavimentação da Avenida Chile.

Apenas para exemplificar, os lotes comercializados de frente para a Chile, antes de sua pavimentação, tinham o valor de 45% relativo ao valor de mercado atual. Já um lote de 400,00m<sup>2</sup> no loteamento Nova Próspera II, que hoje está sendo vendido por cerca de US\$ 9.000,00, custava antes dos investimentos cerca de US\$ 6.500,00 a US\$ 7.500,00.

Se considerarmos que os investimentos com a construção do *Criciúma Shopping Center* e da praça tenha alcançado a cifra de US\$ 5.500.000,00, pode-se admitir que as transações comerciais com os lotes poderá pagar integralmente aqueles investimentos. E, talvez, a garantia do retorno total desses investimentos e mais algum lucro esteja justamente na estratégia de retenção das quadras 12, 13, 14 e 15, visando seu aumento de valor a partir dos investimentos que a administração pública possa vir a realizar sobre a área do loteamento Nova Próspera III. Supõe-se

**TAB. N.º 10 - C.P. N.º 03/89 – Venda Glebas N.P. I e N.P. II – Valores Avaliados e Propostos (US\$)**

	DESCRIÇÃO DO IMÓVEL	N.º LOTES	ÁREA (m <sup>2</sup> )	VALOR MÍNIMO (US\$)	VALOR DE VENDA (US\$)
NOVA PRÓSPERA I	Lotes: 01 à 03 da Quadra A; 01 à 06 e 12 à 21 da Quadra 01; 01 a 19 da Quadra 03; 01 a 08 da Quadra 4; 01 a 15 da Quadra 5; 04 a 12 da Quadra 06; 01 a 24 da Quadra 07; 01 a 16 da Quadra 08; 01 a 13 da Quadra 10; 01 a 26 da Quadra 11; 01 a 25 da Quadra 12; 01 a 24 da Quadra 13; 01 a 25 da Quadra 15 w 01 a 26 da Quadra 16.	273	122.354,39	429.253,91	515.104,70
NOVA PRÓSPERA II	Lotes: 01 a 14 da Quadra 18; 01 a 19 da Quadra 19; 01 a 23 da Quadra 20; 01 a 23 da Quadra 21; 01 a 26 da Quadra 22; 01 a 26 da Quadra 23; 01 a 26 da Quadra 24; 01 a 26 da Quadra 25; 01 a 26 da Quadra 26; 01 a 26 da Quadra 27; 01 a 26 da Quadra 28; 01 a 23 da Quadra 29; 01 a 03 e 20 a 23 da Quadra 30; 01 a 20 da Quadra 31; 01 a 26 da Quadra 36; 01 a 28 da Quadra 38; 01 a 28 da Quadra 39 e 01 a 14 da Quadra 40.	425	170.978,73	501.378,26	526.447,17
<b>TOTAL</b>		<b>698</b>	<b>293.333,12</b>	<b>930.632,17</b>	<b>1.041.551,87</b>

Fonte: Processo C.P. 02/89 e C.P. 03/89 da CSN – Cotação da moeda US\$1,00=R\$1,15 em 31/05/89 – Fonte Conselho Regional de Economia – SC.

**TAB. N.º11 - LOTEAMENTOS NOVA PRÓSPERA I e II – Avaliação das Vendas dos Lotes referentes a Dezembro de 2000.**

LOTEAMENTO/ QUADRAS		VALOR TOTAL DOS LOTES / QUADRA							
		MEIO DE QUADRA						TOTAL	
		AV. CENTENÁRIO		AV. CHILE					
	ÁREA (m <sup>2</sup> )	VALOR (US\$)	ÁREA (m <sup>2</sup> )	VALOR (US\$)	ÁREA (m <sup>2</sup> )	VALOR (US\$)	ÁREA (m <sup>2</sup> )	VALOR (US\$)	
N O V A P R Ó S P E R A I	A	1.674,13	209.266,25					1.674,13	209.266,25
	01					8.187,01	327.480,40	8.187,01	327.480,40
	03					8.750,96	317.222,30	8.750,96	317.222,30
	04					3.476,83	135.822,59	3.476,83	135.822,59
	05					7.888,14	236.644,20	7.888,14	236.644,20
	06					4.178,72	153.358,40	4.178,72	153.358,40
	07			DOADO P/ CAMPO					
	08			1.980,00	118.800,00	10.309,34	335.053,55	12.289,34	453.853,55
	10			2.100,00	126.000,00	5.520,00	207.000,00	7.620,00	333.000,00
	11					6.135,24	252.609,60	6.135,24	252.609,60
	12					10.599,90	423.996,00	10.599,90	423.996,00
	13					9.750,00	292.500,00	9.750,00	292.500,00
	14					9.739,24	292.177,20	9.739,24	292.177,20
	15					9.750,00	292.500,00	9.750,00	292.500,00
	16					9.739,24	292.177,20	9.739,24	292.177,20
		<b>TOTAL</b>	<b>1.674,13</b>	<b>209.266,25</b>	<b>9.986,19</b>	<b>599.171,40</b>	<b>110.692,12</b>	<b>3.796.441,40</b>	<b>122.352,44</b>
N. P. II	QUADRAS								
	18 A 31							<b>170.978,73</b>	<b>3.825.000,00</b>
	36,38 A 40								
	<b>TOTAL</b>							<b>293.331,17</b>	<b>8.429.879,10</b>

Fonte: JM – Caderno de Imóveis – 2<sup>as</sup> e 5<sup>as</sup> feiras, Imobiliária IMOVEST e PRISMA TOPOGRAFIA LTDA.

- Os lotes com frente para a Avenida Centenário foram avaliados em US\$ 125,00/m<sup>2</sup>.
- Os lotes com frente para a Avenida Chile foram avaliados em US\$ 60,00/m<sup>2</sup>.
- Os lotes das quadras 01,10,11 e 16 foram avaliados em US\$ 40,00/m<sup>2</sup>.
- Os lotes das quadras 03 e 08 foram avaliados em US\$ 36,25/m<sup>2</sup>.
- Os lotes da quadra 07 foram avaliados em US\$ 32,50/m<sup>2</sup>.
- Os lotes das quadras 05, 12, 13, 14 e 15 foram avaliados em US\$ 30,00/m<sup>2</sup>.
- Os lotes do loteamento Nova Próspera II foram avaliados em US\$ 22,37/m<sup>2</sup>.
- A quadra 02 foi doada para ACIC e as quadras 09, 10 e 11 vendidas para revenda de veículos Chevrolet – JUGASA.

US\$ 1,00 = R\$2,00 – Fonte: Banco do Brasil. Valor médio de fevereiro de 2000.

**TAB. N.º 12-Comparativo entre o Valor de Venda Atual com o Valor de Compra e os Investimentos nos Loteamentos. N.P. I E N.P. II (US\$)**

LOTEAMENTO	VALOR DA COMPRA	INVESTIMENTOS EM INFRA-ESTRUTURA <sup>(1)</sup>	VALOR DE VENDA ATUAL	LUCRO POSSÍVEL
N.P. I	515.104,70	1.059.122,10	4.604.878,90	3.331.447,50
N.P. II	526.447,17	879.750,00	3.825.000,00	2.118.007,40
<b>TOTAL</b>	<b>1.041.551,87</b>	<b>1.938.872,10</b>	<b>8.429.878,90</b>	<b>5.449.454,07</b>

(1) Estimou-se em 23% do valor de venda, o custo de investimento da infra-estrutura implantada nos loteamentos Nova Próspera pelo empresário José Henrique Mezari, o qual não colocou meios-fios nas ruas dos loteamentos.

Fonte: PRISMA TOPOGRAFIA LTDA.

que esta seja a estratégia do empresário, uma vez que não se pode confirmá-la. Tudo indica, no entanto, que esta seja o seu horizonte. Talvez sua preocupação com o futuro da COOPERMETAL também seja mais um indício desta estratégia, já que aquelas quadras estão próximas daquela empresa de fundição de ferro.

O *Criciúma Shopping Center* foi seu investimento âncora para atrair compradores para os loteamentos Nova Próspera e para forçar a administração pública a investir na pavimentação da Chile. Dessa sua estratégia de mercado nasce uma nova centralidade no bairro Próspera, que se contrapõe ao centro tradicional do próprio bairro. Esta contraposição revela o centro tradicional em desvantagem. Seu sistema viário está comprometido pelo seu congestionamento, o que retrai novos investimentos em equipamentos que pudessem atender à demanda da Grande Próspera e que pudessem consolidá-lo como centro, não só de consumo, mas de recreação e lazer. O *Shopping*, por outro lado, desloca a centralidade a partir do consumo e a remete para uma abrangência regional, o que procura exprimir um novo símbolo da condição de pólo regional do município de Criciúma. Essa é a principal desvantagem que a nova centralidade lança sobre o centro tradicional do bairro Próspera.

## A Implantação do Projeto Mina-4 e a Explosão

## **da Periferia na Grande Próspera**

Enquanto a Carbonífera Próspera, no início da década de 1980 traçava os destinos das áreas que configuravam o projeto Nova Próspera, a administração pública municipal tratava de definir os limites da periferia urbana da Grande Próspera, a Sudeste do centro da cidade, numa área de cerca de 42 ha degradada pela mineração de carvão, situada além da variante da estrada-de-ferro Dona Teresa Cristina (vide fig. n.º 22).

Abordou-se anteriormente, no capítulo III, as razões que levaram a administração municipal da época a empreender o projeto Mina-4, cujo objetivo principal era promover a recuperação ambiental de uma área degradada pela atividade minerária e, com isso, possibilitar a implantação de novos assentamentos, atendendo às camadas mais populares, compostas por trabalhadores do setor formal e até do setor informal, sendo que este último vinha sofrendo incremento considerável, em decorrência da queda do nível de emprego de setores importantes da produção local, como o carbonífero, o cerâmico e o da construção civil.

Neste contexto, é tomada a decisão política do empreendimento Mina-4, ou seja, a produção do espaço de um novo assentamento humano resultante dos problemas derivados da produção industrial e da ausência de programas habitacionais, quer seja na esfera local quer seja na esfera estadual ou federal de governo. O crescimento econômico, para LEFEBVRE (1991), através da produção industrial coloca dois problemas sobre a cidade e para a sociedade urbana: as questões referentes à moradia e as questões da organização industrial e da planificação global. Segundo este autor, as primeiras por baixo, as segundas por cima, produziram – dissimulando-o à atenção – uma explosão da morfologia tradicional das cidades, enquanto prosseguia a urbanização da sociedade.

Estas observações feitas por Lefebvre se encaixam no panorama que se desenhava sobre o espaço urbano da Grande Próspera. Por mais positivas que pudessem ser as intenções políticas e técnicas no sentido de prover as pessoas que iriam morar e viver naquele novo habitat das condições físicas indispensáveis, que lhes garantiriam o direito à cidade, não há como se deixar de questionar a sua distância em relação à cidade e ao próprio centro da Grande Próspera. Portanto, a convivência cotidiana com a cidade lhes foi negado a priori. Sequer em relação ao centro do bairro Próspera essa condição foi garantida. As carências que ainda hoje persistem nos assentamentos resultantes do projeto Mina-4 revelam, inclusive, o abandono das administrações municipais na consolidação dos princípios dispostos nas diretrizes que orientaram a concepção inicial do projeto, ou seja, a questão da moradia foi a única questão abordada, mas ainda assim, precariamente.

O resultado da implantação do projeto Mina-4 permite que se lance uma hipótese: a de que havia outras finalidades a serem cumpridas pela decisão de implantação daquele assentamento naquele local, além da questão ambiental e da moradia. Da estratégia da expansão urbana é que se pode extrair a intenção de valorização de uma vasta área cuja tendência de ocupação vinha se acelerando ao final da década de 1970 e início da de 1980. Havia, porém, um problema a ser transposto: o de uma área de 42 ha degradada, inserida sobre áreas nobres para futuros parcelamentos<sup>49</sup>. Sendo vizinhos de uma área cujo valor imobiliário era praticamente nulo, não motivaria esses proprietários ao parcelamento. Era preciso, pois, *limpar* a área para que a expansão viesse a ter sucesso.

Na direção dessa hipótese, uma questão se coloca. Por que ocupar uma área degradada da Carbonífera que se situava além da variante da estrada-de-ferro, quando havia outras áreas não degradadas da própria Carbonífera, mais próximas das áreas já em processo de ocupação?

---

<sup>49</sup> Nos fundos do Loteamento Ana Maria também há áreas degradadas pela mineração da Carbonífera Próspera, porém as condições de degradação eram mais acentuadas na área do Projeto Mina-4.

Alguns depoimentos conduzem a reflexão para o questionamento acima. Quando se entrevistou o ex-prefeito Altair Guidi, este assim se pronunciou acerca das carências e dificuldades encontradas no assentamento do projeto Mina-4:

*O grande problema e a grande dificuldade daquela área é que era degradada. É questionável até se num momento daquele não teria sido melhor a própria Prefeitura adquirir um terreno com condições mais propícias, como nós tivemos a oportunidade de fazer um estudo sobre uma área não degradada [projeto “Vila Natureza”], que também era de propriedade da CSN.<sup>50</sup>*

A proposta do projeto *Vila Natureza* procurava conduzir os investimentos públicos de moradia para uma condição de maior valorização de toda aquela área, numa perspectiva que permitiria a convivência cotidiana de diversas faixas de renda da população. Um exercício de utopia que sequer pode ser detalhado no papel.

Ainda sobre a questão de se assentar populações de baixa renda sobre áreas recuperadas, Zaniboni põe em dúvida a ação de recuperação de áreas degradadas para fins de assentamentos, quando a oferta de áreas disponíveis para tal é bastante grande:

*Refletindo se foi politicamente correto, acho que qualquer ação que busque a construção de moradia para os sem-tetos é politicamente correta. Mas, me parece que uma área como aquela pode ter sido um engodo até certo ponto, porque você cria uma condição de moradia aquém, às vezes, do mínimo necessário. Paga um preço na qualidade de vida daquilo tudo ali e o próprio preço de transformar aquilo numa área habitável. Acho que o custo disso, de levar as redes, de aterrar, de compactar põe em dúvida o resultado. Por outro lado, temos que pensar que se tratava de uma área*

---

<sup>50</sup> Entrevista realizada em 22/05/2000.

*degradada, que precisava de um investimento para recuperação. Mas me dá a impressão, à vezes, que o custo da terra não justificaria o aproveitamento de refugos daquele nível, porque se tinha muitas opções. O problema é que as outras áreas tinham um determinado valor de mercado, o que tornava a negociação mais difícil para a Prefeitura. Na verdade, não consigo avaliar até que ponto foi acertado ou não. De qualquer forma, o custo com certeza foi bem maior do que aquele que se imaginou quando se optou por aquela área.*<sup>51</sup>

As dúvidas de Guidi e Zaniboni, por certo, são também as dúvidas de muitos cidadãos criciumenses. Contudo, há que se levantar outras questões sobre o processo de ocupação que se desencadeou com o projeto Mina-4. Antes dele, a ocupação das populações de baixa renda vinham se dando em maior número e com volume maior de invasões no setor Oeste da cidade, principalmente na Vila São Sebastião, Vila Manaus, Vila Zuleima, Cidade Mineira e nas áreas dos projetos Pró-Morar. Muitas dessas áreas ocupadas eram degradadas e não havia qualquer trabalho de recuperação sobre as mesmas, o que dificultava a ação posterior da administração municipal. Talvez, pressentindo que estas dificuldades pudessem ocorrer no setor Leste, a administração do ex-prefeito José Augusto Hülse (1983-1988) resolve se antecipar, o que novamente leva na direção de que o mesmo privilegiava a expansão urbana daquele setor.

Portanto, a discussão sobre o custo da recuperação perde o sentido diante do objetivo que a estratégia do planejamento buscava prosseguir. Contudo, esta não é uma estratégia de planejamento apenas, ela é antes de tudo uma estratégia político-partidária, pois o *governo popular* de José Augusto Hülse buscava uma área que servisse de *espelho* para o seu programa de governo, cuja plataforma principal dava sustentação às ações de recuperação ambiental e de construção de moradia para famílias de baixa renda. Seu programa de governo estava também orientado para as linhas de financiamento federal, as quais estavam

---

<sup>51</sup> Entrevista realizada em 22/05/2000.

direcionadas para as questões ambientais. Conduzindo a reflexão por essa orientação, deixa de ser importante saber também se havia uma intenção explícita da administração como um todo, ou de parte dela, no sentido de valorização das demais áreas próximas daquela área a ser recuperada.

O que importa destacar é que o desencadear da ação de recuperar levaria, ao longo do tempo, à conseqüente valorização do entorno, à medida que a administração pública vai investindo na melhoria das condições de vida daquelas populações.

E o que é mais importante: estabelece-se um novo gradiente para essa valorização, pois se antes se partia de valores muito baixos nas proximidades das áreas degradadas, isso evidentemente se alterou com a recuperação da área. À medida que os investimentos públicos foram acontecendo, estes contribuíram para que os lotes dos loteamentos existentes entre o projeto Mina-4 e os Loteamentos Nova Próspera fossem sofrendo novas valorizações, principalmente em loteamentos como Ceará, Jardim Maristela e Ana Maria. Essa lógica é a mesma que é conduzida pelo loteador quando este procura vender primeiro os lotes mais distantes da infra-estrutura e dos equipamentos urbanos pré-existentes, o que possibilitará, quando grande parte desses lotes estiverem ocupados, uma valorização maior dos lotes em situação locacional mais privilegiada, pois nesse momento haverá mais interessados na compra desses lotes, uma vez que o loteamento já entrou na sua fase de consolidação. Ampliando essa visão sobre a Grande Próspera, isto significa dizer que os loteamentos que mais irão se valorizar são os Loteamentos Nova Próspera.

Voltando-se o olhar agora sobre a execução do projeto Mina-4, percebe-se que entre as diretrizes e as ações, cercadas de muitos obstáculos, pouco do que se pretendia foi executado. Segundo o ex-prefeito José Augusto Hülse, a prefeitura contou, na época, com recursos federais para obras de recuperação e com recursos da COHAB para a construção de 101 casas

concluídas no ano de 1988. Dos 647 lotes projetados e aprovados pela Prefeitura em 27 de janeiro de 1988, 241 foram executados, sendo que sobre 101 destes é que foram construídas as casas financiadas pela COHAB. Estes 241 lotes situavam-se nas quadras de 1 a 9,

todas ao Norte do afluente do rio Sangão, que corta a área desenhando uma curva de Leste para Oeste (vide Fig. n.º 31). A área destinada aos 406 lotes restantes encontra-se até hoje desocupada (não houve processo de ocupação).

Quando as casas estavam em construção, ainda no ano de 1987, todas foram ocupadas, bem como os 140 lotes urbanizados. Foram ocupadas também a Quadra “G” (Área de Utilidade Pública) e as áreas de passagem de pedestres “A”, “C”, “E” e “F” (vide Fig. n.º 31). A quadra “D”, também de Utilidade Pública, situada praticamente no centro destes 241 lotes foi preservada para a implantação dos equipamentos de uso comunitário, como a escola e o posto de saúde.

Inicialmente, havia sido prevista para a primeira etapa de execução do projeto Mina-4, a recuperação de uma área de 17,40 ha, correspondente a implantação de 266 lotes populares e 13 lotes industriais.

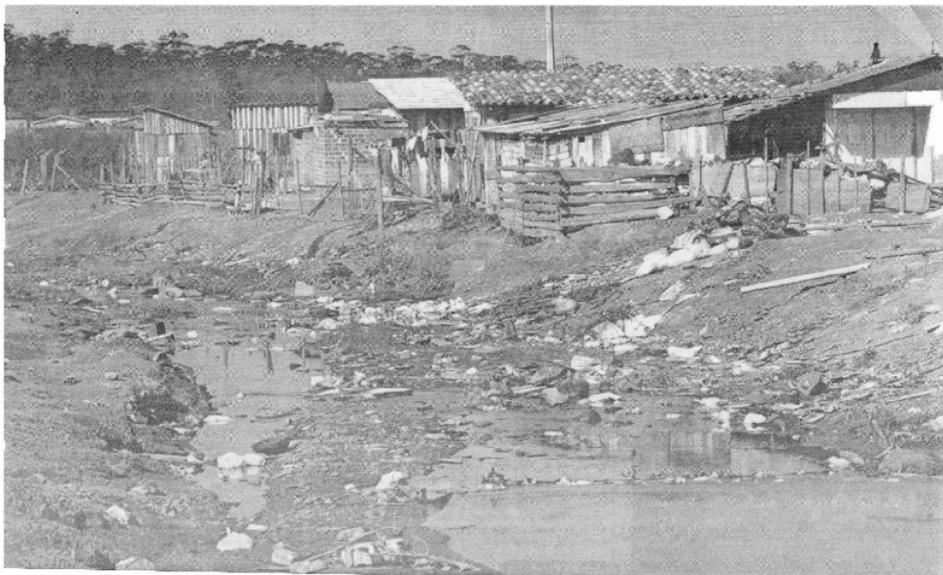
Porém, apenas os 241 lotes foram preparados, sendo que nem todos tiveram os trabalhos de recuperação concluídos. Conforme depoimento do ex-prefeito Altair Guidi, sua administração recebeu apenas cerca de 3 a 4 ha de área recuperada do projeto Mina-4.

Ao lado da área dos 241 lotes invadidos, a Prefeitura instalou um aterro sanitário, no qual era depositado o lixo do município de Criciúma, do distrito de Forquilha e até de municípios vizinhos sobre as antigas bacias de decantação ali existentes, utilizadas para beneficiamento do carvão. O funcionamento desse aterro, muito próximo da área habitável, mostrou-se totalmente incompatível, o que gerou seguidos protestos das famílias que lá se assentaram e denúncias de descaso das autoridades nos principais meios de comunicação local. A forma como

o aterro era manejado, sem nenhum controle de acesso, permitia que qualquer pessoa, e, principalmente, as crianças do assentamento, tivessem contato com os resíduos sólidos e o chorume ali depositados, que incluíam até o lixo farmacêutico e hospitalar. Além disso, o mau cheiro e o volume de insetos e roedores contribuíam para o surgimento de um cenário preocupante do ponto de vista da saúde pública.

Para agravar ainda mais a situação, o afluente do rio Sangão, que corta a área, não sofreu qualquer tipo de tratamento, acabando por servir de receptor também dos esgotos domésticos daquelas famílias que se estabeleceram ao longo de sua margem (vide Fig. n.º 32) e provocando inundações nos períodos de enxurrada, que normalmente ocorrem nos meses de janeiro e fevereiro na região.

**FIG. 32**



**Bairro Airton Senna-ocupação contígua ao Lot. Mina-4**

FONTE: Jornal da Manhã n. 4434-Ano XVII, 11/09/2000, p.11.

Quanto ao abastecimento de água, este inicialmente era precário, pois o sistema de abastecimento administrado pela CASAN apresentava redes

subdimensionadas para atender a demanda da Grande Próspera, além da questão da insuficiência de vazão de todo o sistema. A partir da entrada em operação do sistema Manin–Jordão em 1993, auxiliando o sistema de captação do rio São Bento, a CASAN aumentou a vazão de 400 l/s para 800 l/s e, entre 1996 e 1998, tiveram início as obras de complementação das redes de distribuição, que atenderam também as reivindicações da Grande Próspera.

No ano de 1997, os 241 lotes do projeto Mina-4 foram incluídos no projeto de melhoria de abastecimento público da Secretaria de Habitação e Desenvolvimento Comunitário, da Prefeitura Municipal de Criciúma sendo o projeto e a execução de responsabilidade da CASAN e à Caixa Econômica Federal coube o financiamento das obras.

Durante o governo do segundo mandato do ex-prefeito Altair Guidi (1989-1992), foram construídos o prédio da escola e do posto de saúde na área “D” (de Utilidade Pública), a única que não havia sido invadida. Quanto ao aterro sanitário, o ex-prefeito preferiu transferi-lo para uma área degradada, situada no bairro Mina Napolini, que já servia de aterro antes do projeto Mina-4. Em 1993, iniciaram-se os estudos e as negociações para a transferência desse aterro para o município de Forquilha, sobre a área degradada da extinta ICC – Indústria Carboquímica Catarinense, cuja sede se localizava na localidade Sangão, município de Criciúma. Esse aterro, controlado pela Prefeitura Municipal de Criciúma, recebe também o lixo recolhido pelos municípios de Forquilha e de Nova Veneza.

Resolvidos estes problemas, considerados prioritários pelas administrações que se sucederam, não houve até hoje qualquer preocupação em construir equipamentos de recreação e lazer para a população do projeto Mina-4. Não houve, sequer, continuidade nas obras de recuperação das áreas degradadas.

Por certo, quando o ex-prefeito Hülse lançou a idéia do projeto Mina-4 vislumbrava a possibilidade de captar um volume de recursos que lhe fosse capaz de assegurar boa parte da infra-estrutura dos lotes, ainda durante o seu mandato.

Isto, porém, não ocorreu, o que fatalmente levou o seu governo e aqueles que o sucederam a administrar com os recursos próprios, por um determinado período, os problemas gerados pela expectativa junto à população de baixa renda do município.

Guidi alegou, que durante o seu segundo mandato, a crise econômica do país, associada aos altos índices inflacionários, levaram praticamente ao colapso da capacidade de endividamento da Prefeitura.

Os governos que o sucederam, elaboraram projetos de complementação da infra-estrutura, normalmente para atender as demandas decorrentes de novos focos de ocupação que foram ocorrendo ao longo do tempo. Na verdade, nesse período, a situação das ocupações representa um novo ciclo, marcado por fortes envolvimento políticos e, por conseqüência, marcado por coações e promessas de toda a ordem. Nesse período, além dos recursos próprios da prefeitura, comparece em muitas obras os financiamentos patrocinados pela Caixa Econômica Federal, principalmente através do programa Pró-Moradia.

As ocupações na região do projeto Mina-4, que se mostravam modestas ainda no governo do ex-prefeito José Augusto Hülse, foram intensificadas durante o governo do ex-prefeito Altair Guidi. Durante o governo deste, ocorreu uma ocupação em parte da área que se destinava ao loteamento industrial. Além disso, Guidi doou parte da área do loteamento industrial para a Sociedade Recreativa União Mineira construir sua sede campestre. Como o prazo para aquela sociedade fazer uso da área se expirou, esta retornou ao domínio da administração municipal.

Há que se abrir aqui um parênteses para assinalar o papel que assume a administração no trato da propriedade pública. Quando se reportou aos Loteamentos Nova Próspera, se fez referência a várias permutas realizadas entre proprietários privados e a administração municipal. Essas permutas normalmente fazem parte de uma prática indenizatória, onde alguma dívida antiga de indenização a um determinado proprietário é paga pela Prefeitura com outra área, normalmente mais nobre, pertencente a algum loteamento aprovado, que está sendo indenizado

ou que está negociando espaços ocupados ou que venham a ser ocupados pelo poder público municipal.

Percebe-se aí o funcionamento do Estado como um repassador de áreas públicas, servindo em muitos dos casos aos interesses desses proprietários. Vê-se áreas nobres como aquela permutada com a empresa Engenharia Castanhel, que era uma área verde do Loteamento Nova Próspera II, sendo repassada à iniciativa privada devido a uma dívida de indenização de uma área localizada na localidade de Santa Luzia, desapropriada anteriormente pela administração municipal.

Nesses repasses, normalmente sai perdendo a cidade como um todo. Isso vale também para o caso das doações. Essa prática tem se mostrado maléfica ao planejamento urbano, uma vez que as áreas previamente destinadas como áreas verdes e de equipamentos comunitários, nos loteamentos aprovados poderão, posteriormente, ser deslocadas para outros pontos da cidade, deixando subdimensionado o espaço público desses loteamentos. Por essa via, não há prática de planejamento urbano que possa auferir qualquer resultado, que leve os novos bairros a serem dotados de espaços destinados ao convívio, à convivência cotidiana. O Estado contribui negativamente para a fragmentação do espaço urbano, concebendo-o como fragmentos abstratos, como peças intercambiáveis, como possíveis de deslocamentos. O resultado dessa prática contribuiu para a deseducação da população, com relação à salva-guarda do patrimônio público. Se o próprio Estado faz pouco caso das áreas verdes e de uso comunitário, não se pode exigir que a sociedade tenha comprometimento com as mesmas.

Nas áreas ocupadas, quando de loteamentos aprovados, também as áreas públicas são sensivelmente reduzidas. E naquelas ocupadas sobre glebas, a situação é ainda mais crítica, pois as áreas para fins de uso público não foram ainda doadas para a municipalidade. A solução, por parte do Estado, para os problemas dessas comunidades mais carentes de condições adequadas de

habitação, de serviços urbanos e de espaços coletivos somente ocorre por força de movimentos políticos de pressão, sejam eles legítimos, quando interpostos por seus líderes comunitários, ou quando usadas como massa de manobra dos interesses especulativos imobiliários, que possam vir a ter seus interesses de algum modo colocados em risco. O Estado procura, então, reproduzir sobre o espaço da carência, o espaço-mercadoria, que nestas condições acabam se resumindo ao lote e à rua, decompondo-se a vida urbana em suas funções mais elementares de reprodução de uma numerosa força-reserva de trabalhadores. Esse comportamento do Estado é reflexo da supremacia do espaço como mercadoria sobre o espaço social. Destruindo-se qualquer possibilidade de existência do espaço social, destrói-se a vida urbana, mas não se pode destruir a sociedade urbana em marcha, como afirma Lefebvre. Em níveis hierárquicos, esta vai se fixando aos fragmentos. Fragmentos representados pelos seus diversos bairros, loteamentos e invasões.

O redimensionamento da economia brasileira, frente ao processo de abertura de mercado, imposto pelos países industrializados, iria abalar, como se abordou, vários segmentos produtivos da sociedade cricumense. E a liquidação da Carbonífera Próspera S/A em muito contribuiu para a ampliação da miséria e para a explosão da periferia na Grande Próspera. Explode, inclusive, o projeto Mina-4, pois a área reservada ao loteamento industrial, ao porto seco e aos demais equipamentos previstos pela Prefeitura, foi praticamente toda invadida, chegando a abrigar atualmente cerca de 4.500 pessoas, considerando-se o projeto Mina-4-I (atual bairro Renascer) e o Mina-4-II (atual bairro Airton Senna). Sobre o nome Renascer, que a comunidade adotou através de pebliscito, este sugeria o sentido de recomeço, pois o local ganhou fama de abrigar marginais. Quando a comunidade adota o nome Renascer, a grande maioria das famílias que havia invadido os lotes e casas do projeto Mina-4 já não morava mais ali, conforme matéria publicada pelo Jornal da Manhã de 11 de setembro de 2000, à página 11. Na condição de miséria a que se submetiam os primeiros ocupantes, a moradia é uma mera mercadoria,

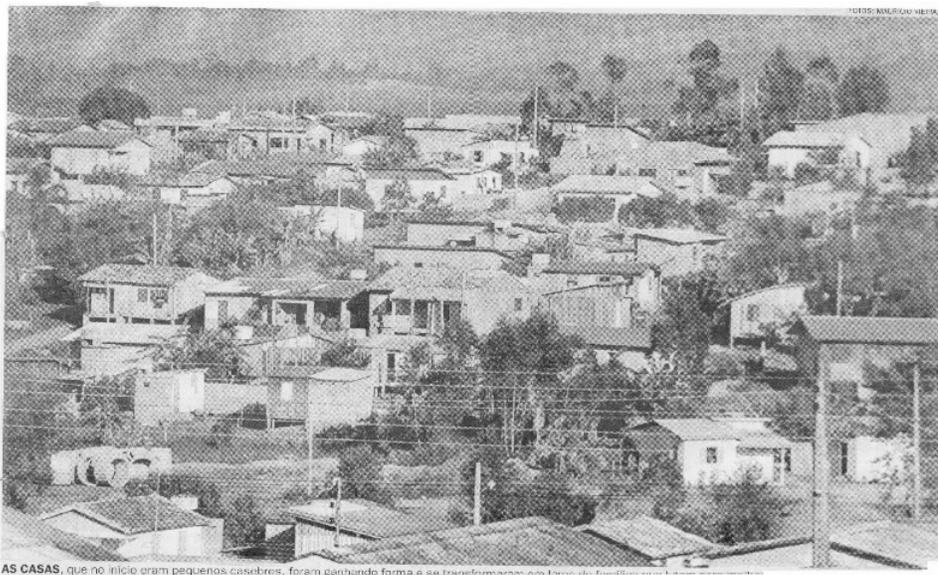
que ao primeiro sinal de valorização será utilizada como moeda, como recurso para a reprodução do desemprego e da miséria.

Mas o espaço periférico não se limitará apenas ao projeto Mina-4. A partir de 1991, uma outra área, também de propriedade da CSN, com 111,55 ha, sofreu seguidos movimentos de ocupação. Esta área não sofreu degradação pela atividade carbonífera, sendo, portanto, muito mais favorável à ocupação.

Inicialmente foram 15 famílias que ocuparam a área em 1991, segundo o presidente da Associação de Moradores, José Ruberval Joaquim. Mas em 1993,

já havia 190 famílias sobre a área, que viria a se tornar o bairro Cristo Redentor.

### **FIG. 33**



AS CASAS, que no início eram pequenos casebres, foram ganhando forma e se transformando no bairro do Cristo Redentor.

### **Vista do bairro Cristo Redentor**

FONTE: Jornal da Manhã-Seção Geral-Bairros de Criciúma-10//07/2000, p.12.

Hoje este bairro abriga mais de 5.000 pessoas.

Mas o processo de ocupação não ficou só na área do Cristo Redentor. Sobre o restante daquela área da CSN, surgiram também o Loteamento Moradas do Sol e o Vila Natureza I, ambos originários de processo de ocupação clandestina.

Somente o Natureza II, projetado pela Prefeitura, não resultou de ocupações. No espaço de pouco menos de dez anos, esta área passou a abrigar mais de dez mil pessoas.

Semelhante ao processo de ocupação ocorrido na área do projeto Mina-4, grande parte das primeiras famílias que ocuparam a área não mais moram naquele local, conforme depoimento dado por José Ruberval Joaquim, presidente da Associação de Moradores do bairro Cristo Redentor, em entrevista ao Jornal da Manhã de 10 de julho de 2000, à página 12.

A partir de 1993, foram feitos investimentos em infra-estrutura, saneamento e pavimentação nesses novos bairros. No Cristo Redentor foram construídos escola, posto de saúde e centro comunitário. Com isso, segue-se uma valorização da mercadoria lote urbano, agora perfeitamente integrada pelo Estado na economia urbana. A partir do projeto Mina-4, portanto, foi que a administração pública definiu o espaço a ser ocupado pela periferia urbana da Grande Próspera.

O desmonte da Carbonífera Próspera S/A tornou as áreas de sua propriedade, localizadas a Sudeste do centro da cidade, alvo de novas ocupações, resultantes do processo de *explosão* da periferia a que se submeteu a região da Grande Próspera, durante o período mais agudo da crise econômica por que passou o município de Criciúma.

Ao final da década de 1990, no entanto, esta periferia estava praticamente consolidada, pela somatória das ações reivindicatórias dessas populações, que resultaram nos investimentos básicos realizados pelo Estado. Após a implantação do projeto Mina-4, surgiram novos assentamentos: Airton Senna, Cristo Redentor, Moradas do Sol e Primavera, todos estes resultantes de processo de ocupações clandestinas.

Agora uma nova fase da ocupação entre os Loteamentos Nova Próspera e a região do projeto Mina-4 e projeto *Vila Natureza* se esboça: Novos parcelamentos vem surgindo, preenchendo os vazios entre a periferia e a

centralidade, num movimento sincrônico de consolidação da expansão urbana da Grande Próspera, motivados por novas participações da administração pública, como a da implantação da Colméia Industrial – um loteamento destinado a abrigar empresas do ramo do vestuário basicamente – e da Cidade dos Transportes<sup>52</sup>, localizados próximos ao bairro Cristo Redentor.

## CONCLUSÃO

Na busca de uma interpretação da produção do espaço, que a sociedade cricumense construiu ao longo do tempo, sobre o recorte geográfico denominado de Grande Próspera, teve-se que recorrer a uma investigação que partiu da observação do que acontece agora e retroceder no tempo para encontrar os elementos-chaves que contribuíram para a construção do espaço urbano e sua posterior transformação. Desta forma, procurou-se identificar os acontecimentos políticos e sociais das “ordens próximas” (locais) e das “ordens distantes” (regionais, nacionais, globais), como denominou LEFEBVRE, para relacioná-las com as transformações que se seguiram no espaço local.

Pela abordagem da ação vinculada às estruturas, preconizada por GOTTIDIENER, foi possível identificar os atores e seus interesses sobre a produção do espaço urbano, levando a análise a considerar o espaço como um elemento das forças produtivas da sociedade.

---

<sup>52</sup> A Cidade dos Transportes é um projeto do setor de transporte de cargas, cujo o objetivo trata da centralização das operações de carga na cidade, para evitar a circulação de caminhões de grande capacidade, no trânsito da cidade de Criciúma. Para esse empreendimento, os empresários do setor adquiriram uma área localizada nos fundos do bairro Nossa Senhora da Salete (vide fig.27, à pág. 177). No Plano Diretor de 1999, esta área está zoneada como CCR-Central de Carga Rodoviária.

A indústria carbonífera foi o motor do processo *industrialização-urbanização* nos municípios da Bacia Carbonífera Catarinense. Assim, a construção do espaço urbano da Grande Próspera teve sua gênese pela atividade minerária. Ela decorre da planificação industrial deste setor, que por mais de meio século dominou a economia local.

O desenvolvimento da atividade carbonífera, por outro lado, está atrelado a uma decisão política do governo federal em romper com o modelo até então praticado pela economia brasileira, baseada na exportação de produtos primários, onde o carro-chefe era o café, e na importação de bens industrializados.

A formação e ampliação do mercado interno, possibilitado pelo desenvolvimento da economia cafeeira, levou o país ao desequilíbrio da balança comercial, com as importações superando a cada ano os resultados obtidos com as exportações de café. A crise da Bolsa de Nova Iorque de 1929, resulta numa brutal desvalorização do preço do café, que se vê, da noite para o dia, sem mercado consumidor, o que conduziu o governo à decisão de buscar, pela via da industrialização, o crescimento econômico, capaz de reequilibrar a balança comercial, a qual assinalava preocupante desvantagem para o Brasil.

A década de 1930 será, portanto, o marco temporal do nascimento da indústria de base no país, tendo o governo priorizado maciços investimentos na construção do primeiro parque siderúrgico nacional de grande escala.

Abre-se, assim, a possibilidade de um mercado interno garantido para o consumo do carvão da região Sul, o qual, pelas suas características físico-químicas, não conseguiria competir com o carvão importado, não fossem os dispositivos legais, aplicados para a garantia de consumo mínimo pela siderurgia nacional, e os decisivos investimentos governamentais em infra-estrutura para o beneficiamento, transporte do carvão e posterior mecanização do setor.

O processo de mecanização, intensificado a partir de meados da década de 1970, passou a fazer parte de um programa do governo federal, visando

levar o setor carbonífero nacional a sua auto-sustentação. Novos investimentos governamentais foram aplicados, com o objetivo de preparar as empresas para a busca de mercados, ou para que as mesmas competissem no mercado, sem a tutela do Estado, que até então era basicamente o grande consumidor, capaz de dar sustentação àquela atividade.

Da consolidação da atividade carbonífera nos anos 30, passando pela Segunda Guerra Mundial e as crises do petróleo de 1973 e 1979, a produção de carvão seguiu uma curva ascendente até meados da década de 1980, quando se inicia o processo de desregulamentação do setor, com a retirada de subsídios até a definitiva saída do governo federal, como tutor, e a conseqüente entrada na competição do mercado com o carvão importado, durante o governo Collor, já sob os efeitos da globalização da economia.

Durante este longo percurso temporal, o espaço da Bacia Carbonífera se transforma gradativamente. A paisagem originalmente mais rural que urbana é alterada pela crescente urbanização e pela degradação ambiental, sem precedentes na história local.

Os investimentos governamentais levam o setor ao aumento crescente de produção, o que abre perspectivas de elevação do nível de emprego, atraindo cada vez mais numerosas levas de imigrantes, conforme detectado ao longo das décadas pelo censos do IBGE.

O capital excedente, oriundo da atividade carbonífera, vai ser aplicado na diversificação da atividade produtiva, o que permitiu o surgimento de um outro setor expressivo – a cerâmica de pisos e azulejos.

Indiretamente, surgem outros setores cujos capitais excedentes vêm do comércio de máquinas e equipamentos, do qual o maior consumidor era a indústria carbonífera local. Dessa inversão de capitais surgem setores como o de plástico, o metal-mecânico e o de papel, que também vão atender o setor cerâmico.

Os investimentos públicos, municipais, estaduais e federais, principalmente em infra-estrutura rodoviária e de acessibilidade regional beneficiou de forma privilegiada a região da Grande Próspera. Lá se instalaram empresas importantes como a CECRISA (Cerâmica), Plásticos GANGURU e IMBRALIT (fibro-cimento, telhas e caixas d'água).

Com a diversificação da produção sobre o espaço da Grande Próspera, alterou-se a ação sobre a produção daquele espaço. Se antes da diversificação, o espaço urbano seguia uma correlação direta com a planificação das necessidades espaciais da atividade de mineração da Carbonífera Próspera S/A, o mesmo começou a sofrer a ação de outros agentes, os quais despertaram o interesse pela exploração do setor imobiliário, que num primeiro estágio detinha-se sobre a produção de lotes para atender à crescente demanda de trabalhadores, que para lá foram atraídos. A Grande Próspera passou a ser uma região da cidade com expressivos estabelecimentos industriais, geradores de emprego e renda.

Nesse estágio do processo de industrialização e de urbanização é que as complexidades da vida urbana passaram a contar com os novos ingredientes, sendo o início do que LEFEBVRE aponta como transição entre a sociedade industrial para a sociedade urbana.

Embora a sociedade urbana prossiga sua marcha, pode se perceber uma via de ação deixada pelo legado das ciências parcelares e sobre a planificação da indústria, levadas a efeito pela estrutura burocrática do Estado, que agindo pela ordem da dominação e da subordinação, arrançadas de acordo com as linhas ideológicas do desenvolvimento das leis do mercado, produzem a fragmentação e a abstração do espaço, com a conseqüente destruição do espaço social. O que subsiste e se consagra é o espaço como valor de troca da cidade capitalista, o qual vem se reproduzindo (como se reproduz em qualquer cidade) no processo de urbanização da Grande Próspera.

O *consumo do espaço* e o *espaço do consumo* exigem, cada qual, que as pessoas tenham renda para poderem participar do jogo desse mercado – o *mercado imobiliário* - que se desenvolve à medida que as necessidades pelo espaço se ampliam e se diversificam.

O crescimento econômico, possível pela produção industrial, não deixa de produzir seqüelas sobre a cidade, como denuncia LEFEBVRE, onde a crise da moradia e da devastação do meio ambiente se sobressaem no caso da Grande Próspera.

Estes dois problemas vão determinar a forma com que a administração pública irá encaminhar as questões do planejamento urbano naquela região do município de Criciúma. No início da década de 1980, a crise conjuntural da economia brasileira, que se agravou ao longo daquela década, ao ponto de ser denominada pelos meios de comunicação de *a década perdida*, levou a região carbonífera a uma queda crescente no nível de emprego. Esta crise atingiu o setor carbonífero pela via da mecanização, e os setores da indústria cerâmica e da construção civil (um ramo em franco crescimento ao final da década de 1970), pela desaceleração dos investimentos públicos, principalmente com a insolvência do BNH – Banco Nacional de Habitação.

O início da década de 1980, na verdade, anunciava a dimensão de uma crise maior, que se estabeleceu sobre a região carbonífera ao final da década, quando ocorre simultaneamente a desregulamentação do setor carbonífero – com a conseqüente liquidação da Carbonífera Próspera S/A – e o redimensionamento dos demais setores produtivos em função dos efeitos da abertura de mercado, ao qual o país teve que se submeter. Os efeitos dessa crise foram amortecidos, em parte, pela expansão da indústria do vestuário, centrada no processo de terceirização do trabalho.

Além da crise econômica e social, o município se defrontava com o grave problema ambiental gerado pela atividade minerária. Com a intensificação da

mecanização, acelerou-se o processo de degradação do solo, da água e do ar. Suas conseqüências são vividas até hoje, onde a escassez de água para abastecimento urbano é a mais grave de todas.

Diante desse cenário é que a administração do ex-prefeito José Augusto Hülse toma a decisão de encontrar uma área que servisse de *modelo* para a solução dos dois problemas mais graves enfrentados pela cidade: o déficit de moradia e a degradação do solo. A ação de planejamento da administração – de empreender a expansão urbana na direção Sudeste da cidade, ainda pouco ocupada, mas bem servida por infra-estrutura, especialmente de vias urbanas e acessos rodoviários – está associada a decisão político-partidária de eleger uma área para promover um projeto que, além de atender a demanda por moradia, recuperaria uma vasta área degradada por rejeitos carboníferos. Esse projeto, denominado projeto Mina-4, levado a efeito, de forma parcial pela Prefeitura, será o ponto de partida para novos assentamentos de populações de baixa renda na cidade de Criciúma. Através dessa ação, a administração pública definiu o *locus* de uma nova periferia na Grande Próspera – a periferia da miséria, a princípio, logo substituída pela ação da reprodução das leis do mercado, que vai tratando de mover a miséria para novas periferias dentro daquele mesmo contexto. E, nessa seqüência de ocupação, a periferia da Grande Próspera explode.

O surgimento de novas demandas por infra-estrutura, equipamentos e serviços públicos forçou a administração municipal a resolver os problemas dessas novas comunidades. Contudo, a satisfação de suas necessidades não garante o direito à cidade àqueles que foram pioneiros nesses assentamentos. Do mesmo modo que as populações sucedâneas continuarão alienadas da vida urbana, porque os espaços que habitam são fragmentos de um espectro montado sobre o espaço como mercadoria. A alienação ao uso do espaço urbano, do espaço social, não deixa de ser uma estratégia do mercado, que o Estado comodamente repete nas suas ações, porque lhe interessa como meio de obter poder, de exercer poder,

seja através das lideranças comunitárias, seja através dos seus representantes políticos. Consume-se o espaço para a reprodução de uma força-reserva de trabalho, onde se conjuga apenas os verbos: morar, circular e trabalhar (quando possível).

Se a periferia explode ao Sul e Sudeste da Grande Próspera, como resultado do pesado ônus que a classe trabalhadora teve que suportar, em decorrência da crise econômica interna e do processo de globalização da economia brasileira, uma área compreendida pelos Loteamentos Nova Próspera, situada entre o bairro São Cristóvão e o centro tradicional do bairro Próspera, próxima da sede administrativa da Carbonífera Próspera, teve seu destino definido a partir do processo de privatização da Carbonífera.

Os Loteamentos Nova Próspera foram os últimos parcelamentos realizados pela Carbonífera na região da Grande Próspera, tendo sido definitivamente aprovados pela Prefeitura em 1986. Enquanto estiveram sob a propriedade da Carbonífera, estes loteamentos não receberam praticamente nenhuma infra-estrutura. Com a privatização da empresa, os Loteamentos Nova Próspera I e II são adquiridos pelos empresários José Henrique Mezari e Silvino Dagostin, enquanto o Nova Próspera III passa ao domínio do município, por força de um decreto de utilidade pública.

O que se passa sobre os Loteamentos Nova Próspera I e II é um caso peculiar da atuação do *circuito secundário do capital* no município de Criciúma. Para aumentar o valor dos lotes adquiridos no leilão de privatização, os novos proprietários investiram na criação de uma nova centralidade urbana, baseada no *espaço do consumo* para promover o posterior *consumo do espaço*. Essa nova centralidade reflete a força que o espaço como receptáculo de determinadas mercadorias (mercadorias de marca, mercadorias de luxo) pode estabelecer uma nova escala de valor a esse espaço.

Mas o êxito desse empreendimento depende ainda da ação do Estado, que subordinado aos interesses dos agentes desse circuito paralelo do capital, executou obras de acessibilidade, como a conclusão e pavimentação da Avenida Chile.

A avenida Chile era uma obra reivindicada há décadas pelas comunidades dos bairros Michel, Comerciário e São Cristóvão, porém nunca encontrou ressonância e convicção por parte da administração municipal em investir naquela obra. Bastou que esta interessasse diretamente aos agentes empreendedores do *circuito secundário do capital*, na construção de um *shopping center*, para que o poder público municipal reconhecesse a importância da Chile como investimento.

Mas a administração pública investiu mal, porque sua ação de planejamento se resume a produzir espaços abstratos, às vezes desconectados do potencial que aquele espaço dispõe para conduzir a ação na direção do espaço social. Deixando de compreender isso, ou fazendo-se de surdo, o poder público reduz o uso da Chile à função de circulação. Sem mesmo se preocupar com considerações de ordem técnica, o traçado da Chile revela o grau de desinteresse da administração pública com a cidade. Não se pode, nem ao menos, dizer que a administração pública teve apenas uma preocupação funcionalista com a Chile, como estrutura de circulação de uma das mais importantes parcelas urbanas do município de Criciúma.

Repete-se, assim, o modelo funcionalista e fragmentado da maioria das cidades brasileiras, onde muitos outros exemplos marcaram a produção espacial de Criciúma ao longo do tempo. Uma produção centrada no ímpeto de dominar e transformar a natureza, levou sua elite econômica a desprezá-la e, por conseguinte, desprezar a própria memória do seu povo. A memória urbana foi estilhaçada e dela só sobraram alguns fragmentos, que não permitem sequer a identificação do centro histórico da cidade. A sobreposição da Avenida Centenário

sobre o ramal ferroviário não dispensou qualquer cuidado com a memória deste, o que implicou em prejuízos irreparáveis aos centros dos bairros Pinheirinho e Próspera. O planejamento urbano, através de várias leis urbanísticas impostas à cidade, denunciam uma tendência de *reconstruir* periodicamente em favor do mercado, levando os bairros mais centrais ao colapso de sua infra-estrutura, principalmente no que se refere à circulação de veículos, às redes de drenagem e à demolição de sua memória.

Para uma sociedade que removeu as entranhas do subsolo, poluiu rios e secou nascentes, o que representa construir sobre um rio – o rio Criciúma – que corta o centro da cidade? O rio, pela ação dos seus primeiros agentes produtores do espaço, que se reproduziram ao longo do tempo, significava um obstáculo a ser dominado e, se possível, varrido das plantas cadastrais urbanas. Então, o rio foi deixado debaixo dos edifícios. O rio foi abstraído da realidade e do papel, mas algumas inundações têm vindo lembrar a seus moradores que ele ainda existe.

No bairro Próspera, a chaminé da antiga usina de energia elétrica da Carbonífera, localizada na Praça da Chaminé, se ergue como um fragmento da memória urbana do bairro, símbolo marcante da gênese da industrialização e da urbanização do mesmo. Hoje, tangenciado pela Avenida Centenário, está ameaçado pela nova centralidade em marcha, fortemente ancorada no consumo. Tal orientação não conduz a vida dos habitantes dos bairros da Grande Próspera ao direito à vida urbana, onde pode ocorrer o emprego do tempo para o desenvolvimento integral do homem pelo lazer, pelo esporte e pelo desenvolvimento cultural, sobretudo.

Privilegiando-se o espaço do consumo, ao qual só tem acesso quem dispõe de renda para desfrutá-lo, a centralidade assim construída, não deixa de escamotear uma segregação velada, que passa despercebida. Ao mesmo tempo, o espaço-símbolo, a praça da Chaminé perde o sentido, torna-se um fragmento da

memória perdido no espaço, cuja função fica constantemente ameaçada, pois não há uso daquele espaço pela comunidade dos bairros da Grande Próspera, que permita associá-lo às gerações que o ergueram naquele local.

LEFEBVRE sustenta que a realização da sociedade urbana exige uma planificação orientada para as necessidades sociais, uma ciência da cidade e uma força social e política capaz de operar esses meios. E operar aqui significa colocar as estruturas do Estado na direção de preparar toda a sociedade urbana para o desfrute da cidade, onde cada cidadão tenha clareza dos seus direitos – inclusive direito à filosofia e à arte – o que possibilitará a abertura de um novo caminho e alento à sociedade urbana em formação, na busca do direito pleno à cidade, que destrua a ideologia do consumo, permitindo o mais amplo exercício político e social na cidade.

O episódio da venda dos lotes do Loteamento Nova Próspera III, protagonizado pela administração do ex-prefeito Paulo Meller, revela esse alento. Vários segmentos da sociedade se alinharam com os representantes da Frente Popular, vitoriosa nas últimas eleições municipais, com o objetivo de salvaguardar aquele patrimônio público. Abriu-se com esse fato uma nova perspectiva, onde a sociedade não se dispõe a assistir à ação, principalmente do Estado, na direção de privilegiar alguns interesses específicos sobre o espaço público, sem contestação, sem a devida reação.

O que se espera agora é que a sociedade e a administração pública construam sobre o Loteamento Nova Próspera III o espaço da prática social e política das comunidades da Grande Próspera e que possa promover o resgate da memória do bairro, integrando esse espaço ao espaço das antigas instalações administrativas da Carbonífera e da Praça da Chaminé.

A Grande Próspera é um fragmento do que se tornou a sociedade urbana brasileira (afinal terminamos o século XX com mais de 80% da população brasileira residindo nas cidades). No intervalo de apenas setenta anos sofreu uma

espetacular transformação, na qual o crescimento econômico não correspondeu ao desenvolvimento da sociedade urbana. Os custos e benefícios do crescimento produziram sobre a população local o desenvolvimento desigual, para o qual o Estado tem uma grande parcela de contribuição, em todos os seus níveis hierárquicos. Nesse período, de cerca de 70 anos, o município de Criciúma atingiu um estágio de urbanização, onde mais de 90% de sua população vive no meio urbano.

Ao longo do tempo, viu-se que a relação entre a industrialização e a urbanização foi se transformando na construção do espaço urbano da Grande Próspera, até que ao final da década de 1980 se rompe definitivamente os laços da indústria carbonífera com o espaço local. Desse rompimento surgem novas oportunidades, entre as quais se inclui a participação decisiva de *agentes do circuito secundário do capital*, insistindo na reprodução da ideologia do consumo, como uma possibilidade de desenvolvimento urbano para os Loteamentos Nova Próspera. A questão que se coloca, então, é que outras possibilidades ainda podem ser propostas para esses Loteamentos, que rompam com a proposição da ideologia do consumo?

O êxito da expansão urbana, induzida pelo poder público municipal, no início do anos 80, passados cerca de 20 anos é inegável, inclusive pelos parcelamentos que vêm sendo submetidos à aprovação da Prefeitura, desde meados da década de 1990, das glebas localizadas ao Sul e Sudeste, entre o Projeto Mina-4 e os Loteamentos Nova Próspera.

A administração pública, por outro lado, se esforça para a fixação da população periférica, procurando ampliar a oferta de emprego pela criação de um loteamento denominado *Colméia Industrial*, com lotes destinados a abrigar empresas do ramo do vestuário principalmente.

Tudo indica que a ocupação do espaço da Grande Próspera pela sociedade urbana cricumense continuará sua marcha, cujo destino ainda é

duvidoso, diante da postura que o Estado vem assumindo na implementação de suas ações acerca da produção do espaço, naquele setor da cidade de Criciúma. Somente à medida que a comunidade da Grande Próspera for tomando consciência da importância do seu papel na participação coletiva das decisões sobre a produção do espaço, propostas pelo Estado, é que poderemos enxergar princípios de transformação da atual ordem ideológica que nos é imposta.

## BIBLIOGRAFIA

1. ANTUNES, Neura Maria Corrêa Costa. De Próspera à CSN e Nova Próspera – Marco no Desenvolvimento de Criciúma – Capital Brasileira do Carvão (monografia). União das Faculdades de Criciúma – UNIFACRI, Criciúma, 1993.
2. ARANTES, Otilia B. Fiori. Urbanismo em Fim de Linha e Outros Estudos sobre o Colapso da Modernização Arquitetônica. São Paulo: Ed. da USP, 1998.
3. AURAS, Marli. A Construção Histórica do Condomínio Palaciano Ramos, Konder e Bornhausen. In. Poder Oligárquico Catarinense: da Guerra aos Fanáticos do Cotestado à opção pelos pequenos. (Tese de doutorado). São Paulo:PUC/SP, 1991.
4. BEAUD, Michel. A Arte da Tese: como preparar e redigir uma tese de mestrado, uma monografia ou qualquer trabalho universitário/ Michel Beud; tradução de Glória de Carvalho Lins – 2<sup>a</sup> Edição. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.
5. BONDUKI, Nabil. Origens da Habitação Social no Brasil. São Paulo, Estação Liberdade-FAPESP, 1998.
6. Câmara Municipal de Vereadores de Criciúma. Projeto de Lei n° 021/PE/98 – Dispõe sobre o novo plano diretor do município de Criciúma, 18 de janeiro de 1998.
7. CARLOS, Ana Fani Alessandri. A (Re)Produção do Espaço Urbano. São Paulo: Editora da USP, 1994.

8. CASTRO, Antônio Barros de & SOUZA, Francisco Eduardo Pires de. A economia brasileira em marcha forçada. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1985.
9. COSTA, Marli de Oliveira. “Artes de Viver”: Recriando e Reinventando Espaços-Memórias das Famílias da Vila Operária Mineira Próspera – Criciúma (1945 – 1961). (Tese de Mestrado). Florianópolis, Universidade de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História, 1999.
10. ECO, Umberto. Como se Faz Uma Tese. 14<sup>a</sup> Edição, São Paulo: Editora Perspectiva S/A 1996.
11. Estado de Santa Catarina. Casa Civil. Criciúma 1880 – 1980 – “A Semente Deu Bons Frutos”. Florianópolis, 1985.
12. Estado de Santa Catarina, Secretaria de Estado e Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente. Plano Básico de Desenvolvimento Ecológico – Econômico da Associação dos Municípios da Região Carbonífera. Florianópolis, 1997.
13. FURTADO, Celso. Formação Econômica do Brasil. 15<sup>a</sup> ed. São Paulo, Ed. Nacional, 1977.
14. GOTTDIENER, Mark. A Produção Social do Espaço Urbano. 2<sup>a</sup> ed. São Paulo, EDUSP, 1997.
15. HARVEY, David. A Justiça Social e a Cidade. São Paulo, HUCITEC, 1980.
16. HARVEY, David. Condição Pós-Moderna. 2<sup>a</sup> Ed. São Paulo, Edições Loyola, 1993.
17. LAKATOS, Eva Maria & MARCONI, Marina de Andrade. Fundamentos de Metodologia Científica. 3<sup>a</sup> Edição Revista e Ampliada. São Paulo: Atlas, 1991.
18. LEFEBVRE, Henry. O Direito à Cidade (Tradução de Rubens Eduardo Frias). São Paulo, Editora Moraes, 1991.
19. LEFEBVRE, Henry. A Revolução Urbana (Tradução de Sérgio Martins). Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999.

20. LEITE, Antônio Dias. A Energia do Brasil. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997.
21. LUCENA, Liliâne Monfardini Fernandes de. Laguna: de Ontem a Hoje-Espaços Públicos e Vida Urbana.(Tese de Mestrado em Geografia). Florianópolis: UFSC, 1998.
22. MARICATO, Ermínia. (Organizadora). A Produção Capitalista da Casa (e da Cidade no Brasil Industrial). 2ª Ed. São Paulo: Ed. Alfa-Ômega, 1982.
23. MARX, Carl. Para a Crítica da Economia Política. In: Os Pensadores – vol. XXXV – 1ª Ed. São Paulo, Ed. Abril Cultural S/A, 1974.
24. MILIOLI, Geraldo. Mineração de Carvão e Desenvolvimento Sustentado no Sul de Santa Catarina: Estudo Exploratório de percepção, valores e atitudes do meio-ambiente num bairro do município de Criciúma. Criciúma: Luana, 1995.
25. PRADO Jr., Caio. História Econômica do Brasil. 24ª Ed. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1980.
26. RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz & AZEVEDO, Sérgio de. A Crise da Moradia nas Grandes Cidades: da questão da habitação à reforma urbana. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1996.
27. SANDRONI, Paulo. Exercícios de Economia (Os Mercantilistas, Smith, Ricardo e Marx em sala de aula). São Paulo: EDUC; Rio de Janeiro: Ed. espaço e Tempo, 1988.
28. SANTOS, Maurício Aurélio dos. Crescimento e Crise na Região Sul de Santa Catarina. Florianópolis: Ed. da UDESC, 1997.
29. SANTOS, Milton. A Natureza do Espaço. 2ª Edição. São Paulo: HUCITEC, 1997.
30. SANTOS, Milton. Metamorfoses do Espaço Habitado. 5ª Edição. São Paulo: HUCITEC, 1997.
31. SANTOS, Milton. O espaço do cidadão. São Paulo: Nobel, 1987.
32. SARMENTO, Walney Moraes. Nordeste: a urbanização do subdesenvolvimento. 2ª ed. Porto Alegre, Mercado Aberto, 1984.

33. TEIXEIRA, José Paulo. Os donos da cidade – poder e imaginário das elites em Criciúma. (Tese de mestrado). Florianópolis, Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Mestrado em Sociologia Política, 1995.
34. Universidade do Extremo Sul Catarinense, Assessoria de Imprensa. Coletânea da História de Criciúma – JM Memória – período 08/1997 a 01/1998. Criciúma, 1998.
35. Universidade do Extremo Sul Catarinense. Estudo de Viabilidade Sócio-Econômica e Ambiental da Barragem do Rio São Bento – Núcleo de Pesquisas e Estudos Sócio-Econômicos, fevereiro de 1998.
36. VILLAÇA, Flávio. Espaço Intra-Urbano no Brasil. São Paulo: Studio Nobel/Fapesp, 1998.

## **Documentos da Prefeitura Municipal de Criciúma**

1. Plano Diretor Urbano – Lei n°. 947, de 11/04/73.
2. Plano Diretor Urbano – Lei n°. 2.039, de 29/11/84.
3. Plano Diretor Urbano – Lei n°. 3.900, de 28/10/99.
4. Decreto n° AS/115/86 de 10/09/86 – Dá nova redação ao Decreto n° AS/004/85, de 25/01/85, que declarou de Utilidade Pública as áreas de terras de Rosina Darós Manganelli e filhos, Hilário Manganelli e J. A. Fabris e Cia. Ltda.
5. Planta do Loteamento Rio Branco – aprovada em 17/10/64.
6. Planta do Loteamento Pio Correa – aprovada em 16/02/65.
7. Planta dos Loteamentos aprovados pela Prefeitura Municipal – período de 1970 a 1990 – esc. 1/10.000.
8. Planta do Loteamento Vila dos Engenheiros II – aprovada em 19/02/79.
9. Planta do Loteamento Vila Operária – aprovada em 03/03/76.
10. Planta do Loteamento Vila Operária II – aprovada em 18/06/79.
11. Planta do Loteamento Nova Próspera I – aprovada em 03/12/82.
12. Planta do Loteamento Nova Próspera II – aprovada em 27/01/86.
13. Planta do Loteamento Nova Próspera III – aprovada em 01/01/87.
14. Prefeitura Municipal de Criciúma. Ofício GP n° 1472/85, de 13/12/85 – Anexos: Projeto Mina-4 e Projeto Paraíso I e Paraíso II.

## **Documentos da Carbonífera Próspera S/A**

1. Presidência da República. Comissão Executiva do Plano do Carvão Nacional – Relatório Sobre as Possibilidades de Melhoria dos Métodos de Trabalho e Mineração da Camada Barro Branco em Santa Catarina. C. H. Fritzsche Vol. I e II (Anexos). 1955.
2. Presidência da República. Comissão Executiva do Plano do Carvão Nacional. Mecanização de Lavra de Carvão por Pilares e Câmaras – Experiências Dirigidas pela Paul Weir Company em Santa Catarina. Relatório sobre Trabalhos Experimentais de Mineração na Mina São Geraldo, Santa Catarina. Rio de Janeiro, 1958.
3. Presidência da República. Comissão Executiva do Plano do Carvão Nacional. Mecanização da Lavra de Carvão por “Long-Wall” (Frente Larga). C. H. Fritzsche em Santa Catarina. Condução de uma Frente Experimental de Lavra por “Long-Wall” na Mina Próspera, em Criciúma, Santa Catarina. Relatório sobre o Desenvolvimento das Operações e sobre as Experiências Feitas Durante o Curso Delas, com Avaliação de seus Resultados pelo Dr. Eng. C. H. Fritzsche. Rio de Janeiro, 1958.

4. Sociedade Carbonífera S.A. Projeto de Mecanização de Mineração em Subsolo – março de 1969.
5. Processo n°. 87/71 – 1ª e 2ª Partes.
6. Livro Atlas de Reuniões de Diretoria da Carbonífera Próspera – de 1971 a 1988.
7. Processo n°. 75/75. Programa de Produção de Carvão – Período de 1975 a 1984.
8. Processo n°. 007/88 – 5ª Parte
9. Relatório do Liquidante Relativo à Prática de Atos Administrativos da Liquidação e Atribuição de Bens do Ativo Operacional a CSN – Período de 01/10/88 a 31/12/88.
10. Relatório Final do Liquidante – Período de 24/04/88 a 31/07/89.
11. Relatório do Liquidante Relativo à Prática de Atos Administrativos da Liquidação e Atribuição de Bens Ativo Operacional a CSN – Período de 31/12/88 a 31/05/89.
12. Relatório das Etapas Realizadas Para Alienação dos Imóveis Considerados Não-Operacionais, Divulgados Através da Concorrência n°. 01/89.
13. Dossiê da Concorrência n°. 01/89.
14. Dossiê da Concorrência n°. GFO – P - 002/89 de 21/11/89.
15. Edital de Concorrência GFO – P – 002/89 – Venda de Imóveis.
16. Concorrência Pública n°. 02/89 – Venda de Imóveis Em Criciúma, Siderópolis, Içara e Tubarão.
17. Livro de Atas – Atas 307ª a 310ª Reuniões Ordinárias da Diretoria da Carbonífera Próspera S/A.
18. Relatório da Concorrência 03/89.

## **Periódicos**

1. Jornal da Manhã. 21 de julho de 1999. Ano XV. N°. 4081. p. 2. Seção Comunidade.
2. Jornal da Manhã. 24 e 25 de julho de 1999. Ano XV. N°. 4084. p. 2 . Seção Comunidade.
3. Jornal da Manhã. 02 de agosto de 1999. p. 7. Seção Geral.
4. Jornal da Manhã. 03 de agosto de 1999. p. 6. Seção Geral.
5. Jornal da Manhã. 19 e 20 de fevereiro de 2000. p. 7. Seção Geral.
6. Jornal da Manhã. 14 de março de 2000. Ano XVI. N°. 4281. p. 2. Seção Comunidade.
7. Jornal da Manhã. 15 de março de 2000. Ano XVI. N°. 4282. p. 2. Seção Comunidade.
8. Jornal da Manhã. 04 de abril de 2000. p. 3.

9. Jornal da Manhã. 17 de abril de 2000. Ano XVI. N°. 4310. Caderno de Classificados.
10. Jornal da Manhã. 08 de maio de 2000. Ano XVI. N°. 4328. p. 19. Seção Geral – Bairros de Criciúma.
11. Jornal da Manhã. 31 de maio de 2000. p. 11. Seção Geral.
12. Jornal da Manhã. 03 de julho de 2000. p. 14. Seção Geral – Nos Bairros.
13. Jornal da Manhã. 06 de julho de 2000. Caderno de Classificados.
14. Jornal da Manhã. 10 de julho de 2000. Caderno de Classificados.
15. Jornal da Manhã. 10 de julho de 2000. p. 12. Seção Geral – Bairros de Criciúma.
16. Jornal da Manhã. 10 de julho de 2000. Caderno de Classificados.
17. Jornal da Manhã 09 de agosto de 2000. Ano XVI. N°. 4408. p. 2. Seção Comunidade.
18. Jornal da Manhã. 29 de agosto de 2000. Ano XVII. N°. 4423. p. 11. Seção Geral.
19. Jornal da Manhã. 11 de setembro de 2000. Ano XVII. N°. 4434. p. 11. Seção Geral – Bairros de Criciúma.
20. Jornal da Manhã. 12 de setembro de 2000. Ano XVII. N°. 4435. p. 7. Seção Política.
21. Jornal da Manhã. 13 de setembro de 2000. Ano XVII. N°. 4436. p. 8. Seção Economia.
22. Jornal da Manhã. 25 de setembro de 2000. Caderno de Classificados.
23. Jornal da Manhã. 4 e 5 de novembro de 2000. Ano XVII. N°. 4481. p. 12. Seção Geral.
24. Jornal da Manhã. 30 de novembro de 2000. Ano XVII. N°. 5003. p. 6. Seção Política.
25. Jornal da Manhã. 12 de dezembro de 2000. Ano XVII. N°. 5013. p. 10. Seção Geral.
26. Jornal da Manhã. 15 de dezembro de 2000. Ano XVII. N°. 5016. p. 13. Seção Geral.

27. Jornal da Manhã. 06 de fevereiro de 2001. Ano XVII. N°. 5059. p. 6. Seção Política.

28. Jornal da Manhã. 07 de fevereiro de 2001. Ano XVII. N°. 5060. p. 11. Seção Geral.

### **Relação de Entrevistados**

1. Altair Guidi (63 anos) – arquiteto, foi prefeito de Criciúma no período de 1977 a 1982 e no período de 1989 a 1992.
2. Décio Gomes Góes (47 anos) – arquiteto, atual prefeito do município de Criciúma, eleito para o período de 2001 a 2004.
3. Erny Balthazar – sócio-gerente da Imobiliária IMOVEST – Criciúma /SC.
4. Jacy Eustachio Fretta (78 anos) – engenheiro civil, foi presidente da Carbonífera Próspera de 24/03/1983 a 03/09/1985 e de 01/03/1988 a 19/04/1988, e presidente da Comissão de Liquidação da empresa.

5. Jorge Henrique Frydberg (55 anos) – engenheiro civil, foi secretário de planejamento entre 1983 e 1985 do governo de José Augusto Hülse, diretor-presidente da Carbonífera Próspera S.A. entre 1986 e 1988 e diretor-presidente da CODEPLA entre 1997 e 2000.
6. José Augusto Hülse (63 anos) – engenheiro civil, foi prefeito de Criciúma no período de 1983 a 1988.
7. José Henrique Mezari (58 anos) – empresário proprietário da JHM – Administradora de Bens e Imóveis e sócio com Silvino Dagostin na Cerealista Fumacense, na Indústria e Comércio de Arroz Fumacense e JS – Administradora de Bens Móveis e Imóveis.
8. Norberto Zaniboni (47 anos) – arquiteto, foi chefe do Departamento de Planejamento Urbano da Prefeitura de Criciúma entre 1983 e 1984.
9. Valter Mariano (43 anos) – engenheiro agrimensor, foi diretor técnico da CODEPLA no período de 1997 a 2000.